



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

Modalidade: **PREGÃO Nº 005/2026.**

Tipo: **ELETRÔNICO.**

Processo nº: **007/2026.**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO CONTÍNUA E ESPECIALIZADA DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE LIMPEZA PREDIAL, CONSERVAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO E APOIO DE COPA/COZINHA NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI E DE SEU ANEXO ADMINISTRATIVO, MEDIANTE ALOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA, COMPREENDENDO 1 POSTO PARA LIMPEZA DE BANHEIROS PÚBLICOS COM OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO DE INSALUBRIDADE APLICÁVEL, 3 POSTOS PARA LIMPEZA GERAL DAS ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS E 2 POSTOS PARA SERVIÇOS DE COPA/COZINHA, PELO PRAZO INICIAL DE 12 (DOZE) MESES, PRORROGÁVEL, VISANDO À MANUTENÇÃO DIÁRIA DAS CONDIÇÕES DE HIGIENE, SALUBRIDADE E ORGANIZAÇÃO EM TODAS AS ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS DOS REFERIDOS IMÓVEIS.**

**RECIBO**

A Empresa \_\_\_\_\_ retirou este  
Edital de licitação e deseja ser informada de qualquer alteração pelo e-mail  
\_\_\_\_\_ ou pelo fax: \_\_\_\_\_, e/ou  
endereço \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_, aos \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Assinatura)

**OBS: ESTE RECIBO DEVERÁ SER REMETIDO À CPA PELO E-MAIL, PARA EVENTUAIS COMUNICAÇÕES AOS INTERESSADOS, QUANDO NECESSÁRIO.**



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 005/2026 - PROCESSO Nº: 007/2026**

Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026.**

Processo nº: **007/2026.**

**Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO CONTÍNUA E ESPECIALIZADA DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE LIMPEZA PREDIAL, CONSERVAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO E APOIO DE COPA/COZINHA NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI E DE SEU ANEXO ADMINISTRATIVO, MEDIANTE ALOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA, COMPREENDENDO 1 POSTO PARA LIMPEZA DE BANHEIROS PÚBLICOS COM OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO DE INSALUBRIDADE APLICÁVEL, 3 POSTOS PARA LIMPEZA GERAL DAS ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS E 2 POSTOS PARA SERVIÇOS DE COPA/COZINHA, PELO PRAZO INICIAL DE 12 (DOZE) MESES, PRORROGÁVEL, VISANDO À MANUTENÇÃO DIÁRIA DAS CONDIÇÕES DE HIGIENE, SALUBRIDADE E ORGANIZAÇÃO EM TODAS AS ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS DOS REFERIDOS IMÓVEIS.**

**ÍNDICE**

- 1 – PREÂMBULO**
- 2 – OBJETO**
- 3 – DO EXAME DO EDITAL**
- 4 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
- 5 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**
- 6 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 7 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**
- 8 – DA HABILITAÇÃO**
- 9 – PENALIDADES**
- 10 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**
- 11 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**
- 12 – DO CONTRATO**
- 13 – DA RESCISÃO CONTRATUAL**
- 14 – DO PAGAMENTO**
- 15 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 16 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
- 17 – DA JUSTIFICATIVA DO CERTAME EXCLUSIVIDADE PARA EMPRESAS ENQUADRADAS COMO (ME/EPP/MEI).**



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

---

**18 – DOS ÂMBITOS LOCAL E REGIONAL**

**19 – DA REPACTUAÇÃO**

**20 – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

**21 – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**ANEXO I –TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**ANEXO III – CREDENCIAMENTO/PROCURAÇÃO**

**ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE ME OU EPP**

**ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO**



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026 - PROCESSO Nº007/2026**

**1 – PREÂMBULO:**

**1.1 - A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI-MG**, situada à Rua Cel. José Ferreira Alves, nº 758 – Centro, nesta cidade, inscrita no **CNPJ sob o nº 23.099.229/0001-20**, torna público que, na data, horário e local abaixo indicado realizará a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, visando **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO CONTÍNUA E ESPECIALIZADA DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE LIMPEZA PREDIAL, CONSERVAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO E APOIO DE COPA/COZINHA NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI E DE SEU ANEXO ADMINISTRATIVO, MEDIANTE ALOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA, COMPREENDENDO 1 POSTO PARA LIMPEZA DE BANHEIROS PÚBLICOS COM OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO DE INSALUBRIDADE APLICÁVEL, 3 POSTOS PARA LIMPEZA GERAL DAS ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS E 2 POSTOS PARA SERVIÇOS DE COPA/COZINHA, PELO PRAZO INICIAL DE 12 (DOZE) MESES, PRORROGÁVEL, VISANDO À MANUTENÇÃO DIÁRIA DAS CONDIÇÕES DE HIGIENE, SALUBRIDADE E ORGANIZAÇÃO EM TODAS AS ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS DOS REFERIDOS IMÓVEIS**, de acordo com o descrito neste Edital de e seus anexos, com, com amparo na Lei Federal nº 14.133 DE 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores, com base nas Leis Municipais 6.757/2023, Decreto Municipais 560/2023, 576/2023, 358/2023 e 116/2021, a Lei Complementar Federal n.º 123/2006, a Lei Complementar Federal n.º 147/2014, Decreto Federal 10024/2019, e pela Portaria-nº GAB 004 de 23 de fevereiro de 2026. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data aprazada, todas as datas constantes deste instrumento convocatório serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil de expediente da Câmara Municipal de Araguari que não tenha outro expediente licitatório agendado. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas gratuitamente através do site da Câmara Municipal de Araguari/MG: <https://www.araguari.mg.leg.br/licitacoes>. Mais informações, pelo telefone (0\*\*34) 3249-1137. **Os horários estabelecidos neste Edital respeitarão o Horário Oficial de Brasília - DF.**

**ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

Dia 16/06/2026 às 08:00 (oito) Horas.

**SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).** Modo de disputa **“ABERTO”**.

**2 - DO OBJETO:**



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

**2.1 - O objeto deste PREGÃO ELETRÔNICO é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO CONTÍNUA E ESPECIALIZADA DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE LIMPEZA PREDIAL, CONSERVAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO E APOIO DE COPA/COZINHA NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI E DE SEU ANEXO ADMINISTRATIVO, MEDIANTE ALOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA, COMPREENDENDO 1 POSTO PARA LIMPEZA DE BANHEIROS PÚBLICOS COM OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO DE INSALUBRIDADE APLICÁVEL, 3 POSTOS PARA LIMPEZA GERAL DAS ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS E 2 POSTOS PARA SERVIÇOS DE COPA/COZINHA, PELO PRAZO INICIAL DE 12 (DOZE) MESES, PRORROGÁVEL, VISANDO À MANUTENÇÃO DIÁRIA DAS CONDIÇÕES DE HIGIENE, SALUBRIDADE E ORGANIZAÇÃO EM TODAS AS ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS DOS REFERIDOS IMÓVEIS, conforme especificações que integram o presente Edital e seus Anexos. As propostas comerciais deverão ser apresentadas em conformidade com o ANEXO I (Termo de Referência) e ANEXO II (Proposta Comercial) do EDITAL.**

**2.2 - As quantidades constantes nos Anexos I e II são estimativas de consumo, não se obrigando a Administração à aquisição parcial ou total se for o caso.**

### **3 - DO EXAME DO EDITAL:**

**3.1 -** Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas dos ramos pertinentes aos objetos especificados neste procedimento licitatório e que satisfaçam as condições e exigências contidas no presente edital.

**3.1.1-** Consideram-se Microempresas (MEs), Empresas de Pequeno Porte (EPPs) e Microempreendedores Individuais (MEIs) aptos à participação no presente certame aquelas que preenchem os requisitos descritos no art. 3º da Lei Complementar Federal n.º 123/2006 e do Decreto Federal n.º 8.538/2015, bem como que não se enquadrem em nenhuma das situações descritas no § 4º do referido art. 3º da Lei Complementar Federal n.º 123/2006.

**3.1.2-** Para fins de comprovação da condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, as licitantes deverão apresentar declaração contida no Anexo IV deste Edital, assinada pelo seu representante legal e/ou Certidão Simplificada da Junta Comercial.

**3.1.3-** Para fins de comprovação da condição de Microempreendedor Individual (MEI), as licitantes deverão apresentar declaração contida no Anexo IV deste Edital e/ou Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, emitido pelo endereço eletrônico: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual/ccmei>.

**3.2-** Não poderão participar da presente licitação:

**I -** os interessados que se encontrem em situação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

**a) É possível a participação em licitações de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial**



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

**competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório (Acórdão 1201/2020 - Plenário - Rel. Min. Vital do Rêgo).**

**II** - as empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública; e

**III** - as empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores do Município, de sua administração autárquica ou fundacional, em consonância com o disposto no art. 9º, §1º, da Lei Federal n.º 14.133/21.

**3.3** - A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame;

**3.4** - Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA);

**3.5** - Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA);

**3.6** - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e Leis Federais nº 14.133/2021;

**3.7** - Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;

**3.7.1** - A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

a) O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:

MENSAL	TRIMESTRAL	SEMESTRAL	ANUAL
R\$ 152,00	R\$ 287,00	R\$ 422,00	R\$ 692,00

b) O referido pagamento/remuneração possui amparo legal no inciso III do art. 5º



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

da Lei nº 14.133/2021.

**3.7.2** - Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

**3.7.3** - Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo da C.M.A de Araguari, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

**3.7.4** - As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

**3.7.5** - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>;

**3.7.6** - O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

**3.7.7** - O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou da C.M.A de Araguari, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

**3.7.8** - A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

**3.8 - A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.**

**3.8.1** - Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;

**3.8.2** - Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país;

**3.8.3** - Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital;

**3.8.4** - Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços;

**3.8.5** - Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

**3.8.6** - O contratado deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**3.8.7 - Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos**





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

**4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

**4.1** - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema <https://licitanet.com.br/>, concomitantemente com os documentos de HABILITAÇÃO exigidos no edital, proposta com a “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO”, incluindo QUANTIDADE, PREÇO e a MARCA (CONFORME SOLICITA O SISTEMA), até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação;

**4.1.1**- Documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital, serão encaminhados pelo (s) licitante (s) melhor (es) classificado (s) após o encerramento do envio de lances por meio do sistema ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)), conforme solicitado.

**4.2** - As propostas cadastradas no Sistema **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

**4.2.1** - Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, esta será **DESCCLASSIFICADA** pelo pregoeiro;

**4.3** - A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública;

**4.4** - **O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos, e a proposta ofertada deverá atender plenamente às descrições/condições contidas no Edital e seus Anexos.**

**4.5** - Na Proposta de Preços inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, como despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

**4.6** - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

**4.7** - **As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006;**

**4.8** - **Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;**

**4.9** - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

**4.10** - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances;

**4.11** - O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## **5 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:**

**5.1** - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**5.1.1** - Valor unitário e total do item;

**5.1.2 - Descrição detalhada do objeto**, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

**5.2** - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada;

**5.3** - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

**5.4** - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

**5.5** - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

## **6 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:**

**6.1** - No horário estabelecido neste Edital, o pregoeiro abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no item 5.1 do edital;

**6.2** - O pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis;

**6.3** - **As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pelo pregoeiro;**



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

**6.4** - Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site <https://licitanet.com.br/>, conforme Edital;

**6.5** - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

**6.6** - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema. O lance deverá ser ofertado pelo **MENOR PREÇO GLOBAL** dos serviços;

**6.7** - **O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser no mínimo de 1% (um por cento) inferior ao menor preço apresentado;**

**6.8** - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**ABERTO**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**6.9** - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**6.10** - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**6.10.1** - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**6.10.2** - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**6.11** - Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte;

**6.12** - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

**6.13** - Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

**6.14** - Sendo efetuado lance manifestamente inexecutável, o pregoeiro poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

proponente;

**6.15** - A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;

**6.16** - No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;

**6.17** - O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

**6.18** - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas (24) vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site <https://licitanet.com.br>;

**6.19** - Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

**6.20** - A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante na etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;

**6.21 - Nos casos específicos**, em relação a itens NÃO exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, onde:

**I.** O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006 e suas alterações;

**II.** Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances;

**III.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;

**IV.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

**V.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

**VI.** Na hipótese de não-contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

**VII.** O disposto no item **III** somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

**6.22** - Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

**6.22.1** - Produzidos no País;

**6.22.2** - Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

**6.22.3** - Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País (art. 60º, § 1º, incisos I, II, III e IV da Lei nº 14.133/21);

**6.22.4** - Produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;

**6.22.5** - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

**6.23**- Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente;

**6.24**- **Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro verificará se o preço da proposta final se encontra em conformidade com o valor de referência obtido para cada item, conforme se extrai do “Quadro Comparativo de Prévias” que instrui a solicitação.**

**6.25** - **Entende-se por “valor de referência” o preço médio alcançado para cada item descrito no “Quadro Comparativo de Prévias”.**

**6.26** - **Se o preço obtido na etapa de lances estiver de acordo com o valor de referência, o Pregoeiro o aceitará para o item.**

**6.27** - **Caso o melhor preço apurado na etapa de lances esteja superior ao valor de referência, o Pregoeiro divulgará o aludido valor ao licitante classificado em primeiro lugar, com quem negociará diretamente.**

**6.28** - **A negociação será considerada exitosa se o preço obtido for menor ao “valor de referência”, hipótese em que o Pregoeiro declarará o item classificado para habilitação.**

**6.29** - **Após a negociação, mantido o preço acima do “valor de referência” pelo licitante, o Pregoeiro declarará o item como fracassado.**

**6.30** - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de duas horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**6.31** - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta, onde o licitante com a menor proposta deverá encaminhar via sistema, a proposta juntamente com a planilha, modelo no Anexo II, composta, no prazo a ser estipulado.

**6.32** - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a Licitante desistente às penalidades previstas neste Edital;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

---

**7 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:**

**7.1** - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26, do Decreto 10.024/2019, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no Capítulo X do Decreto 10.024/2019;

**7.2** - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado;

**7.3** - Considera-se inexecutável a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**7.4** - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

**7.5** - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

**7.6** - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.6.1** - O prazo estabelecido no subitem anterior poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro mediante solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes do término do prazo de duas horas, e formalmente aceita pelo Pregoeiro;

**7.6.2** - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

**7.6.3** - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

**7.6.4** - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade;

**7.6.5** - O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

das previstas neste Edital;

**7.6.6** - Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor;

**7.6.7** - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

**7.6.8** - Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso;

**7.6.9** - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

**7.6.10** - O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

## **8 - DA HABILITAÇÃO**

**8.1.1** - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação;

**8.1.2** - No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;

**8.1.3** - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação;

**8.1.4** - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

**8.1.5** - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

**8.1.6** - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

**8.1.7** - Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

**8.2** - A regularidade da habilitação do licitante será confirmada por meio da análise dos seguintes documentos, a saber:

**8.2.1 - REGULARIDADE JURÍDICA**

**8.2.1.1** - No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.2.1.2** - Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**8.2.1.3** - Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e a última alteração em vigor (que poderá ser apresentada na forma consolidada, substituindo o contrato original), devidamente registrados e arquivados na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a publicação no Diário Oficial da Ata de Assembleia que aprovou o Estatuto, e cópia da Certidão de Arquivamento na repartição competente.

**8.2.1.4** - Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

**8.2.1.5** - Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**8.2.1.6** - Em se tratando de procurador, as empresas deverão credenciar um representante, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular com **firma reconhecida ou assinatura digital**, atribuindo poderes para praticar todos os atos inerentes ao procedimento licitatório em questão que poderá ser realizado conforme o modelo contido no **ANEXO III**. Além do mais, deverá ser apresentada também uma via do documento de identificação **com foto do representante para conferência junto aos Documentos de Habilitação**.

**8.2.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

**8.2.2.1** - Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**) do Ministério da Fazenda devidamente válida.





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

**8.2.2.2** - Prova de **Inscrição** no Cadastro dos Contribuintes **Estadual ou Municipal**, relativo ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

**8.2.2.2.1** - Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**8.2.2.3** - Prova de regularidade para com as **Fazendas Federal** (Portarias MF358, de 05/09/2014 e MF443, de 17/10/2014), **Estadual e Municipal**, relativo ao domicílio ou sede do Licitante, ou outra equivalente na forma da Lei.

**8.2.2.4** - Prova de regularidade junto ao **FGTS** (CRF), expedido pela CEF - Caixa Econômica Federal, demonstrando o cumprimento com os encargos sociais instituídos por lei;

**8.2.2.5** - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas**.

### **8.2.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**8.2.3.1** - A regularidade da qualificação econômico-financeira das licitantes será confirmada por meio da análise de Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial (antiga Concordata), expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica ou de execução de pessoa física, com emissão em prazo não superior 90 (noventa) dias da data prevista para o início da sessão, de acordo com o inciso II do art. 69 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

### **8.2.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**8.2.4.1** - A regularidade da qualificação técnica exigida das licitantes, será confirmada por meio da comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, conforme art. 67 § 2º da Lei 14.133/2021 fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

**8.2.4.1.1** - Os atestados de Capacidade Técnica terão prazo de validade indeterminado, salvo quando neste estiver explícita a sua validade.

**8.2.5 - DECLARAÇÕES:**

**8.2.5.1** - Declaração, nos moldes do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, de que a licitante não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, segundo determina o inciso VI do art. 68 da Lei Federal n.º 14.133/2021 (com redação dada pela Lei Federal n.º 9.854/99), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da lei (modelo a seguir):

<p style="text-align: center;"><b>DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL</b></p> <p>A empresa ....., CNPJ n.º ....., declara, sob as penas da lei, que não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, segundo determina o inciso VI do artigo 68 da Lei Federal n.º 14.133/2021 (com redação dada pela Lei Federal n.º 9.854/99), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da lei.</p> <p>Data e local:</p> <p style="text-align: center;">_____ Assinatura do Representante Legal</p>
--

**8.2.5.2** - Declaração do Anexo IV - Conforme modelo de declaração de enquadramento de microempresa, empresa de pequeno porte, se for o caso;

**8.2.5.3** - Conforme modelo de declaração de Atendimento pleno a todos os requisitos de habilitação:

<p style="text-align: center;"><b>DECLARAÇÃO</b></p> <p>A empresa ....., CNPJ n.º ....., declara, sob as penas da lei, que atende plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos para participar do Pregão Eletrônico nº005/2026.</p> <p>.</p> <p style="text-align: center;">Data e local</p> <p style="text-align: center;">_____ Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal</p>
---



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

**8.2.5.4 – Será aceito também a apresentação de Declaração Única emitida e assinada no Licitanet.**

**8.3** - Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital;

**8.4** - O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

**8.5** - Os documentos provenientes da rede mundial de computadores ("internet") terão sua autenticidade certificada junto às páginas eletrônicas ("sites") dos respectivos órgãos emissores, para os devidos fins de habilitação.

**8.6** - A Microempresa - ME, a Empresa de Pequeno Porte - EPP e o Microempreendedor Individual - MEI deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

**8.6.1** - Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**8.6.2** - A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, dirigido ao Pregoeiro.

**8.7** - A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**8.8** - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**8.9** - Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**8.10** - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**8.11** - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**8.11.1** - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**8.11.2** - Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**8.12** - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**8.13** - Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **9 - DOS RECURSOS**

**9.1** - Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo dez minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

**9.2** - Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

**9.2.1** - Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

**9.2.2** - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

**9.2.3** - Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**9.3** - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**9.4** - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **10 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**10.1** - A sessão pública poderá ser reaberta:

**10.1.1** - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**10.1.2** - Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**10.2** - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**10.2.1** - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**10.2.2** - A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na plataforma, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **11 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**11.1** - Inexistindo manifestação recursal das licitantes, o Pregoeiro adjudicará o(s) objeto(s) da licitação à(s) licitante(s) vencedora(s), com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Superior solicitante, conforme disposto no Decreto Municipal n.º 107/2013.

**11.2** - Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Superior, conforme disposto no Decreto Municipal n.º 107/2013, adjudicará o(s) objeto(s) à(s) licitante(s) vencedora(s) e homologará o procedimento licitatório.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

---

## 12 - DO CONTRATO

12.1 - Escolhido o proponente vencedor, com resultado devidamente homologado, este será notificado a assinar o Contrato, nos termos da minuta Anexo V, parte integrante deste Edital, devendo ser assinado e devolvido no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data do recebimento do ofício convocatório.

12.1.1 - O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas na habilitação, para assinar o Contrato.

12.1.2 - Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato de assinatura do Contrato, ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os Proponentes remanescentes, observada a ordem de classificação, para celebrar o Contrato.

12.2 - O Contrato terá sua vigência de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, sendo que a expedição e recebimento da Ordem de Serviços, emitida por quem de direito que deverá conter a anuência da Superintendência Administrativa, conforme disciplinado no art. 2º, inciso III, do Decreto Municipal n.º 107/2013, sem prejuízo dos acréscimos ou supressões previstos no artigo 125 da Lei 14.133/2021, quando justificável a necessidade, nos termos da Lei.

12.3 - Os preços da prestação de serviços objeto do presente certame serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses.

12.4 - O Proponente vencedor deverá apresentar a CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI-MG, por ocasião da formalização do Contrato, cópia autenticada e atualizada do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado. Em se tratando de Sociedade Anônima, documento de eleição de seus Administradores, ou no caso de Empresa Individual, o Registro Comercial. Tal providência somente deverá ser adotada no caso de ocorrências de alterações posteriores nos documentos aqui mencionados ocorridas após a data da apresentação dos envelopes.

12.5 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido no subitem 11.1, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, ficando sujeito à multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da licitação, atualizada monetariamente, pelo INPC, para a data do pagamento, que deverá ser feito no prazo de 10 (dez) dias.

12.6 - Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do Contrato, decorrente desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

12.7 - O contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 10(dez) anos, conforme previsto nos termos do artigo 107 da Lei federal nº 14.133/21.

### **13 - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**13.1.** O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

**13.1.1.** por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a V e VIII do art. 137, inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133, de 2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste contrato;

**13.1.2.** Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021.

**13.2.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

**13.3.** ACONTRATADA reconhece os direitos da Administração, previstos na Lei nº. 14.133/21 e suas alterações posteriores no caso de rescisão administrativa do presente contrato.

**13.4.** O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

**13.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**13.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**13.4.3.** Indenização e multas.

**13.5.** A rescisão imediata do CONTRATO caberá, além de outras hipóteses legais, independentemente de interpretação judicial ou extrajudicial e sem prejuízo de outras penalidades, quando a contratada:

**13.5.1** - Falir, for objeto de concurso de credores, dissolução ou liquidação;





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

**13.5.2** - Transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação;

**13.5.3** - Deixar de cumprir, total ou parcialmente, as obrigações contratuais;

**13.5.4** - Desatender às determinações do servidor designado pelo **CONTRATANTE**, no exercício de suas atribuições de acompanhamento e fiscalização da execução do CONTRATO;

**13.5.5** - Cometer, reiteradamente, faltas na execução do CONTRATO;

**13.5.6** - For objeto de fusão, cisão ou incorporação que prejudique o cumprimento do CONTRATO.

## **14 - DO PAGAMENTO**

**14.1**-O pagamento será efetuado pela Tesouraria da Câmara Municipal de Araguari até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante a liquidação do Objeto contratado em consequência do recebimento e aceite da C.M.A através da fiscalização do Contrato nomeado/designado pela Administração, concomitantemente com a apresentação da Nota Fiscal, assim como, toda documentação exigida no Instrumento Contratual ou outro hábil o qual deverá ser entregue a Contabilidade, se for o caso, devendo ainda, serem cumpridos todos os procedimentos exigidos no Termo de Referência, Edital e seus anexos.

**14.2** -O pagamento será efetuado através de depósito bancário, em contra corrente a ser informada pela Contratada.

**14.3** - A(s) despesa(s) decorrente(s) desta licitação correrá(ão) por conta da(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Solicitação	Fonte	Ficha	Dotação
61	500	42	01.02.04.122.0001.2305.3.3.90.34.00 Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídico

## **15 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. Além das prescritas no Termo de Referência, se a contratada ensejar o retardamento da execução do objeto e não cumprir as condições do Edital, seus Anexos, (Termo de Referência), não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e será descredenciada do procedimento licitatório;

15.2. Além dos prescritos no Termo de Referência, ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

15.2.1. 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato, por ocorrência;

15.2.2. 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual legal, com a possível rescisão contratual;

15.2.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de a contratada, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a Prefeitura, em face da menor gravidade do fato mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

15.3. As multas não são compensatórias e não excluem as perdas e danos resultantes;

15.4. Caso a contratada não possa cumprir o prazo estipulado para a entrega, total ou parcial, dos bens solicitados, deverão apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho a vontade das partes que

#### 15.5 - Da Extensão das Penalidades

15.5.1 - A sanção relativa à suspensão temporária de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada àqueles que:

I - retardarem a execução do Pregão;

II - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração; ou

III - fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

### 16 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

**16.1** - Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

**16.2** -A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica através do site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

**16.3** -Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação;

**16.4** -Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame;

**16.5** -Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, deverão ser realizados por forma eletrônica através do sistema;

**16.6** -O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos;

**16.7** -As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, somente em casos que o Pregoeiro julgar necessário;

**16.8** -A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação;

**16.9** -As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

## **17. DA JUSTIFICATIVA DO CERTAME EXCLUSIVIDADE PARA EMPRESAS ENQUADRADAS**

### **COMO (ME/EPP/MEI).**

**17.1.** Fica estabelecido pelo município conforme Lei Municipal 6.757/2023 a prioridade para contratação de MEs, EPPs E MEIs sediadas em seu território ou na região, no entanto, não se aplica o disposto quando não houver o mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório. Entende-se como **ÂMBITO LOCAL**: limites geográficos do Município de Araguari – MG, Art. 4º inc. I da Lei Municipal 6.757 de 25 de abril de 2023, **ÂMBITO REGIONAL**: descritos no Art. 4º inc. II do mesmo Diploma.

**17.2.** A Lei mencionada estabelece normas para a consecução do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às microempresas, empresas de pequeno porte e ao microempreendedor individual - MEI nas aquisições públicas do Município



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

de Araguari, com fulcro na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e na Lei Municipal nº 4.697, de 17 de novembro de 2010, e suas alterações, tendo por base as seguintes premissas:

I- A promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional.

II- A ampliação da eficiência das políticas públicas.

III- O exercício da função social da licitação.

**17.3.** Trata-se de licitação diferenciada (valor até R\$80.000,00 e posteriores alterações deste valor, por item ou cota de até 25% do objeto contratado e o preço seja compatível com a realidade demercado, para licitante enquadradas como (ME/EPP/MEI) que tenha efetivamente participado da licitação e ofertado preço que, apesar de superior ao menor ofertado, esteja dentro da margem de preferência.

**17.4.** O artigo 47, da Lei Complementar 123/2006, estabelece que nas contratações públicas deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as (ME/EPP/MEI). Os objetivos são a promoção de desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

## **18. DOS ÂMBITOS LOCAL E REGIONAL**

**18.1.** Com fulcro na Lei Complementar 123/2006, combinado com o disposto na Lei Municipal 6.757 de 25 de abril de 2023, fica estabelecida a preferência para contratação de microempreendedores, microempresas, empresas de pequeno porte sediadas no município de Araguari – MG, ou na região, até o limite de 10% (dez por cento) acima do menor preço válido, sendo que, na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido será de até 5% (cinco por cento).

**18.2.** A prioridade precedente será para as empresas (ME/EPP/MEI) sediadas no município de Araguari – MG.

**18.2.** Não havendo (ME/EPP/MEI) sediada no município de Araguari – MG, ou o valor destas estarem acima do limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, a prioridade será das empresas localizadas nos municípios do âmbito regional.

**18.3.** Compreende-se por âmbito regional, nos limites geográficos da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, conforme definição atual e posteriores que venham a ser feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, compondo-se atualmente pelos seguintes municípios:

I - âmbito local: limites geográficos do Município de Araguari;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

II - âmbito regional: limites geográficos da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, conforme definição atual e posteriores que venham a ser feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, compondo-se atualmente pelos seguintes Municípios: Abadia dos Dourados, Água Comprida, Araporã, Arapuá, Araxá, Cachoeira Dourada, Campina Verde, Campo Florido, Campos Altos, Canápolis, Capinópolis, Carmo do Paranaíba, Carneirinho, Cascalho Rico, Centralina, Comendador Gomes, Conceição das Alagoas, Conquista, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Delta, Douradoquara, Estrela do Sul, Fronteira, Frutal, Grupiara, Guimarães, Gurinhatã, Ibiá, Indianópolis, Ipiacu, Iraí de Minas, Itapagipe, Ituiutaba, Iturama, Lagoa Formosa, Limeira do Oeste, Matutina, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Nova Ponte, Patos de Minas, Patrocínio, Pedrinópolis, Perdizes, Pirajuba, Planura, Prata, Pratinha, Rio Paranaíba, Romaria, Sacramento, Santa Juliana, Santa Rosa da Serra, Santa Vitória, São Francisco de Sales, São Gotardo, Serra do Salitre, Tapira, Tiros, Tupaciguara, Uberaba, Uberlândia, União de Minas e Veríssimo.

**18.4. Integram a este instrumento, como se nele estivessem transcritos as regras da Lei Municipal 6.757 de 25 de abril de 2023, pertinentes à modalidade Pregão anexa a este Edital.**

## **19-DA REPACTUAÇÃO**

**19.1** - Os preços propostos poderão ser objeto de repactuação entre as partes, com base na adequação dos novos preços de mercado, devendo a contratada justificar e comprovar os reajustes praticados, respeitadas as disposições legais vigentes.

## **20 - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:**

**20.1** - O Contrato Administrativo poderá ser alterado, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

## **21 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**21.1** - Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e, após apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

**21.2** - É facultado ao Pregoeiro ou à Superintendência Administrativa e Jurídico, em qualquer fase do julgamento, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões a ser proferidas.

**21.3** - É vedado à licitante vencedora subcontratar total ou parcialmente o fornecimento dos itens referente ao objeto deste Pregão.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

**21.4** - A presente licitação somente poderá ser revogada, por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade reconhecida de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**21.5** - A reprodução deste edital estará disponível, **gratuitamente através do site da Câmara Municipal de Araguari/MG:** [www.araguari.mg.leg.br](http://www.araguari.mg.leg.br).

**21.6**- A fiscalização/gestão do Instrumento Contratual será realizada pelo servidor Marcelo de Araújo Machado **ou por outro designado pelo Presidente**, que sem restringir a plenitude dessas responsabilidades, exercerá a mais ampla e completa fiscalização na sua execução, que, sem restringir a plenitude dessas responsabilidades, exercerão a mais ampla e completa fiscalização na sua execução.

**21.7** - Este Edital possui 06 (seis) Anexos, a saber:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Modelo de Proposta Comercial;

Anexo III - Modelo de Credenciamento;

Anexo IV - Modelo de declaração de condição de ME / EPP / MEI;

Anexo V - Minuta de Instrumento Contratual.

**21.8** - Informações complementares que se destinem a conferir mais esclarecimentos sobre a presente licitação serão prestadas pelo Departamento de Licitações e Contratos, no horário de 13:30 às 16:30 horas, de segunda a sexta-feira, pessoalmente ou pelo telefone: (0\*\*34) 3249-1137.

**21.9** - Valor global estimado para a presente contratação é de **R\$ 403.605,18 (Quatrocentos e três mil, seiscientos e cinco reais e dezoito centavos).**

Araguari/MG, 22 de maio de 2026.

**Giulliano Sousa Rodrigues**

**PRESIDENTE**



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026**

**PROCESSO Nº007/2026**

**Contratação de empresa para especializada para o fornecimento de serviço de mão de obra de limpeza/conservação predial e de copa/cozinha, visando atendimento a Câmara Municipal de Araguari.**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO CONTÍNUA E ESPECIALIZADA DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE LIMPEZA PREDIAL, CONSERVAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO E APOIO DE COPA/COZINHA NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI E DE SEU ANEXO ADMINISTRATIVO, MEDIANTE ALOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA, COMPREENDENDO 1 POSTO PARA LIMPEZA DE BANHEIROS PÚBLICOS COM OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO DE INSALUBRIDADE APLICÁVEL, 3 POSTOS PARA LIMPEZA GERAL DAS ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS E 2 POSTOS PARA SERVIÇOS DE COPA/COZINHA, PELO PRAZO INICIAL DE 12 (DOZE) MESES, PRORROGÁVEL, VISANDO À MANUTENÇÃO DIÁRIA DAS CONDIÇÕES DE HIGIENE, SALUBRIDADE E ORGANIZAÇÃO EM TODAS AS ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS DOS REFERIDOS IMÓVEIS.

1.2. Prestação de serviço de fornecimento de serviço de mão de obra de limpeza e conservação, nos termos da tabela abaixo, confeccionada através da estimativa de preços fornecidas com base nas seguintes Convenções Coletivas apresentadas nas propostas: SINTAPPI X SINSEHT, ano base 2025, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	UNID	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL  (VALOR TOTAL POR EMPREGADO x QUANTIDADE DE EMPREGADOS ENCONTRADOS NA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO)	VALOR TOTAL  (VALOR MENSAL X 12 MESES)
01	SV.	12 MESES	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOS BANHEIROS DE GRANDE CIRCULAÇÃO, (COM APLICAÇÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI CONTA COM APROXIMADAMENTE 150 SERVIDORES, ALÉM DO EXPRESSIVO PÚBLICO QUE CIRCULA DIARIAMENTE EM SUAS DEPENDÊNCIAS, AS ATIVIDADES DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DESENVOLVIDAS PELA EMPRESA CONTRATADA ENVOLVEM A RETIRADA DE LIXO DE BANHEIROS DE ACESSO IRRESTRITO AO PÚBLICO, COM GRANDE FLUXO DE PESSOAS. DIANTE DESSE CENÁRIO FÁTICO, IMPÕE-SE	R\$ 6.884,96	R\$ 82.619,52





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

		<p>QUE A CONTRATADA OBSERVE O PAGAMENTO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE EM GRAU MÁXIMO, CORRESPONDENTE A 40% (QUARENTA POR CENTO), NA FORMA DO INCISO II DA SÚMULA 448 DO TST, QUE EQUIPARA A COLETA DE LIXO DE SANITÁRIOS DE USO PÚBLICO OU DE GRANDE CIRCULAÇÃO AO MANEJO DE RESÍDUOS EM CONDIÇÕES INSALUBRES DE GRAU MÁXIMO.) DAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI, INCLUINDO HIGIENIZAÇÃO DIÁRIA E MANUTENÇÃO DA ORDEM E ASSEIO EM TODAS AS ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS DO PRÉDIO PRINCIPAL E DO ANEXO ADMINISTRATIVO.</p> <p><b>LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:</b> OS SERVIÇOS SERÃO EXECUTADOS EM TODOS OS AMBIENTES PERTENCENTES À CÂMARA MUNICIPAL, COMPREENDENDO: GABINETES DOS VEREADORES; DEPARTAMENTOS ADMINISTRATIVOS; SALAS DE REUNIÕES E PLENÁRIO; BANHEIROS COM GRANDE CIRCULAÇÃO; ÁREAS EXTERNAS, CORREDORES E ESCADAS; PRÉDIO ANEXO ADMINISTRATIVO.</p> <p><b>CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL:</b> O IMÓVEL POSSUI ESTRUTURA COMPOSTA POR PISOS DE CERÂMICA, CARPETE, MADEIRA E PAVIFLEX, BEM COMO PORTAS E JANELAS DE VIDRO E MADEIRA, QUE EXIGEM LIMPEZA ADEQUADA CONFORME O TIPO DE MATERIAL, UTILIZANDO TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO QUE MANTENHAM A INTEGRIDADE DAS SUPERFÍCIES.</p> <p><b>DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:</b> OS SERVIÇOS COMPREENDERÃO, DE FORMA NÃO LIMITATIVA: VARRIÇÃO, LAVAGEM E DESINFECÇÃO DOS PISOS; LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE BANHEIROS, REPOSIÇÃO DE PAPEL HIGIÊNICO E SABONETE LÍQUIDO; HIGIENIZAÇÃO DE MÓVEIS, MESAS, CADEIRAS E EQUIPAMENTOS DE USO COMUM; LIMPEZA DE PORTAS, JANELAS, VIDROS E DIVISÓRIAS; REMOÇÃO DE LIXOS E ACONDICIONAMENTO ADEQUADO PARA COLETA; MANUTENÇÃO DA LIMPEZA DAS ÁREAS EXTERNAS, COMO CALÇADAS, PÁTIOS E JARDINS; CONTROLE E USO CONSCIENTE DE MATERIAIS DE LIMPEZA.</p> <p><b>MATERIAIS E EQUIPAMENTOS:</b> OS MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS QUÍMICOS NECESSÁRIOS (DETERGENTES, DESINFETANTES, PANOS, VASSOURAS, ETC.) SERÃO FORNECIDOS PELO ÓRGÃO CONTRATANTE, SENDO DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA O FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E DE EVENTUAIS UTENSÍLIOS</p>		
--	--	---	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

			COMPLEMENTARES INDISPENSÁVEIS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS. <b>MÃO DE OBRA:</b> DEVERÃO SER DISPONIBILIZADOS <b>01 (UM)</b> AUXILIARE DE LIMPEZA, COM CARGA HORÁRIA DIÁRIA DE 08 (OITO) HORAS, TOTALIZANDO 40 HORAS SEMANAIS, CUMPRIDAS DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, DAS 07H00 ÀS 17H00, COM DUAS HORAS DE INTERVALO DESTINADAS A REPOUSO E ALIMENTAÇÃO. A EMPRESA CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL POR TODAS AS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS, FISCAIS E DEMAIS ENCARGOS DECORRENTES DA DISPONIBILIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO. <b>*DEVERÁ SER OBSERVADO UMA PREVISÃO DE REAJUSTE DA CONVENÇÃO COLETIVA PARA O ANO BASE DE 2026.</b>		
02	SV.	12 MESES	<p>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO GERAL, EXCETO LIMPEZA DE BANEHIROS DE GRANDE CICULAÇÃO (SEM APLICAÇÃO DE INSALUBRIDADE), DAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI, INCLUINDO HIGIENIZAÇÃO DIÁRIA E MANUTENÇÃO DA ORDEM E ASSEIO EM TODAS AS ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS DO PRÉDIO PRINCIPAL E DO ANEXO ADMINISTRATIVO. <b>LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:</b> OS SERVIÇOS SERÃO EXECUTADOS EM TODOS OS AMBIENTES PERTENCENTES À CÂMARA MUNICIPAL, COMPREENDENDO: GABINETES DOS VEREADORES; DEPARTAMENTOS ADMINISTRATIVOS; SALAS DE REUNIÕES E PLENÁRIO; BANHEIROS DE USO PRIVATIVO; ÁREAS EXTERNAS, CORREDORES E ESCADAS; PRÉDIO ANEXO ADMINISTRATIVO.</p> <p><b>CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL:</b> O IMÓVEL POSSUI ESTRUTURA COMPOSTA POR PISOS DE CERÂMICA, CARPETE, MADEIRA E PAVIFLEX, BEM COMO PORTAS E JANELAS DE VIDRO E MADEIRA, QUE EXIGEM LIMPEZA ADEQUADA CONFORME O TIPO DE MATERIAL, UTILIZANDO TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO QUE MANTENHAM A INTEGRIDADE DAS SUPERFÍCIES. <b>DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:</b> OS <b>SERVIÇOS COMPREENDERÃO, DE FORMA NÃO LIMITATIVA:</b> VARRIÇÃO, LAVAGEM E DESINFECÇÃO DOS PISOS; LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE BANHEIROS, REPOSIÇÃO DE PAPEL HIGIÊNICO E SABONETE LÍQUIDO; HIGIENIZAÇÃO DE MÓVEIS, MESAS, CADEIRAS E EQUIPAMENTOS DE USO COMUM; LIMPEZA DE</p>	R\$ 16.126,72	R\$ 193.520,70



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

			<p>PORTAS, JANELAS, VIDROS E DIVISÓRIAS; REMOÇÃO DE LIXOS E ACONDICIONAMENTO ADEQUADO PARA COLETA; MANUTENÇÃO DA LIMPEZA DAS ÁREAS EXTERNAS, COMO CALÇADAS, PÁTIOS E JARDINS; CONTROLE E USO CONSCIENTE DE MATERIAIS DE LIMPEZA. <b>MATERIAIS E EQUIPAMENTOS:</b> OS MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS QUÍMICOS NECESSÁRIOS (DETERGENTES, DESINFETANTES, PANOS, VASSOURAS, ETC.) SERÃO FORNECIDOS PELO ÓRGÃO CONTRATANTE, SENDO DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA O FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E DE EVENTUAIS UTENSÍLIOS COMPLEMENTARES INDISPENSÁVEIS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS. <b>MÃO DE OBRA:</b> DEVERÃO SER DISPONIBILIZADOS <b>03 (TRÊS)</b> AUXILIARES DE LIMPEZA, COM CARGA HORÁRIA DIÁRIA DE 08 (OITO) HORAS, TOTALIZANDO 40 HORAS SEMANAIS, CUMPRIDAS DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, DAS 07H00 ÀS 17H00, COM DUAS HORAS DE INTERVALO DESTINADAS A REPOUSO E ALIMENTAÇÃO. A EMPRESA CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL POR TODAS AS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS, FISCAIS E DEMAIS ENCARGOS DECORRENTES DA DISPONIBILIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO. <b>*DEVERÁ SER OBSERVADO UMA PREVISÃO DE REAJUSTE DA CONVENÇÃO COLETIVA PARA O ANO BASE DE 2026.</b></p>		
03	SV.	12 MESES	<p>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COPA E COZINHA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA CÂMARA MUNICIPAL E DE SEU ANEXO ADMINISTRATIVO, COMPREENDENDO ATIVIDADES DE PREPARO, ORGANIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE BEBIDAS, APOIO EM REUNIÕES INSTITUCIONAIS, SESSÕES LEGISLATIVAS E DEMAIS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO PODER LEGISLATIVO. O SERVIÇO DEVERÁ SER EXECUTADO POR <b>02 FUNCIONÁRIAS</b> DEVIDAMENTE CAPACITADAS, RESPONSÁVEIS PELO PREPARO E FORNECIMENTO DE CAFÉ, CHÁ, ÁGUA E DEMAIS BEBIDAS, ORGANIZAÇÃO E MONTAGEM DE BANDEJAS PARA ATENDIMENTO EM GABINETES, REUNIÕES E EVENTOS INSTITUCIONAIS, BEM COMO PELA HIGIENIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE UTENSÍLIOS UTILIZADOS NA COPA, TAIS COMO COPOS,</p>	R\$ 10.622,08	R\$ 127.464,96



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

			XÍCARAS, JARRAS, GARRAFAS TÉRMICAS, BANDEJAS E DEMAIS EQUIPAMENTOS DISPONIBILIZADOS PELA CÂMARA MUNICIPAL. TAMBÉM COMPETIRÁ AO PROFISSIONAL MANTER A LIMPEZA, ORGANIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO AMBIENTE DA COPA E COZINHA, REALIZAR O ABASTECIMENTO DE GARRAFAS TÉRMICAS, AUXILIAR NO ATENDIMENTO DURANTE REUNIÕES, SESSÕES E EVENTOS OFICIAIS, BEM COMO ZELAR PELO CORRETO USO E CONSERVAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS DISPONIBILIZADOS PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO. A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DEVERÁ OCORRER COM CARGA HORÁRIA DE 08 (OITO) HORAS DIÁRIAS, DE SEGUNDA-FEIRA A SEXTA-FEIRA, NO HORÁRIO DAS 07H00 ÀS 17H00, COM <b>02 (DOIS)</b> INTERVALOS DURANTE A JORNADA DE TRABALHO, CONFORME LEGISLAÇÃO TRABALHISTA VIGENTE. OS SERVIÇOS DEVERÃO SER EXECUTADOS NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL E EM SEU ANEXO ADMINISTRATIVO, CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS DE HIGIENE, ORGANIZAÇÃO, EFICIÊNCIA E QUALIDADE NO ATENDIMENTO. A EMPRESA CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL POR TODAS AS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS, FISCAIS E DEMAIS ENCARGOS DECORRENTES DA DISPONIBILIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO. <b>*DEVERÁ SER OBSERVADO UMA PREVISÃO DE REAJUSTE DA CONVENÇÃO COLETIVA PARA O ANO BASE DE 2026.</b>		
<b>TOTAL GERAL ESTIMADO R\$</b>					<b>403.605,18</b>

1.3. A proposta a ser formulada deverá considerar, para que não haja prejuízo à contratada, uma estimativa de reajuste para o ano de 2026, tendo em vista que, para composição dos custos, foi utilizada como referência a convenção coletiva de 2025, uma vez que a convenção de 2026 ainda não se encontra homologada. Nesse sentido, recomenda-se que a licitante preveja em sua planilha de formação de preços um percentual estimado de recomposição dos salários e benefícios aplicáveis a partir de eventual convenção de 2026, ciente de que, durante os primeiros 12 (doze) meses de vigência contratual, não haverá repactuação dos valores, devendo assumir o risco ordinário dessa variação no período inicial do contrato.

1.3.1. É de responsabilidade exclusiva da contratada manter e suportar os custos decorrentes dos reajustes previstos na convenção coletiva de 2026, caso venha a sagrar-se vencedora do certame com proposta elaborada com base nos preços da convenção coletiva de 2025, sem a previsão de estimativa de percentual para os reajustes que serão realizados na convenção de 2026. Assim, qualquer majoração de salários, benefícios, adicionais ou demais encargos trabalhistas decorrentes da nova convenção ficará a cargo da empresa, não gerando direito a repactuação ou revisão contratual nos primeiros 12 (doze) meses de vigência, cabendo à licitante assumir integralmente o risco ordinário dessa variação em sua formação de preços.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

1.4. A proposta apresentada pela empresa deverá estar acompanhada de planilha detalhada de composição de custos, devidamente preenchida conforme o modelo disponibilizado em anexo ao edital, contemplando todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, materiais, insumos e demais despesas indiretas relacionadas à execução dos serviços. Além disso, a licitante deverá anexar a convenção coletiva de trabalho por ela adotada na elaboração da proposta, a fim de demonstrar a base normativa utilizada para a definição dos salários, benefícios e demais condições laborais consideradas na formação de preços, permitindo a adequada análise e conferência pela Administração.

1.5. Empresa optante do Simples Nacional beneficiar-se desse regime tributário na elaboração da planilha de custos, destaca-se o entendimento firmado pelo Tribunal de Contas da União, consubstanciado no Acórdão 341/2012-Plenário, no sentido de que a empresa optante pelo Simples não pode utilizar o tratamento tributário favorecido como fundamento para a apresentação de preços inferiores, em detrimento da isonomia entre licitantes, devendo considerar, para fins de formação de propostas, a tributação compatível com o regime geral, de modo a evitar vantagem competitiva indevida.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6.1. A previsão do início, é do dia 01 de agosto de 2026.

1.6.2. O início pode sofrer alteração de acordo com necessidade e cronograma da Câmara Municipal de Araguari.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.8. Sendo a vigência anual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico.

1.9. Os itens do objeto desta contratação enquadram-se na classificação de serviços comuns, nos termos do art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021, sendo sua contratação por meio da modalidade pregão, **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme estabelecido no art. 6º, XLI da referida lei, em razão do valor previsto, devendo avaliar a conveniência e oportunidade da contratação direta, dado o valor total do objeto em questão.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

### 2.1. Motivação:

2.1.1. A Câmara Municipal de Araguari necessita contratar serviços contínuos e especializados de limpeza predial, conservação dos ambientes e apoio operacional de copa e cozinha, com vistas a garantir a adequada manutenção das condições de higiene, salubridade, organização e funcionamento regular da sede legislativa e de seu anexo administrativo. A demanda decorre da necessidade permanente de preservação do patrimônio público, da qualidade do ambiente de trabalho e da recepção adequada do público interno e externo que diariamente utiliza as dependências da Casa Legislativa.

2.1.2. Os serviços deverão ser executados de segunda a sexta-feira, no horário de 07h às 17h, com intervalo intrajornada de 2 (duas) horas, sem necessidade de recomposição de posto durante esse período, tendo em vista a organização operacional pretendida para a prestação dos serviços. O dimensionamento da mão de obra considera a rotina administrativa da Câmara, a circulação diária de servidores, vereadores, assessores, consultas de serviço e municípios, bem como a necessidade de cobertura contínua das atividades de limpeza e apoio durante o expediente regular.

2.1.3. No tocante à higienização dos sanitários, o órgão dispõe de um total de 8 (oito) banheiros de atendimento direto ao público em geral, além de 2 (dois) banheiros de acesso privativo. Considerando-se a grande circulação de pessoas nas dependências da Câmara, estimada em média superior a 150 (cento e cinquenta) usuários diários, entre público interno e externo, mostra-se necessária a destinação de 1 (um) profissional específico para a limpeza dos banheiros públicos de grande circulação, ao qual deverá ser observada a legislação trabalhista vigente quanto ao pagamento de insalubridade, na forma aplicável. Referido profissional, após a realização da higienização integral dos banheiros de uso público, poderá auxiliar as demais equipes na limpeza geral das dependências, sem prejuízo de suas atribuições prioritárias.

2.1.4. As demais pessoas designadas para a limpeza geral não deverão realizar a higienização dos banheiros de grande circulação, ficando, no entanto, responsáveis pela limpeza dos banheiros privativos da Presidência e da Vice-Presidência, além da conservação dos ambientes administrativos e institucionais. Tal distribuição de tarefas busca adequar a execução dos serviços às características específicas de cada área, observando critérios de eficiência operacional, segregação de atividades e





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

racionalidade no trabalho da mão de obra, de modo a garantir a cobertura adequada de todos os espaços sob responsabilidade da Câmara Municipal.

2.1.5. A rotina de manutenção da limpeza dos banheiros é atividade essencial e compreende a higienização de vasos sanitários, mictórios, pias, bancadas, espelhos, lixeiras e pisos, com a utilização de produtos protegidos para desinfecção, conservação e eliminação de odores. A correta execução desses procedimentos reduz significativamente o risco de prevenção de bactérias, fungos e outros agentes patogênicos, prevenindo doenças, preservando a saúde dos usuários e garantindo ambiente salubre tanto para o público externo quanto para o público interno.

2.1.6. Do mesmo modo, faz-se necessária a realização de serviços regulares de limpeza dos pisos em corredores, armários, plenários, salas de reunião, recepções e demais setores administrativos, mediante varrição, lavagem e remoção de manchas, observando-se a periodicidade e as técnicas adequadas para cada ambiente. Esses procedimentos são indicados não apenas para a boa apresentação institucional e para a organização dos espaços, mas também para a segurança dos usuários, para evitar o acúmulo de poeira, resíduos sólidos e umidade que possam ocasionar escorregões, quedas e outros acidentes.

2.1.7. Também se mostra necessária a limpeza e conservação de todo o mobiliário da Câmara Municipal e do Anexo Administrativo, incluindo mesas, cadeiras, balcões de atendimento, armários, estantes, bancadas de apoio e demais equipamentos de uso cotidiano. A conservação adequada desses bens é medida necessária para prolongar sua vida útil, evitar interrupções precoces e garantir um ambiente compatível com a dignidade do serviço público e com o atendimento regular à população.

2.1.8. No que se refere aos serviços de copa e cozinha, os profissionais designados atuarão no apoio às rotinas institucionais da Câmara, sendo responsáveis por atividades essenciais, tais como a preparação e distribuição de café, chá e outras bebidas; organização e higienização das áreas de copa e cozinha; relevantes, limpeza e conservação de móveis e equipamentos; organização de café, chá e água nos gabinetes; e apoio às reuniões, eventos e demais atividades promovidas pela Câmara. Tais serviços são indispensáveis para o suporte às ações legislativas e administrativas, especialmente em sessões plenárias, audiências públicas, reuniões de comissões e demais solenidades oficiais.

2.1.9. Desta forma, fica evidenciada a necessidade administrativa de contratação de mão de obra compatível com a rotina e a complexidade das atividades envolvidas pela Câmara Municipal de Araguari, de modo a garantir a continuidade dos serviços de limpeza, conservação e apoio operacional, em conformidade com o interesse público, com a exigência de salubridade e com a adequada prestação dos serviços institucionais.

2.2. **Benefícios Diretos:**

- 2.2.1. Qualidade na Prestação do Serviço;
- 2.2.2. Redução de Custos Operacionais;
- 2.2.3. Previsibilidade Orçamentária;
- 2.2.4. Continuidade do Serviço.

2.3. **Benefícios Indiretos:**

- 2.3.1. Foco nas Atividades-Fim;
- 2.3.2. Eficiência Administrativa;
- 2.3.3. Melhoria no Ambiente Organizacional;
- 2.3.4. Flexibilidade Contratual.

2.4. **Agrupamentos dos Itens por Lote:**

- 2.4.1. VERIFICA-SE A NECESSIDADE DE AGRUPAMENTO DOS ITENS EM 1 (UM) LOTE.

2.4.2. A contratação pretendida possui natureza de serviço contínuo e integrado, com auxílio à execução de atividades correlatas e complementares de limpeza predial, conservação e apoio de copa/cozinha nas dependências da Câmara Municipal de Araguari e de seu Anexo Administrativo. Pela razão dessa característica, o objeto não se revela técnico adequado ao parcelamento entre múltiplos contratantes simultâneos, tampouco à definição de lotes independentes por área ou por atividade, pois a execução exige uniformidade de procedimentos, padronização operacional, eficiência centralizada da mão de obra e controle único de qualidade e de resultados.

2.4.3. O fracionamento do objeto em mais de um contrato pode comprometer a eficiência da prestação, gerar sobreposição de responsabilidades, dificultar a fiscalização contratual e aumentar o risco de descontinuidade dos serviços, especialmente em ambientes de uso intenso e permanente, como banheiros públicos, plenários, gabinetes, recepções e setores administrativos. Considerando que



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

as atividades de limpeza e copa/cozinha se desenvolvem de forma interdependente e com rotinas diárias articuladas, a execução por um único contratado mostra-se mais compatível com a necessidade administrativa identificada e com a organização adequada dos postos de trabalho.

2.4.4. Não se verifica, portanto, vantagem técnica ou econômica na divisão da contratação em parcelas distintas para execução por diferentes fornecedores, sendo prejudicada a adição de solução unificada, com quantitativos definidos para cada posto e execução parcelada no tempo ao longo da vigência contratual de 12 (doze) meses. Tal modelagem garante continuidade dos serviços, preserva a padronização da execução e favorece a fiscalização pela Administração, sem prejuízo da competitividade do certo, uma vez que o objeto permanece delimitado de forma clara e usual no mercado.

**2.5. Utilização do Sistema de Registro de Preço:**

2.5.1. Não será utilizado o Sistema de Registro de Preço para esta contratação.

**2.6. Natureza do serviço:**

2.6.1. A presente contratação possui natureza de serviço contínuo, uma vez que a limpeza predial, a conservação dos ambientes e o apoio de copa e cozinha específicas atividades indispensáveis ao funcionamento diário da Câmara Municipal de Araguari e de seu Anexo Administrativo, não se tratando de demanda eventual, episódica ou sazonal. Trata-se, igualmente, de serviço comum, pois suas características e padrões de execução podem ser objetivamente definidos no edital e no termo de referência, por meio de especificações usuais de mercado, sem necessidade de solução técnica exclusiva ou altamente especializada.

2.6.2. A natureza contínua decorre do fato de que a higienização dos sanitários, corredores, gabinetes, plenários, salas de reunião, recepções e demais dependências, bem como o apoio às rotinas de copa e cozinha, deve ocorrer de forma permanente e regular, durante todo o período de funcionamento da Casa Legislativa. A interrupção dessas atividades comprometeria a salubridade dos ambientes, a organização institucional e o atendimento adequado ao público, ou que demonstrasse a essencialidade do serviço para a continuidade administrativa.

**2.7. Subcontratação:**

2.7.1. Fica **VEDADO** a subcontratação para o objeto licitado.

**2.8. Referência ao Estudo Técnico Preliminar:**

2.8.1. Esta contratação está embasada em estudo técnico preliminar realizado pela equipe de planejamento de contratação da Câmara Municipal de Araguari, que identificou a necessidade da contratação para o fornecimento de serviço de mão de obra de limpeza/conservação predial e de copa/cozinha.

2.8.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

2.8.2.1. ID PCA no PNCP: 23099229000120-0-000001/2026;

2.8.2.2. Data de publicação no PNCP: 03/10/2025.

**2.9. Adequação do órgão:**

2.9.1. Antes da celebração do contrato, deverão ser adotadas as disposições internas necessárias à estruturação adequada da contratação, com a consolidação da demanda, a delimitação precisa das áreas e atividades abrangidas, a validação dos quantitativos estimados e a confirmação da compatibilidade da solução com a rotina administrativa e legislativa da Câmara Municipal de Araguari. Deverão, ainda, ser verificadas a disponibilidade orçamentária e financeira e o enquadramento adequado da contratação no planejamento institucional, a fim de resguardar a previsão da pretensão administrativa e a regularidade da fase preparatória do procedimento licitatório.

2.9.2. No âmbito da infraestrutura, compete à Administração proceder à verificação prévia das condições físicas dos ambientes que protegem os serviços, especialmente banheiros públicos, banheiros privativos, plenários, gabinetes, salas administrativas, recepções, corredores, copa e cozinha, adotando, se necessário, medidas de organização e adequação mínimas para o início da execução contratual. Estas disposições compreendem a definição de locais apropriados para guarda de materiais e insumos, pontos de apoio à equipe contratada e eventuais ajustes de fluxo interno, de modo a não comprometer o funcionamento regular das atividades legislativas e administrativas.

2.9.3. Deverão, igualmente, ser impostas as disposições externas e formais necessárias à instauração do procedimento de contratação, com a elaboração do termo de referência, do edital e da minuta contratual, contemplando de forma expressa as obrigações da contratada e do contratante, a





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

jornada de prestação dos serviços, os critérios de substituição de mão de obra, os parâmetros de qualidade, os mecanismos de fiscalização e os instrumentos de medição da execução. Como a solução eleita envolve terceirização de mão de obra exclusiva, deverá a Administração explicitar, de modo suficiente e objetivo, os fluxos de comunicação, responsabilidades e rotinas operacionais aplicáveis à futura execução contratual.

2.9.4. No tocante à gestão e fiscalização contratual, a Administração deverá designar formalmente o servidor ou comissão responsável pelo acompanhamento da execução, em observância à segregação de funções e à necessidade de controle contínuo da conformidade contratual. A fiscalização deverá abranger, entre outros aspectos, a assiduidade da equipe, a adequação dos uniformes e equipamentos de proteção, a substituição tempestiva de empregados ausentes, a observância das rotinas de limpeza e copa/cozinha e a aferição da qualidade dos serviços prestados, com registro formal das ocorrências e adoção das providências cabíveis diante de eventuais inconformidades.

2.9.5. Por fim, recomenda-se, antes da assinatura contratual, a capacitação dos servidores que atuarão na gestão e fiscalização do ajuste, com especial atenção à leitura do instrumento convocatório, às obrigações contratuais, aos critérios de recolha e medição dos serviços, ao controle de ocorrências e à aplicação das medidas administrativas pertinentes em caso de descumprimento. Sendo necessário, será necessário promover orientações complementares aos setores internos envolvidos, a fim de garantir a integração adequada entre a estrutura administrativa da Câmara e a equipe contratada, prevenindo falhas operacionais e contribuindo para a execução do campo do objeto lícito.

2.9.6. Por fim, a Câmara deverá orientar e capacitar os servidores envolvidos na coleta, controle e fiscalização do abastecimento, ainda que por meio de treinamento interno, manual de procedimentos ou instruções formais. Essa medida é importante para garantir o correto acompanhamento da execução contratual e o fiel cumprimento do objeto, com maior segurança administrativa, eficiência e regularidade no abastecimento dos materiais necessários ao funcionamento das atividades legislativas e administrativas.

**2.10. Da Garantia de Execução:**

2.10.1. Não será exigida a garantia contratual prevista no artigo 96 (caput) e §1º, da Lei nº 14.133/2021.

**2.11. Vistoria:**

2.11.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

2.11.2. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultada a empresa participante, desde que a mesma deseje obter conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 16 horas.

2.11.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

2.11.4. A não realização de vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

**2.12. Instalação de escritório:**

2.12.1. Não se exigirá, para a adequada execução dos serviços contratados, que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, no município de Araguaçu/MG, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

3.1. A solução a ser contratada consiste na contratação de empresa especializada para a prestação contínua de serviços terceirizados de limpeza predial, conservação, higienização e apoio de copa/cozinha nas dependências da Câmara Municipal de Araguaçu e de seu Anexo Administrativo, com alocação de mão de obra exclusiva e quantitativo compatível com a necessidade determinada no planejamento da contratação. A medida busca garantir condições permanentes de salubridade, organização, asseio e funcionamento adequado dos espaços institucionais, em conformidade com a rotina legislativa e administrativa do órgão.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

3.2. Sob o aspecto jurídico e jurídico, trata-se de contratação indireta de serviços continuados, sem subordinação dos empregados da contratada aos agentes públicos da Câmara, inexistindo vínculo empregatício entre a Administração e a mão de obra alocada. Competirá exclusivamente à empresa contratada a direção, coordenação, supervisão e substituição de seus trabalhadores, bem como a responsabilidade integral pelo cumprimento das obrigações legais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e contratuais decorrentes da execução dos serviços.

3.3. No campo trabalhista, a execução deverá observar integralmente a legislação vigente, inclusive quanto aos encargos sociais, previdenciários, tributários e trabalhistas incidentes sobre a mão de obra empregada. Deverá ser considerada, ainda, a incidência do adicional de insalubridade para o posto destinado à limpeza de banheiros públicos de grande circulação, quando cabível, nos termos da legislação aplicável e da convenção coletiva da categoria, se existente, cabendo à contratada absorver tais custos na composição de sua proposta.

3.4. Do ponto de vista operacional, a solução contempla aproximadamente 1 (um) profissional para limpeza dos banheiros públicos, 3 (três) profissionais para a limpeza geral das dependências prediais e 2 (dois) profissionais para os serviços de copa/cozinha, totalizando equipe dimensionada para atendimento das áreas da sede e do anexo administrativo. As atividades compreendem limpeza rotineira, conservação de ambientes, higienização de sanitários, limpeza de pisos e móveis, organização de insumos em gabinetes e apoio ao funcionamento das sessões legislativas e demais atividades institucionais.

3.5. A execução deverá seguir rotinas compatíveis com o expediente da Câmara, contemplando a limpeza inicial antes do início do funcionamento, a manutenção ao longo do período de maior circulação e o reforço das áreas críticas em dias de sessões, audiências públicas e reuniões. A contratada deverá disponibilizar uniformes adequados aos empregados, em padrão compatível com a função exercida, incluindo, quando necessário, camiseta, casaco, meias, touca e avental, de modo a garantir a apresentação visual, higiene operacional e identificação funcional da equipe.

3.6. No tocante à segurança do trabalho, a contratada deverá fornecer e exigir o uso de equipamentos de proteção individual compatíveis com os riscos de atividade, tais como calçados ocupacionais, luvas e óculos de proteção (se necessário), além de outros EPIs exigidos pela legislação e pelas normas regulamentadoras aplicáveis. A adoção desses equipamentos é necessária para prevenir acidentes, reduzir a exposição a agentes químicos e biológicos e preservar a integridade física dos trabalhadores durante a execução dos serviços. A relação de quantitativo e periodicidade de troca dos EPI's encontram-se descritas na planilha de composição de custos.

3.7. A solução também pressupõe a observância às normas regulamentadoras incidentes sobre saúde e segurança ocupacional, especialmente no que se refere ao controle de produtos de limpeza, à exposição a superfícies molhadas, à colocação de materiais e à higienização de sanitários. A contratada deverá orientar seus funcionários quanto ao uso correto dos equipamentos, às práticas seguras de trabalho e aos procedimentos de prevenção de riscos, respondendo por eventuais descumprimentos.

3.8. Quanto ao fornecimento de materiais e insumos, estabelece-se que caberá ao contratante o fornecimento dos materiais e insumos necessários à execução dos serviços, conforme diretriz definida para a presente contratação. Essa providência inclui produtos de limpeza, utensílios, itens de higiene e demais insumos necessários ao desempenho regular das atividades, de modo a viabilizar a padronização do atendimento e a continuidade operacional dos serviços.

3.9. A contratada, por sua vez, deverá manter a organização interna compatível com a utilização adequada dos materiais disponibilizados, respondendo pelo emprego racional dos insumos e pela correta execução das rotinas de limpeza, conservação e copa/cozinha. A interação entre contratante e contratada deverá ser pautada por fluxos definidos de reposição, controle e acompanhamento, garantindo o aproveitamento adequado dos recursos públicos e a boa prestação do serviço.

3.10. No que se refere à gestão contratual, a Câmara Municipal exercerá fiscalização permanente sobre a execução, com verificação da presença dos trabalhadores, da regularidade das atividades, da qualidade da limpeza, do asseio dos ambientes e da adequação dos serviços às necessidades institucionais. A contratada deverá promover substituições imediatas em caso de faltas, ausências, férias ou afastamentos, garantindo a continuidade do serviço sem prejuízo à rotina administrativa e legislativa.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

3.11. A contratada deverá ser formalizada por meio de pregão, em formato eletrônico, para tratar de serviço comum, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos em edital e termo de referência. A classificação de julgamento das propostas será o de menor preço global oferecido, por se revelar a solução mais adequada à natureza do objeto, permitindo a análise integrada dos custos dos postos de trabalho e favorecendo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

3.12. A adoção do menor preço global contribui para a uniformidade na execução dos serviços, evitando a fragmentação contratual e perdas riscos operacionais decorrentes da contratação de múltiplas discussões para atividades correlatas. Assim, a solução como um todo revelado é juridicamente adequada, tecnicamente viável e economicamente vantajosa, atendendo ao interesse público e à necessidade de continuidade dos serviços de apoio à Câmara Municipal de Araguari.

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### 4.1. *Duração da contratação:*

4.1.1. Considerando a natureza contínua do objeto, a contratação deverá ser formalizada com prazo inicial de 12 (doze) meses, admitindo-se prorrogações sucessivas, desde que demonstrada a vantagem da permanência da antecedência para a Administração e contribuições os limites legais aplicáveis. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, os serviços e suprimentos contínuos podem ter vigência inicial de até 10 (dez) anos, admitidas prorrogações sucessivas, conforme disciplina legal própria para esse tipo de contratação.

4.1.2. No caso concreto, a opção por vigência de 12 meses revela-se adequada para permitir melhor acompanhamento da execução contratual, aferição da produtividade, avaliação da estabilidade da equipe alocada e verificação da conformidade dos serviços com as necessidades da Câmara Municipal. Caso a execução demonstre bom desempenho, a Administração, por interesse público devidamente motivado, pode promover a prorrogação da antecedência, respeitadas os requisitos legais e a conveniência administrativa.

##### 4.2. *Relevância dos requisitos estipulados:*

4.2.1. Os requisitos estabelecidos para a contratação são relevantes porque asseguram a padronização adequada da execução, o atendimento às exigências mínimas de qualidade e a compatibilidade do serviço com a rotina institucional da Câmara Municipal de Araguari. Em uma Câmara de médio porte, como é o caso, a circulação diária de vereadores, servidores, assessores, fornecedores e cidadãos exige equipe minimamente dimensionada e preparada para garantir a limpeza, conservação e apoio operacional sem proteção de continuidade.

4.2.2. A definição prévia de requisitos também evita contratações desproporcionais, com quantitativos insuficientes ou excessivos, e permite que a Administração avalie com maior precisão a relação entre custo e benefício. Por exemplo, a previsão de 1 profissional para banheiros públicos de grande circulação, 3 para limpeza geral e 2 para copa/cozinha evita tanto a sobreposição de funções quanto o desatendimento de áreas críticas, como sanitários, plenários e gabinetes, que exigem atenção contínua.

##### 4.3. *Requisitos de sustentabilidade:*

4.3.1. Os requisitos de sustentabilidade são aplicados à presente contratação, ainda que de forma compatível com a natureza do serviço. A Administração deve observar práticas sustentáveis relacionadas ao uso racional de água, à escolha de produtos de limpeza regularizados e menos agressivos ao meio ambiente, ao correto acondicionamento e descarte de resíduos, e à racionalização do consumo de materiais aplicados e insumos de copa.

4.3.2. Também poderá ser exigido da contratada que adote procedimentos de economia de recursos, como diluição correta de produtos, uso controlado de materiais de consumo e reaproveitamento responsável de insumos permitidos, sempre sem comprometer a qualidade da higienização. Em um prédio público com grande fluxo, essas medidas são importantes porque economizam desperdícios, melhoram a gestão ambiental interna e pontos para a responsabilidade socioambiental do órgão.

##### 4.4. *Requisitos específicos para serviços de limpeza*

4.4.1. As condições mínimas técnicas e operacionais para a execução dos serviços contínuos de limpeza e conservação nas dependências da Câmara Municipal de Araguari devem assegurar a manutenção de ambiente salubre, organizado e compatível com a relevância institucional do Poder



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

Legislativo, considerando o fluxo diário de aproximadamente 150 servidores, além de vereadores, estagiários, terceirizados e público externo. A prestação dos serviços deve garantir higienização diária e manutenção da ordem e do asseio em todas as áreas internas e externas do prédio principal e do anexo administrativo, de forma a não interferir negativamente no andamento das sessões plenárias, reuniões e atividades administrativas.

4.4.2. Observar integralmente a legislação trabalhista vigente, em especial o disposto nos artigos 190 e 192 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o inciso II da Súmula 448 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), no que se refere à caracterização e ao pagamento do adicional de insalubridade. Considerando que a Câmara Municipal de Araguari conta com aproximadamente 150 servidores, além do expressivo público que circula diariamente em suas dependências, as atividades de limpeza e conservação desenvolvidas pela empresa contratada envolvem a retirada de lixo de banheiros de acesso irrestrito ao público, com grande fluxo de pessoas.

4.4.3. Diante desse cenário fático, impõe-se que a contratada observe o pagamento do adicional de insalubridade em grau máximo, correspondente a 40% (quarenta por cento), na forma do inciso II da Súmula 448 do TST, que equipara a coleta de lixo de sanitários de uso público ou de grande circulação ao manejo de resíduos em condições insalubres de grau máximo. Assim, ao organizar sua folha de pagamento e dimensionar os custos da contratação, a empresa deverá incluir o referido adicional para os empregados que atuarem diretamente na limpeza e na retirada de lixo desses sanitários, sob pena de violação às normas trabalhistas e de responsabilização nas esferas administrativa e judicial.

4.4.4. Do ponto de vista operacional, exige-se que a empresa contratada assegure a presença diária de 2 (dois) auxiliares de limpeza, com jornada de 8 (oito) horas, das 07h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, com intervalo legal para repouso e alimentação, organizando a rotina de trabalho de modo a contemplar a limpeza inicial dos ambientes antes do início do expediente, a manutenção durante o período de maior circulação e a finalização ao término das atividades. Como exemplo, recomenda-se que a limpeza de banheiros, copas e corredores de maior fluxo seja feita em ciclos ao longo do dia (por exemplo, a cada 2 ou 3 horas), enquanto a limpeza mais detalhada de gabinetes e salas de reunião seja programada em horários de menor uso, evitando interrupções de reuniões e sessões.

4.4.5. Considerando as características do imóvel, com pisos de cerâmica, carpete, madeira e paviflex, bem como portas e janelas de vidro e madeira, a empresa deverá possuir conhecimento técnico e procedimentos padronizados para a limpeza de cada tipo de superfície, utilizando produtos e equipamentos adequados para evitar danos ao patrimônio público. Como exemplo prático, pisos de paviflex e madeira não devem ser lavados com grande volume de água para prevenir infiltrações e descolamentos, devendo-se adotar técnicas de limpeza úmida com produtos neutros e panos adequados; já as superfícies envidraçadas devem ser higienizadas com produtos específicos que não provoquem manchas ou corrosão nos perfis.

4.4.6. No tocante à higienização dos banheiros, exige-se a realização de limpeza e desinfecção de vasos sanitários, mictórios, pia, bancadas, espelhos, portas, maçanetas e pisos, com uso de desinfetantes apropriados para superfícies sanitárias, aliado à reposição constante de papel higiênico, papel-toalha e sabonete líquido, de forma a garantir condições dignas de uso em todo o período de funcionamento da Câmara. A adequada manutenção desses ambientes é especialmente relevante em razão da intensa circulação de pessoas nos dias de sessões e eventos, devendo a empresa organizar escalas internas para reforço da limpeza nesses períodos, a fim de evitar falta de insumos, odores desagradáveis ou acúmulo de resíduos.

4.4.7. A limpeza de mobiliário – mesas, cadeiras, balcões, armários, estantes e equipamentos de uso comum – deverá observar critérios de conservação e segurança, especialmente em ambientes com computadores, equipamentos de som, sistemas de votação e demais itens sensíveis, comuns em plenário e gabinetes. Exige-se que os auxiliares utilizem panos levemente umedecidos e produtos compatíveis com as superfícies, evitando o contato direto de líquidos com equipamentos eletrônicos, tomadas e cabeamentos, de modo a prevenir danos materiais e riscos de acidentes elétricos, o que justifica a necessidade de treinamento específico e orientação prévia pela Administração sobre áreas críticas.

4.4.8. Em relação aos materiais, cabe ao órgão contratante o fornecimento de detergentes, desinfetantes, panos, vassouras e demais insumos de limpeza, cabendo à empresa contratada o controle do uso racional desses materiais, bem como o fornecimento de equipamentos de proteção



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

individual (EPIs) e utensílios complementares indispensáveis, como luvas e botas, o qual encontra-se demonstrado o quantitativo e periodicidade de troca na planilha de composição de custos. A exigência de EPIs justifica-se pela necessidade de proteção dos trabalhadores contra agentes químicos, biológicos e riscos ergonômicos, garantindo o cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho e a continuidade dos serviços sem afastamentos desnecessários.

**4.5. Requisitos específicos para serviços copa/cozinha**

4.5.1. Os serviços de copa e cozinha deverão ser executados de forma contínua, organizada e padronizada, com o objetivo de garantir o suporte adequado às atividades administrativas e legislativas da Câmara Municipal de Araguari, em especial durante sessões plenárias, reuniões de comissões, audiências públicas, solenidades, atendimentos institucionais e demais eventos oficiais. A prestação desses serviços é essencial para garantir condições adequadas de acolhimento e funcionamento dos espaços de apoio, preservando a ordem, a higiene e a fluidez das rotinas internas.

4.5.2. A equipe designada à copa/cozinha deverá realizar, diariamente, a preparação, organização e distribuição de café, chá, água e outras bebidas eventualmente solicitadas pela Administração, bem como o apoio ao atendimento de servidores, vereadores, autoridades e demais usuários internos em suas rotinas de trabalho. A atividade compreende também a revisão periódica desses itens nos gabinetes e em pontos de apoio definidos pela Câmara, de modo a garantir disponibilidade contínua dos insumos ao longo do expediente.

4.5.3. A contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, profissionais em quantidade suficiente para atender à demanda ordinária e extraordinária do órgão, observando a rotina de funcionamento da Câmara, o fluxo de pessoas e a necessidade de suporte em horários de maior movimentação. Como exemplo prático, nos dias de sessões legislativas ou eventos institucionais, a equipe deve estar apta a promover a reposição de água, café e chá, bem como a organizar bandejas, copos, utensílios e demais itens de uso comum, sem prejuízo da regularidade das demais atividades.

4.5.4. Os materiais de consumo utilizados diretamente na execução dos serviços, serão fornecidos pelo órgão, e deverão ser controlados quanto à sua utilização racional, à economicidade e à conservação adequada. A contratada deverá zelar para que não haja desperdício de café, chá, açúcar, adoçantes, copos, preparados ou outros insumos eventualmente disponibilizados, adotando práticas de consumo responsável e organização eficiente dos espaços de apoio, bem como o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs) e utensílios complementares indispensáveis, como luvas

4.5.5. A equipe de copa/cozinha deverá, ainda, observar rigorosamente as normas de segurança e saúde do trabalho aplicáveis, especialmente no que se refere a líquidos quentes, móveis cortantes, equipamentos elétricos e superfícies úmidas, prevenindo acidentes e incidentes operacionais. Como exemplo, a manipulação de cafeteiras, chaleiras e recipientes térmicos deve ser feita com cautela, utilizando técnicas adequadas e evitando riscos de queimaduras ou derramamentos em áreas de circulação.

**4.6. Requisitos gerais para ambos**

4.6.1. Para fins de elaboração da planilha de composição de custos, informa-se que o valor atual da tarifa do transporte coletivo urbano no Município de Araguari/MG encontra-se fixado em R\$ 4,30 (quatro reais e trinta centavos), conforme decreto municipal vigente e tabelas tarifárias publicadas pela concessionária responsável pelo serviço público de transporte coletivo. Esse valor deverá ser considerado pela licitante na composição dos custos com deslocamento e vale-transporte eventualmente devidos aos empregados alocados na execução dos serviços objeto desta licitação, observadas as normas da CLT e da convenção coletiva aplicável. Recomenda-se a verificação de eventuais atualizações tarifárias próximas à data limite para apresentação das propostas.

4.6.2. Para fins de elaboração de planilha de composição de custos, informa-se que deverá ser considerado uma quantidade fixa de 22 dias para cálculos de vale-alimentação, o qual deverá ser posteriormente repassado em sua integralidade ao funcionário contratado pela empresa prestadora do serviço, salvo descontos legais. Ressaltando que durante o cumprimento do contrato ficará vedado o desconto deste vale do funcionário se sua falta for em decorrência de feriado e prolongamento deste feriado desde que estabelecido por esta administração.

4.6.3. Do ponto de vista de qualificação técnica profissional, a empresa deverá comprovar que dispõe de profissionais com experiência prévia em serviços de limpeza predial em ambientes institucionais, e prestação de serviços de copa/cozinha, preferencialmente em órgãos públicos, por meio de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

demonstrem a execução de serviços compatíveis em características, prazos e relevância. Poderá ser exigida, por exemplo, a apresentação de atestado que comprove a prestação de serviços de limpeza em prédio de uso coletivo com fluxo significativo de pessoas, como câmaras municipais, prefeituras, fóruns ou edifícios administrativos, demonstrando que a contratada possui organização e estrutura para atuar em ambientes de alta circulação e com demandas variadas. Quanto à qualificação técnico-operacional, a empresa deve comprovar possuir estrutura mínima compatível com a execução do objeto, incluindo equipe administrativa para supervisão dos serviços, processos internos de controle de frequência, substituição de funcionários em caso de faltas ou afastamentos, bem como capacidade de treinar e orientar continuamente os auxiliares de limpeza. É recomendável que a contratada apresente procedimentos operacionais padrão (POPs) ou rotinas internas de limpeza que demonstrem a sistematização das atividades, como checklists diários de ambientes atendidos, registro de ocorrência de problemas (por exemplo, vazamentos, danos em instalações) e comunicação ágil com o setor responsável da Câmara para solução.

4.6.4. A empresa deverá indicar responsável técnico ou preposto com competência para acompanhar a execução contratual, dialogar com a fiscalização da Câmara e implementar eventuais ajustes operacionais necessários, especialmente em períodos de maior demanda, como sessões solenes, audiências públicas e eventos institucionais. Esse representante deverá possuir experiência compatível com a gestão de equipes de limpeza, conhecimento básico de normas de segurança do trabalho e capacidade de elaborar relatórios simples de acompanhamento de execução (por exemplo, registro de dias trabalhados, ocorrências relevantes, demandas extraordinárias), o que justifica sua presença como requisito mínimo para assegurar o adequado atendimento às necessidades específicas da Câmara Municipal de Araguari.

## 5. MODELO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O modelo de execução do objeto terá como instalações a prestação contínua dos serviços de limpeza e conservação predial, com e sem insalubridade, e de copa/cozinha, de segunda a sexta-feira, das 07h00 às 17h00, com 6 (seis) auxiliares em dedicação exclusiva, distribuindo-se as atividades de forma organizadas entre todas as áreas internas e externas da Câmara Municipal de Araguari e de seu Anexo Administrativo. A empresa contratada deverá organizar escala e rotina diária de serviços, contemplando limpeza inicial dos ambientes antes do início do expediente, manutenções ao longo do dia em áreas de maior fluxo e higienização final ao término das atividades, de modo a garantir padrão contínuo de asseio, incluindo a limpeza específica de banheiros públicos com observância do adicional de insalubridade, limpeza geral das demais dependências e apoio operacional de copa/cozinha com preparação e restrição de insumos.

5.2. Os serviços serão executados mediante programação previamente acordada com a fiscalização, contendo a relação de ambientes, frequência de limpeza (diária, mais de uma vez ao dia ou periódica) e atividades específicas (varrição, lavagem, desinfecção, retirada de lixo, limpeza de mobiliário, vidros, portas e áreas externas para limpeza predial; preparação de café, chá e água, organização de lanches, organização de insumos nos armários e apoio às sessões legislativas para copa/cozinha). Demandas extraordinárias – como sessões solenes, audiências públicas ou eventos fora do horário habitual – deverão ser comunicadas pela Câmara à contratada com antecedência mínima razoável, para ajuste de escala, sem prejuízo da rotina regular.

5.3. A contratada deverá garantir que toda a mão de obra alocada seja devidamente treinada e capacitada para o desempenho das atividades, incluindo técnicas adequadas para cada tipo de piso (cerâmica, carpete, madeira e paviflex), higienização de banheiros com e sem insalubridade, entrega de produtos químicos e uso correto de EPIs, além de procedimentos para preparo seguro de bebidas e limpeza de utensílios de copa/cozinha. Constitui condição essencial que os funcionários observem as normas de segurança, saúde e meio ambiente, sendo vedado o uso de produtos ou procedimentos que possam danificar as superfícies, o mobiliário ou oferecer risco aos usuários das instalações.

5.4. São elementos intransponíveis para a adequada prestação dos serviços: a manutenção da quantidade mínima de 6 (seis) auxiliares em regime de 40 horas semanais cada; o cumprimento integral do horário contratual; o uso de EPIs adequados e em perfeito estado; e a observância da rotina de limpeza e copa/cozinha acordada com a fiscalização. A ausência reiterada de pessoal, o descumprimento de horários ou a execução dos serviços sem observância às normas de segurança e às





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

especificações do termo de referência serão consideradas falhas graves na execução contratual, sujeitas às disposições previstas.

5.5. Os materiais de limpeza e produtos saneantes (detergentes, desinfetantes, panos, vassouras, sacos de lixo etc.) serão fornecidos pela Câmara Municipal, cabendo à contratação o uso racional desses insumos, o correto armazenamento nos locais designados e o registro de necessidades de intervenção com antecedência. A contratada será responsável pelo fornecimento de todos os EPIs (luvas, botas, aventais, máscaras, entre outros), devendo mantê-los em boas condições e substituí-los quando necessário, sem ônus adicional para a Administração.

5.6. A empresa deverá responder integralmente pelas decisões quando forem constatados erros na execução dos serviços, tais como áreas não limpas, uso inadequado de produtos que causem danos a pisos, móveis ou equipamentos, ou não atendimento de demandas previamente programadas, tanto para limpeza predial quanto para copa/cozinha. Nesses casos, a correção deverá ser realizada no menor prazo possível, sem ônus extra para a Câmara, sem prejuízo da possibilidade de desconto proporcional na fatura e aplicação de sanções, quando cabível.

5.7. A Câmara Municipal designará formalmente fiscal e gestor do contrato, responsável por acompanhar a execução, registrar ocorrências, atestar a incidência e propor aplicação de sanções em caso de descumprimento contratual. O fiscal realizará vistorias periódicas, formais ou informais, em diferentes setores (gabinetes, plenário, banheiros, copa/cozinha, áreas externas etc.), utilizando checklists e registros fotográficos para avaliar o atendimento aos padrões de limpeza e apoio operacional estabelecidos no termo de referência.

5.8. A metodologia de medição para fins de pagamento será mensal, com base na prestação efetiva dos serviços ao longo do período, observada a manutenção da quantidade de postos de trabalho contratados e o cumprimento das rotinas de limpeza predial e copa/cozinha previstas. A contratada apresentará, juntamente com a fatura mensal, relatório de execução contendo, no mínimo, a frequência dos empregados, indicação de faltas e substituições, bem como ocorrências relevantes; o pagamento ficará condicionado ao atestado do fiscal quanto à conformidade dos serviços.

5.9. Em hipóteses de descumprimento parcial das obrigações – como faltas não cobertas por substitutos, falhas na limpeza de ambientes específicos ou descumprimento pontual de rotinas de copa/cozinha – poderá ser aplicado desconto proporcional na medição, de acordo com critérios definidos no termo de referência (por exemplo, percentual de abatimento por dia/posto não atendido ou por indicador de não desempenho). Em casos de reincidência ou de falhas que comprometam a salubridade e o funcionamento da Câmara, a Administração poderá, além do desconto, instaurar procedimento para aplicação de sanções administrativas.

5.10. As disposições regulamentares à contratada, em caso de inexecução total ou parcial, atrasos injustificados, descumprimento de determinações do fiscal ou violação de cláusulas contratuais, poderão incluir advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal e demais disposições previstas na Lei nº 14.133/2021 e no edital. A gradação das avaliações observará a gravidade da infração, a reincidência, o dano causado à Administração e o histórico de execução do contrato.

5.11. A execução dos serviços também deve observar normas ambientais e de segurança, relativas ao uso de produtos de limpeza, acondicionamento e destinação de resíduos e prevenção de acidentes de trabalho, incumbindo à contratada orientar e supervisionar seus empregados quanto ao cumprimento desses critérios, tanto na limpeza predial quanto na copa/cozinha. Qualquer dano ambiental ou ao patrimônio público decorrente de ação ou omissão da contratada deverá ser reparado às suas despesas, sem prejuízo da responsabilidade civil, administrativa e, se cabível, penal.

5.12. Qualquer alteração relevante na rotina de funcionamento da Câmara (como reformas, mudanças de layout, ampliação de áreas ou criação de novos setores) deverá ser comunicada à contratada e ao fiscal para readequação do plano de trabalho, preservando-se o equilíbrio contratual. Eventuais ajustes na distribuição das atividades entre os postos de limpeza e copa/cozinha poderão ser definidos em comum acordo entre a fiscalização e o preposto da empresa, desde que não haja aumento de custo e sejam estabelecidos os padrões mínimos de qualidade dos serviços.

5.13. Por fim, a contratada deverá manter o preposto formalmente indicado para contato com o fiscal e o gestor, com poderes para receber comunicações, dirimir dúvidas operacionais e adotar providências imediatas para sanar falhas apontadas na limpeza predial ou copa/cozinha. A interação adequada entre Administração e empresa, por meio de reuniões periódicas ou comunicação formal registrada, integra o



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

modelo de execução do objeto e é condição para garantir que os serviços atendam de forma contínua e satisfatória às necessidades da Câmara Municipal de Araguari e de seu Anexo Administrativo. Os serviços objeto do presente Termo de Referência compreendem as dependências de a Câmara Municipal e seu Anexo Administrativo.

5.14. A critério da Administração, os serviços poderão também ser executados em localidade diversa a ser expressa e previamente comunicada, inclusive em caso de Posse de Vereadores, Eleição da Mesa Diretora e Audiências realizadas em outras localidades promovidas pela Câmara Municipal de Araguari-MG.

5.15. Os serviços objeto do presente documento deverão ser realizados visando à obtenção de condições de maior comodidade, com disponibilização de mão de obra, nas condições informadas neste Termo de Referência.

5.16. Os serviços serão executados pela Contratada, conforme especificações do presente documento, atentando para o emprego correto dos materiais, máquinas e serviços específicos, não eximindo a empresa da responsabilidade da execução de outras atividades atinentes ao objeto deste instrumento.

5.17. Os funcionários desenvolverão atividades inerentes ao objeto deste presente Termo de Referência, observada a categoria profissional contratada e atendendo aos procedimentos técnicos comuns adotados na execução de suas atividades.

5.18. A jornada de trabalho diária a ser cumprida pelos empregados será adotada na legislação trabalhista, em turnos e horários pré-estabelecidos neste termo de referência. Os horários poderão ser alterados de acordo com a conveniência administrativa, independente de termo aditivo, desde que não ocorra acréscimo sobre a referida carga horária.

5.19. A concessão de férias, licenças, folgas e descansos semanais, atribuída aos profissionais alocados nos postos de trabalho, será de inteira responsabilidade da Contratada, devendo ser mantido sempre o quantitativo mínimo determinado de 6 (seis) Funcionárias.

5.20. Deverá ser observado por todos os prestadores de serviço:

5.20.1. Adotar as práticas e técnicas próprias da atividade da categoria, primando pelo melhor serviço no atendimento aos usuários do órgão;

5.20.2. Tratar os usuários dos serviços com gentileza e urbanidade, observando os procedimentos mínimos da profissão, comportando-se sempre com profissionalismo e sem demonstração de preferências entre as pessoas atendidas;

5.20.3. Zelar pelo funcionamento dos equipamentos colocados à disposição do serviço, sempre comunicando, de imediato, qualquer dificuldade, defeito ou dano que venham a impedir o bom andamento das atividades a Superintendência Administrativa;

5.20.4. Apresentar-se sempre bem asseado, barba feita (se for o caso), cabelos presos e uniformes limpos e passados;

5.20.5. Fazer uso de uniformes e demais utensílios exigidos para a manutenção da higiene e segurança da Câmara Municipal.

5.20.6. É expressamente proibido à Contratada alocar empregados, na Instituição, para outras atividades que constituam desvio de função das atividades para as quais está sendo contratada.

5.21. CARACTERÍSTICAS E OBRIGAÇÕES DO PESSOAL:

5.21.1. Os empregados da Contratada deverão, desde o início dos serviços, inteirarem-se das normas do funcionamento da Instituição nas quais sejam a prestarão serviços: horário das atividades normais e especiais, dentro e fora do expediente e orientações necessárias à execução das atividades especiais, as quais deverão ser solicitadas a Câmara Municipal e seu Anexo Administrativo.

5.21.2. Os empregados da Contratada deverão observar e respeitar as normas de funcionamento de cada Departamento/Unidade/Sala de Vereadores.

5.22. Não será permitido aos empregados da Contratada utilizar computadores ou outros equipamentos, bem como materiais de propriedade da Câmara Municipal e seu Anexo Administrativo, além dos necessários para realização do serviço contratado.

5.22.1. Os empregados da Contratada deverão zelar pela boa conservação do patrimônio da Contratante.

5.22.2. Os empregados da Contratada deverão cumprir rigorosamente horário de intervalos após 6 horas de trabalho, um intervalo de 2h para refeições e após 4 horas de trabalho, um intervalo de 15 minutos para café previsto em lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

5.23. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

5.23.1. A Contratada assumirá os serviços imediatamente após a assinatura do Contrato.

5.23.2. A Contratada deverá, desde o início dos serviços, inteirar-se das normas de funcionamento dos locais de trabalho, quais sejam: horário de funcionamento, horário das atividades normais e especiais, dentro e fora do expediente e orientações necessárias à execução das atividades especiais.

5.23.3. A Contratada para a perfeita execução dos serviços de, obriga-se a:

5.23.3.1. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas pela Contratante;

5.23.3.2. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

5.23.3.3. Cumprir rigorosamente a Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (dissídio, acordo ou termo aditivo), quanto a salários, encargos, prazos para pagamento de pessoal, etc;

5.23.3.4. Para fins de elaboração da planilha de composição de custos, informa-se que o valor atual da tarifa do transporte coletivo urbano no Município de Araguari/MG encontra-se fixado em R\$ 4,30 (quatro reais e trinta centavos), conforme decreto municipal vigente e tabelas tarifárias publicadas pela concessionária responsável pelo serviço público de transporte coletivo. Esse valor deverá ser considerado pela licitante na composição dos custos com deslocamento e vale-transporte eventualmente devidos aos empregados alocados na execução dos serviços objeto desta licitação, observadas as normas da CLT e da convenção coletiva aplicável. Recomenda-se a verificação de eventuais atualizações tarifárias próximas à data limite para apresentação das propostas.

5.23.3.5. Observar integralmente a legislação trabalhista vigente, em especial o disposto nos artigos 190 e 192 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o inciso II da Súmula 448 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), no que se refere à caracterização e ao pagamento do adicional de insalubridade. Considerando que a Câmara Municipal de Araguari conta com aproximadamente 150 servidores, além do expressivo público que circula diariamente em suas dependências, as atividades de limpeza e conservação desenvolvidas pela empresa contratada envolvem a retirada de lixo de banheiros de acesso irrestrito ao público, com grande fluxo de pessoas.

5.23.3.6. Diante desse cenário fático, impõe-se que a contratada observe o pagamento do adicional de insalubridade em grau máximo, correspondente a 40% (quarenta por cento), na forma do inciso II da Súmula 448 do TST, que equipara a coleta de lixo de sanitários de uso público ou de grande circulação ao manejo de resíduos em condições insalubres de grau máximo. Assim, ao organizar sua folha de pagamento e dimensionar os custos da contratação, a empresa deverá incluir o referido adicional para os empregados que atuarem diretamente na limpeza e na retirada de lixo desses sanitários, sob pena de violação às normas trabalhistas e de responsabilização nas esferas administrativa e judicial.

5.23.3.7. Manter rigorosamente em dia as despesas com pessoal e seus respectivos encargos sociais, trabalhistas e vale-transporte, fazendo prova mensal de tais obrigações à Instituição;

5.23.3.8. Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal;

5.23.3.9. Cumprir rigorosamente, na área de Medicina e Segurança do Trabalho, as determinações da Lei nº 6.514, de 22/12/77 (CLT); Portaria nº 3.214 do MTb/GM, de 08/06/78 e suas NR's - Normas Regulamentadoras;

5.23.3.10. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, por meio dos responsáveis nomeados;

5.23.3.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e de segurança determinada pela Câmara Municipal;

5.23.3.12. Elaborar, após quinze dias úteis contados do início dos serviços, e submeter à aprovação da Contratante, o planejamento dos serviços, do qual deverá constar o cronograma e a frequência das atividades por área, a especificação dos horários e dos servidores responsáveis por cada tarefa e por cada instalação predial;

5.23.3.13. Programar, na forma definida, o planejamento dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando as tarefas de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências sujeitas aos serviços objeto deste Contrato;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

5.23.3.14. Alocar, imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, a mão de obra nos respectivos locais de trabalho, informando, em tempo hábil, à Câmara Municipal, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades estabelecidas;

5.23.3.15. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas, conforme legislação vigente;

5.23.3.16. Manter nos locais de trabalho somente empregados que tenham a idade permitida por Lei para exercício da atividade que gozem de boa saúde física e mental e de conduta irrepreensível;

5.23.3.17. Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após notificação, qualquer empregado que apresentar conduta inconveniente;

5.23.3.18. Fornecer e manter seu pessoal uniformizado, considerando o clima da região, identificando-os através de crachás, provendo-os de EP's e EPC's, pois estes não serão fornecidos pela Contratante, conforme descrição constante em sua proposta e o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho;

5.23.3.19. Exigir que seus empregados assumam diariamente seus locais de trabalho portando crachá com nome em letra legível e visível, devidamente uniformizados e com aparência pessoal adequada;

5.23.3.20. Nomear e formalizar à Câmara Municipal os nomes dos responsáveis pelos serviços com a missão de garantir o bom andamento das tarefas, permanecendo, preferencialmente, no local do trabalho, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Estes responsáveis terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da Câmara Municipal de Araguari, bem como tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;

5.23.3.21. efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Administração;

5.23.3.22. apresentar, quando solicitado, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão-de-obra oferecida para atuar nas instalações do órgão, a critério da Administração;

5.23.3.23. O responsável indicado pela empresa Contratada para os serviços de limpeza e conservação predial da Câmara Municipal deverá reportar-se diretamente a Superintendência Administrativa na qual estiver lotada ou a quem está determinar;

5.23.3.24. Afixar na Instituição quadro de horário de trabalho, constando o nome dos empregados, cargo e jornada de trabalho de cada um deles;

5.23.3.25. Manter o efetivo de pessoal, em casos de folgas, férias, licenças para tratamento de saúde ou de afastamento de qualquer de seus empregados, sem ônus adicional para a Instituição, efetuando a reposição da mão de obra, em caráter imediato, de forma a garantir a produtividade acordada;

5.23.3.26. Informar, de imediato, à Câmara Municipal demandante, na hipótese de substituição de qualquer empregado, o nome do substituto e do substituído;

5.23.3.27. atender de imediato às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;

5.23.3.28. instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas;

5.23.3.29. responder por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento da obrigação constante do item anterior;

5.23.3.30. Observar conduta adequada na utilização do material, equipamentos e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;

5.23.3.31. Promover a capacitação e treinamento dos seus funcionários sobre assuntos pertinentes à atividade profissional sem ônus para a Instituição, respeitando os prazos legalmente instituídos e as NR's;

5.23.3.32. Adotar boas práticas de sustentabilidade baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, tais como: racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes; substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

outras atóxicas ou de menor toxicidade; uso de serviços de copa e cozinha que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA; racionalização do consumo de energia elétrica e de água; destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação; utilização, na lavagem de pisos e outros;

5.23.3.33. Além do fornecimento da mão de obra, fornecer, uniformes completos e seus complementos, de acordo com o clima da região, conforme fixados na planilha de composição de custo;

5.23.4. A Contratada não poderá repassar os custos de qualquer um destes itens de uniforme a seus empregados;

5.23.5. fornecer mensalmente, ou sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e benefícios dos empregados colocados à disposição da Contratante;

5.23.6. manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.23.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

**5.24. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

5.24.1. A Contratante obriga-se a:

5.24.1.1. proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

5.24.1.2. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

5.24.1.3. exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

5.24.1.4. notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

5.24.1.5. não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

5.24.1.6. pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

5.24.1.7. zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.24.1.8. não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

5.24.1.8.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

5.24.1.8.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

5.24.1.8.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

5.24.1.8.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

**6. MODELO DA GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. **Preposto:**

6.6.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do serviço (se for o caso).

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.9. **Fiscalização:**

6.9.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.9.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.9.3. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

6.9.4. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.9.5. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso);

6.9.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

6.9.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual;

6.9.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

6.9.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.10. O fiscal do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor financeiro para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato;

6.11. **Gestor do Contrato:**

6.11.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

6.12. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.13. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

6.14. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**7.1. Do recebimento do objeto:**

7.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5(cinco) dias, pela superintendência administrativa e, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.1.3. O superintendente administrativo realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.1.4. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.1.5. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.1.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.7. Após o recebimento provisório por parte do agente de almoxarifado, deverá ser encaminhado ao fiscal do contrato para recebimento definitivo.

7.1.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5(cinco) dias, contados do recebimento provisório, por fiscal de contrato designado pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.1.9. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.1.10. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, informando ao gestor de contrato para solicitar a CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.1.11. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

7.1.12. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.1.13. Enviar a documentação pertinente ao setor financeiro para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.1.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.15. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.1.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. **Liquidação:**

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de cinco dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

7.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.2.3.1. o prazo de validade;

7.2.3.2. a data da emissão;

7.2.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.2.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.2.3.5. o valor a pagar; e

7.2.4. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.2.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

7.3. **Prazo de pagamento:**

7.3.1. O(s) pagamento(s) pelo(s) fornecimento(s) dos SERVIÇOS do presente processo licitatório será(ão) efetuado(s) MENSALMENTE, **ATÉ O 5º (QUINTO) DIA ÚTIL SUBSEQUENTE A EFETIVA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PRESTADOS**, em decorrência do recebimento e aceite da CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI através do Setor Responsável, concomitantemente com apresentação da(s) Notas(s) Fiscal(ais), assim como, de toda documentação exigida no Instrumento Contratual, devendo ainda, serem cumpridos todos os procedimentos exigidos na condição de entrega do Objeto.

7.4. **Formas de pagamento:**

7.4.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, PIX indicados pelo contratado ou boleto bancário.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.4.1. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.4.5. O presente contrato não permitirá antecipação de pagamento.

7.5. **Reoneração gradual da folha de pagamento:**

7.5.1. A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

7.5.2. O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.5.3. A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.

7.6. **Repactuação:**

7.6.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.6.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.6.2.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.6.2.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.6.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.6.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.6.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.6.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.6.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.6.7. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.6.8. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços,



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.6.9. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.6.10. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.6.11. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.6.12. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.6.13. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.6.14. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.6.15. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento INPC, com base na seguinte fórmula:

7.6.15.1.  $R = V(I - I^0) / I^0$ , onde:

7.6.15.1.1. R = Valor do reajustamento procurado;

7.6.15.1.2. V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

7.6.15.1.3.  $I^0$  = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

7.6.15.1.4. I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.6.16. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.6.17. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6.18. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.6.19. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.6.20. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.6.21. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão,



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.6.22. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.6.23. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.6.24. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.6.25. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.6.26. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.6.27. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 20 (VINTE), dias úteis, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.6.28. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.6.29. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.6.30. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6.31. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.6.32. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.6.33. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

8.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

8.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

8.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 8.1.2, 8.1.3 e 8.1.4 do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7 e 8.1.8 do subitem acima, bem como nos subitens 8.1.2, 8.1.3 e 8.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.4. Compensatória, para as infrações descritas acima subitens 8.1.5 e 8.1.8 de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima no subitem 8.1.3, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima no subitem 8.1.2, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima no subitem 8.1.4, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.8. Compensatória, para a infração descrita acima no subitem 8.1.1, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

8.10. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

**9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:**

9.1.1. A seleção do fornecedor será feita através pregão eletrônico, conforme Lei Federal 14.133/2021, sob a forma online, pelo critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL**, a incidir sobre o valor total referente a contratação de 06 (SEIS) funcionárias para desempenhar os serviços de limpeza e conservação predial, conforme tabela do item 1.2.

**9.2. Regime de Execução:**

9.2.1. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

**9.3. Exigências de habilitação:**

9.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**9.3.1.1. Habilitação jurídica:**

9.3.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.3.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.3.1.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

9.3.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.3.1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.3.1.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**9.3.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

9.3.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.3.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

9.3.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.3.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.3.1.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.1.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.3.1.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.3.1.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**9.3.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:**

9.3.1.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.3.1.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.3.1.3.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios.

9.3.1.3.4. As empresas recém-constituídas, que ainda não completaram um exercício financeiro, deverão apresentar o Balanço de Constituição, devidamente assinado por profissional legalmente habilitado e apresentado na forma da lei.

9.3.1.3.5. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, se encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, poderão ser atualizados por índices oficiais, entre a data de encerramento do balanço e a data de apresentação da proposta.

9.3.1.3.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.3.1.3.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.3.1.3.8. Considerar-se-á comprovada a boa situação financeira da licitante desde que apresente Índice de Liquidez Corrente (ILC) maior ou igual a 1,0, obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$9.3.1.3.9. \quad ILC = \frac{AC}{PC}$$

9.3.1.3.10. Onde: ILC = Índice de Liquidez Corrente; AC = Ativo Circulante; PC = Passivo Circulante

**9.3.1.4. Qualificação Técnica:**

9.3.1.4.1. A regularidade da qualificação técnica exigida das licitantes, será confirmada por meio da comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, conforme art. 67 § 2º da Lei 14.133/2021 fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação.

**9.3.1.5. Outros Documentos:**



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

---

9.3.1.5.1. Apresentar declaração formal em cumprimento ao disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 sob pena de inabilitação que: cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (conforme art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991). Obrigatório para empresas com 100 ou mais funcionários.

10. **ESTIMAÇÃO DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 403.605,18 (QUATROCENTO E TRÊS MIL, SEISCENTOS E CINCO REAIS E DEZOITO CENTAVOS)**, conforme custos unitários apostos na tabela citada no item 1 subitem 1.2.

11. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. A contratação terá cobertura orçamentária prevista na dotação específica do orçamento da Câmara Municipal de Araguaçu, assegurando que os recursos necessários para a execução dos serviços estejam devidamente alocados.

11.1.1. **Ficha: 42 – 01.02.04.122.0001.2305.3.3.90.34.00**



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

ANEXO II

PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO 005/2026 - PROCESSO 007/2026.

<b>DADOS DA EMPRESA PARTICIPANTE</b>				
Local e Data:				
Razão Social:				
CNPJ/MF:				
Endereço completo:				
Telefone/Fax:				
<b>PROPOSTA</b>				
Prazo de validade:				
Prazo de entrega:				
Condições de pagamento:				
<b>DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL PARA EFETIVAÇÃO/ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL OU OUTRO HÁBIL, CASO A ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DO OBJETO SEJA FAVORÁVEL A ESTA EMPRESA</b>				
<b>REPRESENTANTE LEGAL</b>	Nome			
	Cargo/Função			
	Endereço			
<b>RG</b>			<b>CPF</b>	
<b>TELEFONE:</b>				

ITEM	UNID	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
				(VALOR TOTAL POR EMPREGADO x QUANTIDADE DE EMPREGADOS ENCONTRADOS NA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO)	(VALOR MENSAL X 12 MESES)
01	SV.	12 MESES	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOS BANHEIROS DE GRANDE CIRCULAÇÃO, (COM APLICAÇÃO DE		



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

			<p>ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI CONTA COM APROXIMADAMENTE 150 SERVIDORES, ALÉM DO EXPRESSIVO PÚBLICO QUE CIRCULA DIARIAMENTE EM SUAS DEPENDÊNCIAS, AS ATIVIDADES DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DESENVOLVIDAS PELA EMPRESA CONTRATADA ENVOLVEM A RETIRADA DE LIXO DE BANHEIROS DE ACESSO IRRESTRITO AO PÚBLICO, COM GRANDE FLUXO DE PESSOAS. DIANTE DESSE CENÁRIO FÁTICO, IMPÕE-SE QUE A CONTRATADA OBSERVE O PAGAMENTO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE EM GRAU MÁXIMO, CORRESPONDENTE A 40% (QUARENTA POR CENTO), NA FORMA DO INCISO II DA SÚMULA 448 DO TST, QUE EQUIPARA A COLETA DE LIXO DE SANITÁRIOS DE USO PÚBLICO OU DE GRANDE CIRCULAÇÃO AO MANEJO DE RESÍDUOS EM CONDIÇÕES INSALUBRES DE GRAU MÁXIMO.) DAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI, INCLUINDO HIGIENIZAÇÃO DIÁRIA E MANUTENÇÃO DA ORDEM E ASSEIO EM TODAS AS ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS DO PRÉDIO PRINCIPAL E DO ANEXO ADMINISTRATIVO.</p> <p><b>LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:</b> OS SERVIÇOS SERÃO EXECUTADOS EM TODOS OS AMBIENTES PERTENCENTES À CÂMARA MUNICIPAL, COMPREENDENDO: GABINETES DOS VEREADORES; DEPARTAMENTOS ADMINISTRATIVOS; SALAS DE REUNIÕES E PLENÁRIO; BANHEIROS COM GRANDE CIRCULAÇÃO; ÁREAS EXTERNAS, CORREDORES E ESCADAS; PRÉDIO ANEXO ADMINISTRATIVO.</p> <p><b>CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL:</b> O IMÓVEL POSSUI ESTRUTURA COMPOSTA POR PISOS DE CERÂMICA, CARPETE, MADEIRA E PAVIFLEX, BEM COMO PORTAS E JANELAS DE VIDRO E MADEIRA, QUE EXIGEM LIMPEZA ADEQUADA CONFORME O TIPO DE MATERIAL, UTILIZANDO TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO QUE MANTENHAM A INTEGRIDADE DAS SUPERFÍCIES.</p> <p><b>DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:</b> OS SERVIÇOS COMPREENDERÃO, DE FORMA NÃO LIMITATIVA: VARRIÇÃO, LAVAGEM E DESINFECÇÃO DOS PISOS; LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE BANHEIROS, REPOSIÇÃO DE PAPEL HIGIÊNICO E SABONETE LÍQUIDO; HIGIENIZAÇÃO DE MÓVEIS, MESAS, CADEIRAS E EQUIPAMENTOS DE USO COMUM; LIMPEZA DE PORTAS, JANELAS, VIDROS E DIVISÓRIAS; REMOÇÃO DE LIXOS E ACONDICIONAMENTO ADEQUADO PARA COLETA; MANUTENÇÃO DA LIMPEZA DAS ÁREAS EXTERNAS, COMO</p>		
--	--	--	---	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

			<p>CALÇADAS, PÁTIOS E JARDINS; CONTROLE E USO CONSCIENTE DE MATERIAIS DE LIMPEZA. <b>MATERIAIS E EQUIPAMENTOS:</b> OS MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS QUÍMICOS NECESSÁRIOS (DETERGENTES, DESINFETANTES, PANOS, VASSOURAS, ETC.) SERÃO FORNECIDOS PELO ÓRGÃO CONTRATANTE, SENDO DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA O FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E DE EVENTUAIS UTENSÍLIOS COMPLEMENTARES INDISPENSÁVEIS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS. <b>MÃO DE OBRA:</b> DEVERÃO SER DISPONIBILIZADOS <b>01 (UM)</b> AUXILIARE DE LIMPEZA, COM CARGA HORÁRIA DIÁRIA DE 08 (OITO) HORAS, TOTALIZANDO 40 HORAS SEMANAIS, CUMPRIDAS DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, DAS 07H00 ÀS 17H00, COM DUAS HORAS DE INTERVALO DESTINADAS A REPOUSO E ALIMENTAÇÃO. A EMPRESA CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL POR TODAS AS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS, FISCAIS E DEMAIS ENCARGOS DECORRENTES DA DISPONIBILIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO. <b>*DEVERÁ SER OBSERVADO UMA PREVISÃO DE REAJUSTE DA CONVENÇÃO COLETIVA PARA O ANO BASE DE 2026.</b></p>		
01	SV.	12 MESES	<p>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO GERAL, EXCETO LIMPEZA DE BANEHIROS DE GRANDE CICULAÇÃO (SEM APLICAÇÃO DE INSALUBRIDADE), DAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI, INCLUINDO HIGIENIZAÇÃO DIÁRIA E MANUTENÇÃO DA ORDEM E ASSEIO EM TODAS AS ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS DO PRÉDIO PRINCIPAL E DO ANEXO ADMINISTRATIVO. <b>LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:</b> OS SERVIÇOS SERÃO EXECUTADOS EM TODOS OS AMBIENTES PERTENCENTES À CÂMARA MUNICIPAL, COMPREENDENDO: GABINETES DOS VEREADORES; DEPARTAMENTOS ADMINISTRATIVOS; SALAS DE REUNIÕES E PLENÁRIO; BANHEIROS DE USO PRIVATIVO; ÁREAS EXTERNAS, CORREDORES E ESCADAS; PRÉDIO ANEXO ADMINISTRATIVO. <b>CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL:</b> O IMÓVEL POSSUI ESTRUTURA COMPOSTA POR PISOS DE CERÂMICA, CARPETE, MADEIRA E PAVIFLEX, BEM COMO PORTAS E JANELAS DE VIDRO E MADEIRA, QUE EXIGEM LIMPEZA ADEQUADA</p>		





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

			<p>CONFORME O TIPO DE MATERIAL, UTILIZANDO TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO QUE MANTENHAM A INTEGRIDADE DAS SUPERFÍCIES. <b>DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS: OS SERVIÇOS COMPREENDERÃO, DE FORMA NÃO LIMITATIVA:</b> VARRIÇÃO, LAVAGEM E DESINFECÇÃO DOS PISOS; LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE BANHEIROS, REPOSIÇÃO DE PAPEL HIGIÊNICO E SABONETE LÍQUIDO; HIGIENIZAÇÃO DE MÓVEIS, MESAS, CADEIRAS E EQUIPAMENTOS DE USO COMUM; LIMPEZA DE PORTAS, JANELAS, VIDROS E DIVISÓRIAS; REMOÇÃO DE LIXOS E ACONDICIONAMENTO ADEQUADO PARA COLETA; MANUTENÇÃO DA LIMPEZA DAS ÁREAS EXTERNAS, COMO CALÇADAS, PÁTIOS E JARDINS; CONTROLE E USO CONSCIENTE DE MATERIAIS DE LIMPEZA. <b>MATERIAIS E EQUIPAMENTOS:</b> OS MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS QUÍMICOS NECESSÁRIOS (DETERGENTES, DESINFETANTES, PANOS, VASSOURAS, ETC.) SERÃO FORNECIDOS PELO ÓRGÃO CONTRATANTE, SENDO DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA O FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E DE EVENTUAIS UTENSÍLIOS COMPLEMENTARES INDISPENSÁVEIS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS. <b>MÃO DE OBRA:</b> DEVERÃO SER DISPONIBILIZADOS <b>03 (TRÊS)</b> AUXILIARES DE LIMPEZA, COM CARGA HORÁRIA DIÁRIA DE 08 (OITO) HORAS, TOTALIZANDO 40 HORAS SEMANAIS, CUMPRIDAS DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, DAS 07H00 ÀS 17H00, COM DUAS HORAS DE INTERVALO DESTINADAS A REPOUSO E ALIMENTAÇÃO. A EMPRESA CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL POR TODAS AS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS, FISCAIS E DEMAIS ENCARGOS DECORRENTES DA DISPONIBILIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO. <b>*DEVERÁ SER OBSERVADO UMA PREVISÃO DE REAJUSTE DA CONVENÇÃO COLETIVA PARA O ANO BASE DE 2026.</b></p>		
01	SV.	12 MESES	<p>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COPA E COZINHA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA CÂMARA MUNICIPAL E DE SEU ANEXO ADMINISTRATIVO, COMPREENDENDO ATIVIDADES DE PREPARO, ORGANIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE BEBIDAS, APOIO EM REUNIÕES INSTITUCIONAIS, SESSÕES LEGISLATIVAS E DEMAIS ATIVIDADES</p>		



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

			ADMINISTRATIVAS DO PODER LEGISLATIVO. O SERVIÇO DEVERÁ SER EXECUTADO POR <b>02 FUNCIONÁRIAS</b> DEVIDAMENTE CAPACITADAS, RESPONSÁVEIS PELO PREPARO E FORNECIMENTO DE CAFÉ, CHÁ, ÁGUA E DEMAIS BEBIDAS, ORGANIZAÇÃO E MONTAGEM DE BANDEJAS PARA ATENDIMENTO EM GABINETES, REUNIÕES E EVENTOS INSTITUCIONAIS, BEM COMO PELA HIGIENIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE UTENSÍLIOS UTILIZADOS NA COPA, TAIS COMO COPOS, XÍCARAS, JARRAS, GARRAFAS TÉRMICAS, BANDEJAS E DEMAIS EQUIPAMENTOS DISPONIBILIZADOS PELA CÂMARA MUNICIPAL. TAMBÉM COMPETIRÁ AO PROFISSIONAL MANTER A LIMPEZA, ORGANIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO AMBIENTE DA COPA E COZINHA, REALIZAR O ABASTECIMENTO DE GARRAFAS TÉRMICAS, AUXILIAR NO ATENDIMENTO DURANTE REUNIÕES, SESSÕES E EVENTOS OFICIAIS, BEM COMO ZELAR PELO CORRETO USO E CONSERVAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS DISPONIBILIZADOS PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO. A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DEVERÁ OCORRER COM CARGA HORÁRIA DE 08 (OITO) HORAS DIÁRIAS, DE SEGUNDA-FEIRA A SEXTA-FEIRA, NO HORÁRIO DAS 07H00 ÀS 17H00, COM <b>02 (DOIS)</b> INTERVALOS DURANTE A JORNADA DE TRABALHO, CONFORME LEGISLAÇÃO TRABALHISTA VIGENTE. OS SERVIÇOS DEVERÃO SER EXECUTADOS NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL E EM SEU ANEXO ADMINISTRATIVO, CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS DE HIGIENE, ORGANIZAÇÃO, EFICIÊNCIA E QUALIDADE NO ATENDIMENTO. A EMPRESA CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL POR TODAS AS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS, FISCAIS E DEMAIS ENCARGOS DECORRENTES DA DISPONIBILIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO. <b>*DEVERÁ SER OBSERVADO UMA PREVISÃO DE REAJUSTE DA CONVENÇÃO COLETIVA PARA O ANO BASE DE 2026.</b>		
TOTAL GERAL ESTIMADO R\$					

Observações para preenchimento:

- Atentar as descrições estabelecidas na planilha, destacados em vermelho;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

- Valores já apresentados na planilha, em vermelho, são fixos e não podem haver alteração, sendo necessário seguir esses valores estipulados para cálculos;
- As planilhas são referentes a cálculos de 1(um) funcionário, sendo a composição do quantitativo necessário calculado em tabela própria exemplificada no final;
- Não será aceito proposta/cotação de preço sem devido preenchimento das planilhas.

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIO POR  
FUNCIONÁRIO – AUXILIAR DE LIMPEZA COM INSALUBRIDADE (ESPECÍFICO PARA  
FUNCIONÁRIO QUE FICARÁ EXCLUSIVO PARA LIMPEZA DE BANHEIROS PÚBLICOS  
DE GRANDE CIRCULAÇÃO)**

Dados da Mão de Obra			
Tipo de Serviço		Auxiliar de Limpeza	
Classificação Brasileira de Ocupação (CBO)			
Salário Normativo da categoria profissional (usar o salário base descrito na CCT 2025 acrescido de estimativa de reajuste para 2026)		R\$	
Acordos, Dissídios e Convenções coletivas (Vinculado a categoria) (Informar qual convenção utilizada)			
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
MÓDULO 1.1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		%	Valor
FUNÇÕES/ PROVENTOS REFERENTE A 01 FUNCIONÁRIO	SALÁRIO BASE (Igual informado no campo anterior para 01 funcionário)	100% do base supracitado	
	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE (NÃO HAVERÁ)		
	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE (Observar o disposto nos artigos 190 e 192 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o inciso II da Súmula 448 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que equipara a coleta de lixo de sanitários de uso público ou de grande circulação ao manejo de resíduos em condições insalubres de grau máximo)	40% (sobre o salário mínimo vigente)	R\$ 648,40
	ADICIONAL NOTURNO (NÃO HAVERÁ)		
	ADICIONAL DE HORA NOTURNA REDUZIDA (NÃO HAVERÁ)		
	HORA-EXTRA (DOMINGOS E FERIADOS TRABALHADOS) (NÃO HAVERÁ)		
	HORA EXTRA (NÃO HAVERÁ)		
	OUTROS (ESPECIFICAR) (NÃO HAVERÁ)		
TOTAL MÓDULO 1			



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

MÓDULO 2 - ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
MÓDULO 2.1 - GPS, FGTS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES		%	Valor
INSS		20%	
FGTS		8,00%	
RAT AJUSTADO (RAT % VARIÁVEL + FAP % VARIÁVEL) (CONFORME PERCENTUAL APLICADO PARA EMPRESA) (O cálculo do RAT ajustado é feito mediante aplicação da fórmula: RAT ajustado = RAT × FAP.)			
SAT (Seguro Acidente de Trabalho) (Percentual conforme CNAE da prestação de serviço)		3%	
SESC OU SESI (CONFORME PERCENTUAL APLICADO PARA EMPRESA)			
SENAI OU SENAC (CONFORME PERCENTUAL APLICADO PARA EMPRESA)			
SEBRAE (CONFORME PERCENTUAL APLICADO PARA EMPRESA)			
INCRA (CONFORME PERCENTUAL APLICADO PARA EMPRESA)			
SAL. EDUCAÇÃO (CONFORME PERCENTUAL APLICADO PARA EMPRESA)			
SUBTOTAL			
MÓDULO 2.2 - 13º SALÁRIO, FÉRIA E ADICIONAL DE FÉRIAS		%	Valor
FÉRIAS + 1/3 (Como base de cálculo usar a remuneração – total apurado no módulo 1)		11,11%	
13º SALARIO (Como base de cálculo usar a remuneração – total apurado no módulo 1)		8,33%	
OUTROS (ESPECIFICAR)			
SUBTOTAL			
MÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			Valor
TRANSPORTE (Valor atual do bilhete de transporte coletivo em Araguari é de R\$ 4,30)	Valor passagem:	Qtd. de bilhetes	Utilizar o seguinte cálculo: (Vlr. Unit. do Vale Transporte x 2 x 22 dias) - 6% sobre salário
	R\$ 4,30	44 bilhetes	
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO (CONFORME PREVISTO NA CCT)	Dias trabalhado (observar os	Valor diário do vale	Utilizar o seguinte cálculo (dias trabalhado x Valor



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

	dias estabelecidos na CCT2025 acrescido da estimativa para 2026)	(observar valor estabelecido na CCT 2025 acrescido da estimativa para 2026)	diário do)
AUXÍLIO FUNERAL (CONFORME PREVISTO NA CCT)			
SEGURO DE VIDA (CONFORME PREVISTO NA CCT)			
PCMSO, PPRA, CIPA (SE HOUVER PREVISÃO)			
SUBTOTAL			
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			VALOR TOTAL DE CADA SUBITEM
MÓDULO 2.1 - GPS, FGTS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES			
MÓDULO 2.2 - 13º SALÁRIO, FÉRIA E ADICIONAL DE FÉRIAS			
MÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
TOTAL MÓDULO 2			
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
MÓDULO 3.1 - PROVISÃO PARA RESCISÃO		%	Valor
AVISO PRÉVIO INDENIZADO (Art. 487, § 1º, CLT, c/c art. 7º, XXI, CF/88. O TCU, por meio do Acórdão 1904/2007 - Plenário, com base em estudos do STF recomenda a utilização do percentual de 5,55% referente a empregados demitidos que não trabalham durante o aviso prévio. Assim, a fórmula para o percentual a incidir sobre a base de cálculo é: $((1/12) \times 0,0555) \times 100 = 0,46\%$ Cálculo para Aviso Prévio Indenizado: (Remuneração do Empregado) x (0,46%))		0,46%	
INCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZADO (Percentual a incidir sobre a base de cálculo: $(8\% \text{ FGTS}) \times (0,46\% \text{ corresponde ao percentual do Aviso Prévio Indenizado}) = 0,04\%$ Cálculo: (Remuneração do Empregado) x (0,04%))		0,04%	
Multa sobre FGTS sobre o aviso prévio indenizado (rt. 18, § 1º, Lei 8.036/90. (Percentual de 4% elencado no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 25.5.2017, para multa sobre FGTS sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado); Percentual a incidir sobre a base de cálculo:  $[0,08 \times (0,40) \times 0,9] \times (1 + 0,0833 + 0,121) = 3,47\%$ ; Onde: (0,08) = Alíquota do FGTS (8%); (0,40) = Valor da Multa do FGTS indenizado (40%); (0,90) = Considerando que 10% dos empregados pedem contas, essa penalidade recai sobre os 90% remanescentes; 1= remuneração integral;		3,47%	



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

(0,0833) = % do 13º salário; (0,121) = % de férias + adicional de férias.)		
<b>AVISO PRÉVIO TRABALHADO</b> (Arts. 487 e 488, CLT, c/c art. 7º, XXI, CF/88. Conforme entendimento do TCU, Acórdão 1.186/2017 - Plenário, o percentual mais adequado para o item Aviso Prévio Trabalhado é de 1,94%, mas que deve ser pago apenas no primeiro ano do contrato, devendo ser excluído da planilha a partir do segundo ano, uma vez que só haverá uma demissão e uma indenização por empregado. O cálculo está demonstrado a seguir: $[(100\% / 30) \times 7] / 12 = 1,94\%$ Onde: 100% = salário integral; 30 = número de dias no mês; 7 = número de dias de aviso prévio a que o empregado tem direito de se ausentar; 12 = número de meses no ano.)	1,94%	
<b>INCIDÊNCIA DO FGTS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO</b> (Percentual a incidir sobre a base de cálculo será: <b>(VALOR DAS SOMAS DAS PORCENTAGENS DO SUBMÓDULO 2.1) X (1,94% AVISO PRÉVIO TRABALHADO) = VALOR DA PORCENTAGEM A SER APLICADA.</b> Conforme entendimento do TCU, Acórdão 1.186/2017 - Plenário, o percentual referente a Aviso Prévio Trabalhado e suas incidências (Incidência do 4.1 sobre o Aviso Prévio Trabalhado e Multa do FGTS) serão devidos apenas no primeiro ano de vigência do contrato, e no caso de eventual prorrogação, serão retirados, com vigência a partir do primeiro aniversário da avença, em atendimento ao exposto no Acórdão 3006/2010 -Plenário - TCU.)		
<b>MULTA SOBRE FGTS SOBRE O AVISO-PRÉVIO TRABALHADO</b> (Art. 18, § 1º, Lei 8.036/90. Haja vista que o percentual previsto para retenção em conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação da multa sobre FGTS sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado é de 4% e que o percentual adotado para multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado foi de 3,47%, sugere-se a adoção da diferença, ou seja, 0,53%, para o item multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado.)	0,53%	
<b>DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA</b>		
<b>TOTAL DO MÓDULO 3</b>		
<b>MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE</b>		
<b>MÓDULO 4.1 – AUSÊNCIAS LEGAIS (COMPOSIÇÃO DO CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE)</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>
<b>SUBSTITUTO NA COBERTURA DE FÉRIAS</b> (A estimativa do percentual dessa rubrica a ser aplicado sobre a remuneração mensal do titular pode ser obtida pelo cálculo: % Cobertura de férias = $12 / \times 100 \therefore$ % Cobertura de férias $\cong$ 8,33%)	8,33%	
<b>SUBSTITUTO NA COBERTURA DE AUSÊNCIAS LEGAIS</b> (Considera-se, no modelo, uma estimativa de que cada empregado usufrua 1 (um) dia de licença por ano  (IBGE). Portanto o percentual dessa rubrica a ser aplicada sobre a remuneração mensal do titular pode ser obtido pelo cálculo: % AL = $(1 + 30 + 12) \times 100 \therefore$ % AL $\cong$ 0,28%)	0,28%	
<b>SUBSTITUTO NA COBERTURA DE LICENÇA DE PATERNIDADE</b> (Considerando uma estimativa de 1,5% dos empregados usufruindo 5 (cinco) dias de licença por ano (IBGE), a estimativa do percentual dessa rubrica a ser aplicada sobre a remuneração mensal do titular pode ser obtida pelo cálculo: % LP = $(5 + 30 + 12) \times 0,015 \times 100 \therefore$ % LP $\cong$ 0,02%)	0,02%	
<b>SUBSTITUTO NA COBERTURA DE LICENÇA DE MATERNIDADE</b> (Estatística de empregadas que engravidam a cada ano em Minas Gerais = 2%) (Cálculo $[(1+1/3)/12 + (4/12)] \times 0,02 \times 100 = 0,07\%$ )  (Estatística de empregadas que prestaram serviços terceirizados para câmara municipal nos últimos 5	4,17%	





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

anos: Contratos com totais de 7 empregadas onde 1 engravidou, ou seja, 14,29% (Cálculo $[(1+1/3)/12 + (4/12)] \times 0,1429 \times 100 = 6,35\%$ )  (Cálculo considerado para rubrica: Média das 2 estatísticas supracitadas – 0,07% + 6,35% / 2 = 4,17%.)								
<b>SUBSTITUTO NA COBERTURA DE AUSÊNCIA POR DOENÇA</b> (Considerando uma estimativa de 5 dias de licença por ano, a estimativa do percentual dessa rubrica a ser aplicado sobre a remuneração mensal do titular pode ser obtida pelo cálculo: % Ausência por Doença = $(5 + 30 + 12) \times 100 \therefore$ % Ausência por Doença $\cong 1,39\%$ )							1,39%	
<b>SUBSTITUTO NA COBERTURA DE ACIDENTE DO TRABALHO</b> (O artigo 27 do Decreto nº 89.312, de 23/01/84, obriga o empregador a assumir o ônus financeiro pelo prazo de 15 dias, no caso de acidente de trabalho previsto no art. 131 da CLT. De acordo com os números mais recentes apresentados pelo Ministério trabalho e emprego, baseados em informações extraídas do e-Social, e do INSS, em Minas Gerais 0,76% (zero vírgula setenta e seis por cento) dos empregados se acidentam no primeiro semestre de 2025. Percentual a incidir sobre a base de cálculo: (15 dias) / (30 dias) / (12 meses) $\times$ (0,76% índice atualizado) = 0,03%)							0,03%	
<b>SUBSTITUTO NA COBERTURA DE OUTRAS AUSÊNCIAS</b> (SE HOUVER ESPECIFICAR)								
<b>SUBTOTAL</b>								
<b>MÓDULO 4.2 - INTRAJORNADA</b>							%	
<b>INTERVALO PARA REPOUSO OU ALIMENTAÇÃO</b> (NÃO há previsão de reposição de funcionário para intrajornada)							00%	R\$ 0,00
<b>SUBTOTAL</b>								
<b>QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE</b>							<b>VALOR TOTAL DE CADA SUBITEM</b>	
<b>MÓDULO 4.1 – AUSÊNCIAS LEGAIS (COMPOSIÇÃO DO CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE)</b>								
<b>MÓDULO 4.2 – INTRAJORNADA</b> (NÃO há previsão de reposição de funcionário para intrajornada)								R\$ 0,00
<b>TOTAL MÓDULO 4</b>								
<b>MÓDULO 5 - CUSTOS DIVERSOS</b>								
<b>MÓDULO 5.1 - INSUMOS E CUSTOS DIVERSOS</b>							<b>Valor Mensal</b>	
UNIFORMES	<b>Descritivo</b>	<b>Período de troca</b>	<b>Quant. por funcionário</b>	<b>Quant. Anual</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>	<b>(Para essa rubrica deverá considerar o cálculo: valor total / 12)</b>	
	Camisetas manga curta, malha fria, 100% algodão, gola esporte com emblema da empresa impressa.	6 meses	3 unidades	6 unidades				



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

	Casaco ou jaqueta em nylon, com zíper na frente e bolsos laterais, com forro térmico interno, com emblema da empresa impressa.	12 meses	1 unidade	1 unidade			
	Meias Longas	6 meses	3 pares	6 pares			
EPI's	<b>Descritivo</b>	<b>Período de troca</b>	<b>Quant. por funcionário</b>	<b>Quant. Anual</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>	<b>(Para essa rubrica deverá considerar o cálculo: valor total / 12)</b>
	Calçado ocupacional tipo bota Classe II (impermeável), confeccionada com policloreto de vinila (PVC) e borracha nitrílica, cano longo.	6 meses	1par	2 pares			
	Luva de látex forrada com antiderrapante, palma cano longo.	12 meses	1 pares	12 pares			
EXAME PERIÓDICO	<b>Descritivo</b>	<b>Periodicidade</b>	<b>Quant. por funcionário</b>	<b>Quant. Anual</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>	<b>(Para essa rubrica deverá considerar o cálculo: valor total / 12)</b>
OUTROS (ESPECIFICAR)	<b>Descritivo</b>	<b>Periodicidade</b>	<b>Quant. por funcionário</b>	<b>Quant. Anual</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>	<b>(Para essa rubrica deverá considerar o cálculo: valor total / 12)</b>
<b>TOTAL DO MÓDULO 5</b>							
<b>MÓDULO 6- CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCROS</b>							
<b>MÓDULO 6.1 - CUSTOS INDIRETOS E LUCRO</b>						<b>%</b>	<b>Valor</b>
DESPESA OPERACIONAIS/ADMINISTRATIVAS (CONFORME PERCENTUAL APLICADO PARA EMPRESA)							
DEMAIS CUSTOS INDIRETOS (CONFORME PERCENTUAL APLICADO PARA EMPRESA)							
LUCRO (CONFORME PERCENTUAL APLICADO PARA EMPRESA)							



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

SUBTOTAL			
MÓDULO 6.2 - TRIBUTOS		%	Valor
FEDERAL	CONFINS (CONFORME PERCENTUAL APLICADO PARA EMPRESA)		
	PIS (CONFORME PERCENTUAL APLICADO PARA EMPRESA)		
MUNICIPAL	ISS (Em Araguari ISSQN varia de 3% a 5%)		
TRIBUTOS ESTADUAIS (ESPECIFICAR)			
SUBTOTAL			
QUADRO RESUMO DO MÓDULO - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCROS			VALOR TOTAL DE CADA SUBITEM
MÓDULO 6.1 - CUSTOS INDIRETOS E LUCRO			
MÓDULO 6.2 - TRIBUTOS			
TOTAL MÓDULO 6			
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO (VALOR POR EMPREGADO)			VALOR TOTAL DE CADA SUBITEM
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
MÓDULO 2 - ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
MÓDULO 5 - CUSTOS DIVERSOS			
SUBTOTAL MÓDULOS (1+2+3+4+5)			
MÓDULO 6- CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCROS			
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIO POR  
FUNCIONÁRIO – AUXILIAR DE LIMPEZA SEM INSALUBRIDADE (ESPECÍFICO PARA**



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

**LIMPEZA GERAL, QUE NÃO FARÃO A LIMPEZA DE BANHEIROS PÚBLICOS DE  
GRANDE CIRCULAÇÃO)**

Dados da Mão de Obra			
Tipo de Serviço		Auxiliar de Limpeza	
Classificação Brasileira de Ocupação (CBO)			
Salário Normativo da categoria profissional (usar o salário base descrito na CCT 2025 acrescido de estimativa de reajuste para 2026)		R\$	
Acordos, Dissídios e Convenções coletivas (Vinculado a categoria) (Informar qual convenção utilizada)			
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
MÓDULO 1.1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		%	Valor
FUNÇÕES/ PROVENTOS  REFERENTE A 01 FUNCIONÁRIO	SALÁRIO BASE (Igual informado no campo anterior para 01 funcionário)	100% do base supracitado	
	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE (NÃO HAVERÁ)		
	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE (NÃO HAVERÁ)		
	ADICIONAL NOTURNO (NÃO HAVERÁ)		
	ADICIONAL DE HORA NOTURNA REDUZIDA (NÃO HAVERÁ)		
	HORA-EXTRA (DOMINGOS E FERIADOS TRABALHADOS) (NÃO HAVERÁ)		
	HORA EXTRA (NÃO HAVERÁ)		
	OUTROS (ESPECIFICAR) (NÃO HAVERÁ)		
TOTAL MÓDULO 1			
MÓDULO 2 - ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
MÓDULO 2.1 - GPS, FGTS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES		%	Valor
INSS		20%	
FGTS		8,00%	
RAT AJUSTADO (RAT % VARIÁVEL + FAP % VARIÁVEL) (CONFORME PERCENTUAL APLICADO PARA EMPRESA) (O cálculo do RAT ajustado é feito mediante aplicação da fórmula: RAT ajustado = RAT × FAP.)			



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

SAT (Seguro Acidente de Trabalho) (Percentual conforme CNAE da prestação de serviço)	3%		
SESC OU SESI (CONFORME PERCENTUAL APLICADO PARA EMPRESA)			
SENAI OU SENAC (CONFORME PERCENTUAL APLICADO PARA EMPRESA)			
SEBRAE (CONFORME PERCENTUAL APLICADO PARA EMPRESA)			
INCRA (CONFORME PERCENTUAL APLICADO PARA EMPRESA)			
SAL. EDUCAÇÃO (CONFORME PERCENTUAL APLICADO PARA EMPRESA)			
SUBTOTAL			
MÓDULO 2.2 - 13º SALÁRIO, FÉRIA E ADICIONAL DE FÉRIAS	%	Valor	
FÉRIAS + 1/3 (Como base de cálculo usar a remuneração – total apurado no módulo 1)	11,11%		
13º SALARIO (Como base de cálculo usar a remuneração – total apurado no módulo 1)	8,33%		
OUTROS (ESPECIFICAR)			
SUBTOTAL			
MÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		Valor	
TRANSPORTE (Valor atual do bilhete de transporte coletivo em Araguari é de R\$ 4,30)	Valor passagem:	Qtd. de bilhetes	Utilizar o seguinte cálculo: (Vlr. Unit. do Vale Transporte x 2 x 22 dias) - 6% sobre salário
	R\$ 4,30	44 bilhetes	
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO (CONFORME PREVISTO NA CCT)	Dias trabalhado (observar os dias estabelecidos na CCT2025 acrescido da estimativa para 2026)	Valor diário do vale (observar valor estabelecido na CCT 2025 acrescido da estimativa para 2026)	Utilizar o seguinte cálculo (dias trabalhado x Valor diário do)
AUXÍLIO FUNERAL (CONFORME PREVISTO NA CCT)			



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

SEGURO DE VIDA (CONFORME PREVISTO NA CCT)		
PCMSO, PPRA, CIPA (SE HOUVER PREVISÃO)		
SUBTOTAL		
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	VALOR TOTAL DE CADA SUBITEM	
MÓDULO 2.1 - GPS, FGTS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES		
MÓDULO 2.2 - 13º SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS		
MÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
TOTAL MÓDULO 2		
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO		
MÓDULO 3.1 - PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	Valor
AVISO PRÉVIO INDENIZADO (Art. 487, § 1º, CLT, c/c art. 7º, XXI, CF/88. O TCU, por meio do Acórdão 1904/2007 - Plenário, com base em estudos do STF recomenda a utilização do percentual de 5,55% referente a empregados demitidos que não trabalham durante o aviso prévio. Assim, a fórmula para o percentual a incidir sobre a base de cálculo é: $((1/12) \times 0,0555) \times 100 = 0,46\%$ Cálculo para Aviso Prévio Indenizado: (Remuneração do Empregado) x (0,46%))	0,46%	
INCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZADO (Percentual a incidir sobre a base de cálculo: (8% FGTS) x (0,46% corresponde ao percentual do Aviso Prévio Indenizado) = 0,04% Cálculo: (Remuneração do Empregado) x (0,04%))	0,04%	
MULTA SOBRE FGTS SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO (rt. 18, § 1º, Lei 8.036/90. (Percentual de 4% elencado no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 25.5.2017, para multa sobre FGTS sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado); Percentual a incidir sobre a base de cálculo:  [0,08*(0,40)*0,9]*(1+0,0833+0,121) = 3,47%; Onde: (0,08) = Alíquota do FGTS (8%); (0,40) = Valor da Multa do FGTS indenizado (40%); (0,90) = Considerando que 10% dos empregados pedem contas, essa penalidade recai sobre os 90% remanescentes; 1= remuneração integral;  (0,0833) = % do 13º salário; (0,121) = % de férias + adicional de férias.)	3,47%	
AVISO PRÉVIO TRABALHADO (Arts. 487 e 488, CLT, c/c art. 7º, XXI, CF/88. Conforme entendimento do TCU, Acórdão 1.186/2017 - Plenário, o percentual mais adequado para o item Aviso Prévio Trabalhado é de 1,94%, mas que deve ser pago apenas no primeiro ano do contrato, devendo ser excluído da planilha a partir do segundo ano, uma vez que só haverá uma demissão e uma indenização por empregado. O cálculo está demonstrado a seguir: $[(100\% / 30) \times 7] / 12 = 1,94\%$ Onde: 100% = salário integral; 30 = número de dias no mês; 7 = número de dias de aviso prévio a que o empregado tem direito de se ausentar; 12 = número de meses no ano.)	1,94%	





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

INCIDÊNCIA DO FGTS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO (Percentual a incidir sobre a base de cálculo será: <b>(VALOR DAS SOMAS DAS PORCENTAGENS DO SUBMÓDULO 2.1) X (1,94% AVISO PRÉVIO TRABALHADO) = VALOR DA PORCENTAGEM A SER APLICADA.</b> Conforme entendimento do TCU, Acórdão 1.186/2017 - Plenário, o percentual referente a Aviso Prévio Trabalhado e suas incidências (Incidência do 4.1 sobre o Aviso Prévio Trabalhado e Multa do FGTS) serão devidos apenas no primeiro ano de vigência do contrato, e no caso de eventual prorrogação, serão retirados, com vigência a partir do primeiro aniversário da avença, em atendimento ao exposto no Acórdão 3006/2010 -Plenário - TCU.)		
MULTA SOBRE FGTS SOBRE O AVISO-PRÉVIO TRABALHADO (Art. 18, § 1º, Lei 8.036/90. Haja vista que o percentual previsto para retenção em conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação da multa sobre FGTS sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado é de 4% e que o percentual adotado para multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado foi de 3,47%, sugere-se a adoção da diferença, ou seja, 0,53%, para o item multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado.)	0,53%	
DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA		
TOTAL DO MÓDULO 3		
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
MÓDULO 4.1 – AUSÊNCIAS LEGAIS (COMPOSIÇÃO DO CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE)	%	Valor
SUBSTITUTO NA COBERTURA DE FÉRIAS (A estimativa do percentual dessa rubrica a ser aplicado sobre a remuneração mensal do titular pode ser obtida pelo cálculo: % Cobertura de férias = $12 \div 100 \therefore$ % Cobertura de férias $\cong$ 8,33%)	8,33%	
SUBSTITUTO NA COBERTURA DE AUSÊNCIAS LEGAIS (Considera-se, no modelo, uma estimativa de que cada empregado usufrua 1 (um) dia de licença por ano  (IBGE). Portanto o percentual dessa rubrica a ser aplicada sobre a remuneração mensal do titular pode ser obtido pelo cálculo: % AL = $(1 \div 30 \div 12) \times 100 \therefore$ % AL $\cong$ 0,28%)	0,28%	
SUBSTITUTO NA COBERTURA DE LICENÇA DE PATERNIDADE (Considerando uma estimativa de 1,5% dos empregados usufruindo 5 (cinco) dias de licença por ano (IBGE), a estimativa do percentual dessa rubrica a ser aplicada sobre a remuneração mensal do titular pode ser obtida pelo cálculo: % LP = $(5 \div 30 \div 12) \times 0,015 \times 100 \therefore$ % LP $\cong$ 0,02%)	0,02%	
SUBSTITUTO NA COBERTURA DE LICENÇA DE MATERNIDADE (Estatística de empregadas que engravidam a cada ano em Minas Gerais = 2%) (Cálculo $[(1+1/3)/12 + (4/12)] \times 0,02 \times 100 = 0,07\%$ )  (Estatística de empregadas que prestaram serviços terceirizados para câmara municipal nos últimos 5 anos: Contratos com totais de 7 empregadas onde 1 engravidou, ou seja, 14,29%) (Cálculo $[(1+1/3)/12 + (4/12)] \times 0,1429 \times 100 = 6,35\%$ )  (Cálculo considerado para rubrica: Média das 2 estatísticas supracitadas – 0,07% + 6,35% / 2 = 4,17%.)	4,17%	
SUBSTITUTO NA COBERTURA DE AUSÊNCIA POR DOENÇA (Considerando uma estimativa de 5 dias de licença por ano, a estimativa do percentual dessa rubrica a ser aplicado sobre a remuneração mensal do titular pode ser obtida pelo cálculo: % Ausência por Doença = $(5 \div 30 \div 12) \times 100 \therefore$ % Ausência por Doença $\cong$ 1,39%)	1,39%	



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

SUBSTITUTO NA COBERTURA DE ACIDENTE DO TRABALHO (O artigo 27 do Decreto nº 89.312, de 23/01/84, obriga o empregador a assumir o ônus financeiro pelo prazo de 15 dias, no caso de acidente de trabalho previsto no art. 131 da CLT. De acordo com os números mais recentes apresentados pelo Ministério trabalho e emprego, baseados em informações extraídas do e-Social, e do INSS, em Minas Gerais 0,76% (zero vírgula setenta e seis por cento) dos empregados se acidentam no primeiro semestre de 2025. Percentual a incidir sobre a base de cálculo: (15 dias) / (30 dias) / (12 meses) x (0,76% Índice atualizado) = 0,03%)							0,03%	
SUBSTITUTO NA COBERTURA DE OUTRAS AUSÊNCIAS (SE HOUVER ESPECIFICAR)								
SUBTOTAL								
MÓDULO 4.2 - INTRAJORNADA							%	
INTERVALO PARA REPOUSO OU ALIMENTAÇÃO (NÃO há previsão de reposição de funcionário para intrajornada)							00%	R\$ 0,00
SUBTOTAL								
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE							VALOR TOTAL DE CADA SUBITEM	
MÓDULO 4.1 – AUSÊNCIAS LEGAIS (COMPOSIÇÃO DO CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE)								
MÓDULO 4.2 – INTRAJORNADA (NÃO há previsão de reposição de funcionário para intrajornada)								R\$ 0,00
TOTAL MÓDULO 4								
MÓDULO 5 - CUSTOS DIVERSOS								
MÓDULO 5.1 - INSUMOS E CUSTOS DIVERSOS							Valor Mensal	
UNIFORMES	Descritivo	Período de troca	Quant. por funcionário	Quant. Anual	Valor Unit.	Valor Total	(Para essa rubrica deverá considerar o cálculo: valor total / 12)	
	Camisetas manga curta, malha fria, 100% algodão, gola esporte com emblema da empresa impressa.	6 meses	3 unidades	6 unidades				
	Casaco ou jaqueta em nylon, com zíper na frente e bolsos laterais, com forro térmico interno, com emblema da empresa impressa.	12 meses	1 unidade	1 unidade				
	Meias Longas	6 meses	3 pares	6 pares				
EPI's	Descritivo	Período de	Quant. por	Quant. Anual	Valor Unit.	Valor Total	(Para essa rubrica deverá considerar o cálculo:	



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

		troca	funcionário				valor total / 12)
	Calçado ocupacional tipo bota Classe II (impermeável), confeccionada com policloreto de vinila (PVC) e borracha nitrílica, cano longo.	6 meses	1par	2 pares			
	Luva de látex forrada com palma antiderrapante, cano longo.	12 meses	1 pares	12 pares			
EXAME PERIÓDICO	Descritivo	Periodicidade	Quant. por funcionário	Quant. Anual	Valor Unit.	Valor Total	(Para essa rubrica deverá considerar o cálculo: valor total / 12)
OUTROS (ESPECIFICAR)	Descritivo	Periodicidade	Quant. por funcionário	Quant. Anual	Valor Unit.	Valor Total	(Para essa rubrica deverá considerar o cálculo: valor total / 12)
TOTAL DO MÓDULO 5							
MÓDULO 6- CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCROS							
MÓDULO 6.1 - CUSTOS INDIRETOS E LUCRO						%	Valor
DESPESA OPERACIONAIS/ADMINISTRATIVAS (CONFORME PERCENTUAL APLICADO PARA EMPRESA)							
DEMAIS CUSTOS INDIRETOS (CONFORME PERCENTUAL APLICADO PARA EMPRESA)							
LUCRO (CONFORME PERCENTUAL APLICADO PARA EMPRESA)							
SUBTOTAL							
MÓDULO 6.2 - TRIBUTOS						%	Valor
FEDERAL	CONFINS (CONFORME PERCENTUAL APLICADO PARA EMPRESA)						
	PIS (CONFORME PERCENTUAL APLICADO PARA EMPRESA)						
MUNICIPAL	ISS (Em Araguari ISSQN varia de 3% a 5%)						



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

TRIBUTOS ESTADUAIS (ESPECIFICAR)			
SUBTOTAL			
QUADRO RESUMO DO MÓDULO - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCROS			VALOR TOTAL DE CADA SUBITEM
MÓDULO 6.1 - CUSTOS INDIRETOS E LUCRO			
MÓDULO 6.2 - TRIBUTOS			
TOTAL MÓDULO 6			
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO (VALOR POR EMPREGADO)			VALOR TOTAL DE CADA SUBITEM
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
MÓDULO 2 - ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
MÓDULO 5 - CUSTOS DIVERSOS			
SUBTOTAL MÓDULOS (1+2+3+4+5)			
MÓDULO 6- CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCROS			
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIO POR  
FUNCIONÁRIO – COPA/COZINHA

Dados da Mão de Obra	
Tipo de Serviço	Auxiliar de Limpeza
Classificação Brasileira de Ocupação (CBO)	
Salário Normativo da categoria profissional (usar o salário base descrito na CCT 2025 acrescido de estimativa de reajuste para 2026)	R\$



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

Acordos, Dissídios e Convenções coletivas (Vinculado a categoria) (Informar qual convenção utilizada)			
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
MÓDULO 1.1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		%	Valor
FUNÇÕES/ PROVENTOS  REFERENTE A 01 FUNCIONÁRIO	SALÁRIO BASE (Igual informado no campo anterior para 01 funcionário)	100% do base supracitado	
	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE (NÃO HAVERÁ)		
	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE (NÃO HAVERÁ)		
	ADICIONAL NOTURNO (NÃO HAVERÁ)		
	ADICIONAL DE HORA NOTURNA REDUZIDA (NÃO HAVERÁ)		
	HORA-EXTRA (DOMINGOS E FERIADOS TRABALHADOS) (NÃO HAVERÁ)		
	HORA EXTRA (NÃO HAVERÁ)		
	OUTROS (ESPECIFICAR) (NÃO HAVERÁ)		
TOTAL MÓDULO 1			
MÓDULO 2 - ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
MÓDULO 2.1 - GPS, FGTS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES		%	Valor
INSS		20%	
FGTS		8,00%	
RAT AJUSTADO (RAT % VARIÁVEL + FAP % VARIÁVEL) (CONFORME PERCENTUAL APLICADO PARA EMPRESA) (O cálculo do RAT ajustado é feito mediante aplicação da fórmula: RAT ajustado = RAT × FAP.)			
SAT (Seguro Acidente de Trabalho) (Percentual conforme CNAE da prestação de serviço)		3%	
SESC OU SESI (CONFORME PERCENTUAL APLICADO PARA EMPRESA)			
SENAI OU SENAC (CONFORME PERCENTUAL APLICADO PARA EMPRESA)			
SEBRAE (CONFORME PERCENTUAL APLICADO PARA EMPRESA)			
INCRA (CONFORME PERCENTUAL APLICADO PARA EMPRESA)			
SAL. EDUCAÇÃO (CONFORME PERCENTUAL APLICADO PARA EMPRESA)			



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

SUBTOTAL			
MÓDULO 2.2 - 13º SALÁRIO, FÉRIA E ADICIONAL DE FÉRIAS	%	Valor	
FÉRIAS + 1/3 (Como base de cálculo usar a remuneração – total apurado no módulo 1)	11,11%		
13º SALARIO (Como base de cálculo usar a remuneração – total apurado no módulo 1)	8,33%		
OUTROS (ESPECIFICAR)			
SUBTOTAL			
MÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			Valor
TRANSPORTE (Valor atual do bilhete de transporte coletivo em Araguari é de R\$ 4,30)	Valor passagem:	Qtd. de bilhetes	Utilizar o seguinte cálculo: (Vlr. Unit. do Vale Transporte x 2 x 22 dias) - 6% sobre salário
	R\$ 4,30	44 bilhetes	
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO (CONFORME PREVISTO NA CCT)	Dias trabalhado (observar os dias estabelecidos na CCT2025 acrescido da estimativa para 2026)	Valor diário do vale (observar valor estabelecido na CCT 2025 acrescido da estimativa para 2026)	Utilizar o seguinte cálculo (dias trabalhado x Valor diário do)
AUXÍLIO FUNERAL (CONFORME PREVISTO NA CCT)			
SEGURO DE VIDA (CONFORME PREVISTO NA CCT)			
PCMSO, PPRA, CIPA (SE HOUVER PREVISÃO)			
SUBTOTAL			
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS			VALOR TOTAL DE CADA SUBITEM
MÓDULO 2.1 - GPS, FGTS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES			
MÓDULO 2.2 - 13º SALÁRIO, FÉRIA E ADICIONAL DE FÉRIAS			





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

MÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
TOTAL MÓDULO 2		
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO		
MÓDULO 3.1 - PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	Valor
<b>AVISO PRÉVIO INDENIZADO</b> (Art. 487, § 1º, CLT, c/c art. 7º, XXI, CF/88. O TCU, por meio do Acórdão 1904/2007 - Plenário, com base em estudos do STF recomenda a utilização do percentual de 5,55% referente a empregados demitidos que não trabalham durante o aviso prévio. Assim, a fórmula para o percentual a incidir sobre a base de cálculo é: $((1/12) \times 0,0555) \times 100 = 0,46\%$ Cálculo para Aviso Prévio Indenizado: (Remuneração do Empregado) x (0,46%))	0,46%	
<b>INCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZADO</b> (Percentual a incidir sobre a base de cálculo: $(8\% \text{ FGTS}) \times (0,46\% \text{ corresponde ao percentual do Aviso Prévio Indenizado}) = 0,04\%$ Cálculo: (Remuneração do Empregado) x (0,04%))	0,04%	
<b>MULTA SOBRE FGTS SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO</b> (rt. 18, § 1º, Lei 8.036/90. (Percentual de 4% elencado no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 25.5.2017, para multa sobre FGTS sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado); Percentual a incidir sobre a base de cálculo:  $[0,08 \times (0,40) \times 0,9] \times (1 + 0,0833 + 0,121) = 3,47\%$ ; Onde: (0,08) = Alíquota do FGTS (8%); (0,40) = Valor da Multa do FGTS indenizado (40%); (0,90) = Considerando que 10% dos empregados pedem contas, essa penalidade recai sobre os 90% remanescentes; 1= remuneração integral;  (0,0833) = % do 13º salário; (0,121) = % de férias + adicional de férias.)	3,47%	
<b>AVISO PRÉVIO TRABALHADO</b> (Arts. 487 e 488, CLT, c/c art. 7º, XXI, CF/88. Conforme entendimento do TCU, Acórdão 1.186/2017 - Plenário, o percentual mais adequado para o item Aviso Prévio Trabalhado é de 1,94%, mas que deve ser pago apenas no primeiro ano do contrato, devendo ser excluído da planilha a partir do segundo ano, uma vez que só haverá uma demissão e uma indenização por empregado. O cálculo está demonstrado a seguir: $[(100\% / 30) \times 7] / 12 = 1,94\%$ Onde: 100% = salário integral; 30 = número de dias no mês; 7 = número de dias de aviso prévio a que o empregado tem direito de se ausentar; 12 = número de meses no ano.)	1,94%	
<b>INCIDÊNCIA DO FGTS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO</b> (Percentual a incidir sobre a base de cálculo será: <b>(VALOR DAS SOMAS DAS PORCENTAGENS DO SUBMÓDULO 2.1) X (1,94% AVISO PRÉVIO TRABALHADO) = VALOR DA PORCENTAGEM A SER APLICADA.</b> Conforme entendimento do TCU, Acórdão 1.186/2017 - Plenário, o percentual referente a Aviso Prévio Trabalhado e suas incidências (Incidência do 4.1 sobre o Aviso Prévio Trabalhado e Multa do FGTS) serão devidos apenas no primeiro ano de vigência do contrato, e no caso de eventual prorrogação, serão retirados, com vigência a partir do primeiro aniversário da avença, em atendimento ao exposto no Acórdão 3006/2010 -Plenário - TCU.)		
<b>MULTA SOBRE FGTS SOBRE O AVISO-PRÉVIO TRABALHADO</b> (Art. 18, § 1º, Lei 8.036/90. Haja vista que o percentual previsto para retenção em conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação da multa sobre FGTS sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado é de 4% e que o percentual adotado para multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado foi de 3,47%, sugere-se a adoção da diferença, ou seja, 0,53%, para o item multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado.)	0,53%	



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA		
TOTAL DO MÓDULO 3		
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
MÓDULO 4.1 – AUSÊNCIAS LEGAIS (COMPOSIÇÃO DO CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE)	%	Valor
SUBSTITUTO NA COBERTURA DE FÉRIAS (A estimativa do percentual dessa rubrica a ser aplicado sobre a remuneração mensal do titular pode ser obtida pelo cálculo: % Cobertura de férias = $12 \div 100 \therefore$ % Cobertura de férias $\cong$ 8,33%)	8,33%	
SUBSTITUTO NA COBERTURA DE AUSÊNCIAS LEGAIS (Considera-se, no modelo, uma estimativa de que cada empregado usufrua 1 (um) dia de licença por ano  (IBGE). Portanto o percentual dessa rubrica a ser aplicada sobre a remuneração mensal do titular pode ser obtido pelo cálculo: % AL = $(1 \div 30 \div 12) \times 100 \therefore$ % AL $\cong$ 0,28%)	0,28%	
SUBSTITUTO NA COBERTURA DE LICENÇA DE PATERNIDADE (Considerando uma estimativa de 1,5% dos empregados usufruindo 5 (cinco) dias de licença por ano (IBGE), a estimativa do percentual dessa rubrica a ser aplicada sobre a remuneração mensal do titular pode ser obtida pelo cálculo: % LP = $(5 \div 30 \div 12) \times 0,015 \times 100 \therefore$ % LP $\cong$ 0,02%)	0,02%	
SUBSTITUTO NA COBERTURA DE LICENÇA DE MATERNIDADE (Estatística de empregadas que engravidam a cada ano em Minas Gerais = 2%) (Cálculo $[(1+1/3)/12 + (4/12)] \times 0,02 \times 100 = 0,07\%$ )  (Estatística de empregadas que prestaram serviços terceirizados para câmara municipal nos últimos 5 anos: Contratos com totais de 7 empregadas onde 1 engravidou, ou seja, 14,29%) (Cálculo $[(1+1/3)/12 + (4/12)] \times 0,1429 \times 100 = 6,35\%$ )  (Cálculo considerado para rubrica: Média das 2 estatísticas supracitadas – $0,07\% + 6,35\% \div 2 = 4,17\%$ .)	4,17%	
SUBSTITUTO NA COBERTURA DE AUSÊNCIA POR DOENÇA (Considerando uma estimativa de 5 dias de licença por ano, a estimativa do percentual dessa rubrica a ser aplicado sobre a remuneração mensal do titular pode ser obtida pelo cálculo: % Ausência por Doença = $(5 \div 30 \div 12) \times 100 \therefore$ % Ausência por Doença $\cong$ 1,39%)	1,39%	
SUBSTITUTO NA COBERTURA DE ACIDENTE DO TRABALHO (O artigo 27 do Decreto nº 89.312, de 23/01/84, obriga o empregador a assumir o ônus financeiro pelo prazo de 15 dias, no caso de acidente de trabalho previsto no art. 131 da CLT. De acordo com os números mais recentes apresentados pelo Ministério trabalho e emprego, baseados em informações extraídas do e-Social, e do INSS, em Minas Gerais 0,76% (zero vírgula setenta e seis por cento) dos empregados se acidentam no primeiro semestre de 2025. Percentual a incidir sobre a base de cálculo: $(15 \text{ dias}) / (30 \text{ dias}) / (12 \text{ meses}) \times (0,76\% \text{ índice atualizado}) = 0,03\%$ )	0,03%	
SUBSTITUTO NA COBERTURA DE OUTRAS AUSÊNCIAS (SE HOUVER ESPECIFICAR)		
SUBTOTAL		
MÓDULO 4.2 - INTRAJORNADA	%	



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

INTERVALO PARA REPOUSO OU ALIMENTAÇÃO (NÃO há previsão de reposição de funcionário para intrajornada)						00%	R\$ 0,00
SUBTOTAL							
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE							VALOR TOTAL DE CADA SUBITEM
MÓDULO 4.1 – AUSÊNCIAS LEGAIS (COMPOSIÇÃO DO CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE)							
MÓDULO 4.2 – INTRAJORNADA (NÃO há previsão de reposição de funcionário para intrajornada)							R\$ 0,00
TOTAL MÓDULO 4							
MÓDULO 5 - CUSTOS DIVERSOS							
MÓDULO 5.1 - INSUMOS E CUSTOS DIVERSOS							Valor Mensal
UNIFORMES	Descritivo	Período de troca	Quant. por funcionário	Quant. Anual	Valor Unit.	Valor Total	(Para essa rubrica deverá considerar o cálculo: valor total / 12)
	Camisetas manga curta, malha fria, 100% algodão, gola esporte com emblema da empresa impressa.	6 meses	3 unidades	6 unidades			
	Casaco ou jaqueta em nylon, com zíper na frente e bolsos laterais, com forro térmico interno, com emblema da empresa impressa.	12 meses	1 unidade	1 unidade			
	Touca em tecido Oxford ou tergal	12 meses	3 unidades	3 unidades			
	Avental impermeável PVC ou semelhante	12 meses	3 unidades	3 unidades			
EPI's	Descritivo	Período de troca	Quant. por funcionário	Quant. Anual	Valor Unit.	Valor Total	(Para essa rubrica deverá considerar o cálculo: valor total / 12)
	Luva de látex forrada com antiderrapante, palma cano longo.	12 meses	1 pares	12 pares			
EXAME PERIÓDICO	Descritivo	Periodicidade	Quant. por funcionário	Quant. Anual	Valor Unit.	Valor Total	(Para essa rubrica deverá considerar o cálculo: valor total / 12)



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

OUTROS (ESPECIFICAR)	Descritivo	Periodicidade	Quant. por funcionário	Quant. Anual	Valor Unit.	Valor Total	(Para essa rubrica deverá considerar o cálculo: valor total / 12)
TOTAL DO MÓDULO 5							
MÓDULO 6- CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCROS							
MÓDULO 6.1 - CUSTOS INDIRETOS E LUCRO						%	Valor
DESPESA OPERACIONAIS/ADMINISTRATIVAS (CONFORME PERCENTUAL APLICADO PARA EMPRESA)							
DEMAIS CUSTOS INDIRETOS (CONFORME PERCENTUAL APLICADO PARA EMPRESA)							
LUCRO (CONFORME PERCENTUAL APLICADO PARA EMPRESA)							
SUBTOTAL							
MÓDULO 6.2 - TRIBUTOS						%	Valor
FEDERAL	CONFINS (CONFORME PERCENTUAL APLICADO PARA EMPRESA)						
	PIS (CONFORME PERCENTUAL APLICADO PARA EMPRESA)						
MUNICIPAL	ISS (Em Araguari ISSQN varia de 3% a 5%)						
TRIBUTOS ESTADUAIS (ESPECIFICAR)							
SUBTOTAL							
QUADRO RESUMO DO MÓDULO - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCROS							VALOR TOTAL DE CADA SUBITEM
MÓDULO 6.1 - CUSTOS INDIRETOS E LUCRO							
MÓDULO 6.2 - TRIBUTOS							
TOTAL MÓDULO 6							



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO	
MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO (VALOR POR EMPREGADO)	VALOR TOTAL DE CADA SUBITEM
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	
MÓDULO 2 - ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS	
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO	
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	
MÓDULO 5 - CUSTOS DIVERSOS	
SUBTOTAL MÓDULOS (1+2+3+4+5)	
MÓDULO 6- CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCROS	
VALOR TOTAL POR EMPREGADO	

QUADRO DE RESUMO – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS				
TIPO DE SERVIÇO	VALOR TOTAL PROPOSTO POR EMPREGADO	QNT. DE EMPREGADOS	QNT. DE POSTOS	VALOR MENSAL (VALOR TOTAL POR EMPREGADO x QUANTIDADE DE EMPREGADOS)
AUXILIAR DE LIMPEZA COM INSALUBRIDADE (EXCLUSIVO PARA LIMPEZA DE BANHEIROS)	R\$	01	01	R\$
AUXILIAR DE LIMPEZA SEM INSALUBRIDADE (LIMPEZA GERAL EXCETO LIMPEZA DE BANEHIROS)	R\$	03	01	R\$
AUXILIAR DE COPA/COZINHA	R\$	02	01	R\$

QUADRO DE RESUMO – VALOR GLOBAL DOS SERVIÇOS			
TIPO DE SERVIÇO	VALOR MENSAL (VALOR TOTAL POR EMPREGADO x	QNT. MESES	VALOR GLOBAL (VALOR MENSAL x QUANTIDADE DE MESES)



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

	QUANTIDADE DE EMPREGADOS DA PLANILHA ANTERIOR)		
AUXILIAR DE LIMPEZA COM INSALUBRIDADE (EXCLUSIVO PARA LIMPEZA DE BANHEIROS)	R\$	12	R\$
AUXILIAR DE LIMPEZA SEM INSALUBRIDADE (LIMPEZA GERAL EXCETO LIMPEZA DE BANEHIROS)	R\$	12	R\$
AUXILIAR DE COPA/COZINHA	R\$	12	R\$

Declaramos ainda que,

1) Nos preços indicados em nossa proposta estão computados todas as despesas de transporte, tributos, encargos sociais, trabalhistas, **toda a mão de obra** e demais custos e que os compõem.

2) O prazo de validade de nossa proposta e de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da abertura da licitação.

3) Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o contrato no prazo determinado, indicando para esse fim o Sr. \_\_\_\_\_, carteira de identidade nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_(profissão), \_\_\_\_\_(função na empresa), residente a Rua, Avenida \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ (Cidade), como responsável desta empresa.

4) Caso consagremos vencedores nesta licitação, o pagamento do preço dos itens/serviços a ser retirados do contrato, de acordo com nossa proposta financeira, será creditado em nossa conta \_\_\_\_\_ (corrente/poupança) de nº \_\_\_\_\_, Agência nº \_\_\_\_\_, do Banco \_\_\_\_\_, na forma como definido na Resolução do Banco Central nº 2.882, de 30/08/2001.

5) O fornecimento dos objetos licitados será feito de forma total ou parcelada **se for o caso**, de acordo com as necessidades da Câmara Municipal requisitante conforme solicitação emitida pelo **Sr. Marcelo de Araújo Machado, Cargo: Superintendente Administrativo ou o ocupante desse cargo no momento, ou servidor designado pelo mesmo**. Caso seja por este detectado alguma irregularidade nos mesmos, mediante simples declaração de constatação, será de plano rejeitado o seu recebimento.





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

---

- 6) Prazos para os a execução dos serviços do objeto desta licitação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.
- 7) Prazo de pagamento será conforme edital, mediante a apresentação da nota fiscal, empenho e liberação por quem de direito.
- 8) Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no pregão e seus anexos.

Araguari/MG, de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e Carimbo CNPJ do Proponente



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

**ANEXO III - MODELO DE CREDENCIAMENTO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº005/2026 - PROCESSO Nº007/2026**  
**PROCURAÇÃO**

A (nome da empresa) , CNPJ n.º. , com sede à , neste ato representado pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o(s) Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para junto ao Governo do Município de Araguari Estado de Minas Gerais (ou de forma genérica: para junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais) praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação na modalidade de Pregão n.º005/2026 (ou de forma genérica para licitações em geral), usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial, para (se for o caso de apenas uma licitação).

Local, data e assinatura

RECONHECER FIRMA(S).



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº005/2026 - PROCESSO Nº007/2026**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador do Documento de Identidade n.º. \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o n.º. \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como \_\_\_\_\_ (incluir a condição da empresa: micro empresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), art. 3º da Lei Complementar n.º. 123/2001 e que não está sujeita a qualquer dos impedimentos do §4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada Lei.

Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da lei Complementar n.º. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no §5º do art. 90, da Lei Federal n.º. 14.133/21.

Obs: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Local e data.

Assinatura do representante legal.

**ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL**



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

**ANEXO V**

**PREGÃO 005/2026 – PROCESSO 007/2026.**

**MINUTA CONTRATUAL**

**PREÂMBULO**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI**, Estado de Minas Gerais, doravante denominada CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob o nº 23.099.229/0001-20, com sede nesta cidade, na Rua Cel. José Ferreira Alves, nº 758, neste ato representado por seu Presidente, Vereador Presidente **Giulliano Sousa Rodrigues**, brasileiro, casado, agente político, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado nesta cidade, e de outro lado \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem **FIRMAR CONTRATO ADMINISTRATIVO** da empresa abaixo identificada, em conformidade com o Processo Licitatório Pregão eletrônico 005/2026 - Processo 007/2026, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob a regência da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 com base nas Leis Municipais 6.757/2023, Decreto Municipais 560/2023, 576/2023, 358/2023 e 116/2021, a Lei Complementar Federal n.º 123/2006, a Lei Complementar Federal n.º 147/2014, Decreto Federal 10.024/2019, e pela Portaria-nº GAB 004 de 23 de fevereiro de 2026, com observância as disposições descritas no Edital e seus Anexos, naquilo que couber, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

**1- CONFORMIDADE DO OBJETO:**

**1.1** - O objeto deste instrumento deverá ser executado de acordo com o Edital, seus Anexos e as especificações previstas no **Anexo I (Termo de Referência)** e **Anexo II (Proposta Comercial)** apresentada na licitação, assim como, o histórico do último lance ofertado, se for o caso, respectivamente e que integram este instrumento.

<b>OBJETO</b>	<b>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO CONTÍNUA E ESPECIALIZADA DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE LIMPEZA PREDIAL, CONSERVAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO E APOIO DE COPA/COZINHA NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI E DE SEU ANEXO ADMINISTRATIVO, MEDIANTE ALOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA, COMPREENDENDO 1 POSTO PARA LIMPEZA DE BANHEIROS PÚBLICOS COM OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO DE INSALUBRIDADE APLICÁVEL, 3 POSTOS PARA LIMPEZA GERAL DAS ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS E 2 POSTOS PARA SERVIÇOS DE COPA/COZINHA, PELO PRAZO INICIAL DE 12 (DOZE) MESES, PRORROGÁVEL, VISANDO À MANUTENÇÃO DIÁRIA DAS CONDIÇÕES DE HIGIENE, SALUBRIDADE E ORGANIZAÇÃO EM TODAS AS ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS DOS REFERIDOS IMÓVEIS.</b>
---------------	---

§1º - Integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, o Termo de Referência constante do Edital de Licitação do Processo Licitatório nº 007/2026 – Pregão Eletrônico nº 005/2026, realizado pela Câmara Municipal de Araguari-MG.

**2 - DAS CONDIÇÕES GERAIS:**



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

---

São condições gerais deste Contrato:

I. Este Contrato regular-se-á pela legislação indicada no preâmbulo e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 89, combinado com o inciso XIV do artigo 92, todos da Lei nº 14.133/21.

II. Este Contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da CONTRATADA com terceiros, sem autorização prévia da CÂMARA MUNICIPAL, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

III. Este Contrato não poderá ser utilizado, sem prévia e expressa autorização da CÂMARA MUNICIPAL, em operações financeiras ou como caução/garantia em contrato ou outro tipo de obrigação, sob pena de sanção, inclusive rescisão contratual.

IV. Operações de reorganização empresarial, tais como fusão, cisão e incorporação, deverão ser comunicadas a CÂMARA MUNICIPAL e, na hipótese de restar caracterizada a frustração das regras disciplinadoras da licitação, ensejarão a rescisão do Contrato.

V. A CÂMARA MUNICIPAL e a CONTRATADA poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos do artigo 124, inciso II, letra "d", da Lei nº 14.133/21, por repactuação precedidos de cálculo e demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de custos e formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral conforme art. 54 §1º ao 4º in/2017. Assim, Haverá Reajuste e Revisão dos Preços em face do desequilíbrio econômico financeiro do contrato devidamente comprovada elevação dos custos para manutenção do contrato, mediante prévio parecer jurídico favorável, com base nas normas previstas no art. 124, da Lei nº 14.133/21. O índice a ser adotado em caso de Reajuste e Revisão dos Preços será o INPC ou, na falta deste, outro índice oficial que o substitua. Somente poderá ocorrer o Reajuste e Revisão após transcorrido o prazo de 12 meses da data prevista para apresentação da proposta, salvo as exceções previstas em lei.

VI. A CÂMARA MUNICIPAL reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no artigo 125 da Lei nº 14.133/21.

VII. O objeto deste Contrato será executado dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas legais e técnicas a ele pertinentes.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

VIII. A CÂMARA MUNICIPAL reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto ou serviço em desacordo com o previsto neste Contrato, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindi-lo nos termos do previsto nos artigos 104, IV da Lei nº 14.133/21.

IX. Qualquer tolerância por parte da CÂMARA MUNICIPAL, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela CONTRATADA, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as cláusulas deste Contrato e podendo A CÂMARA MUNICIPAL exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

X. Este Contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a CÂMARA MUNICIPAL e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da CONTRATADA designadas para a execução do seu objeto, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

XI. A CONTRATADA, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, a CÂMARA MUNICIPAL, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto deste Contrato, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se a CÂMARA MUNICIPAL o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

XII. A CONTRATADA guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações e documentos fornecidos pela CÂMARA MUNICIPAL ou obtidos em razão da execução do objeto contratual, sendo vedada toda e qualquer reprodução dos mesmos, durante a vigência deste Contrato e mesmo após o seu término.

XIII. Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela CONTRATADA durante a execução do objeto deste Contrato serão de exclusiva propriedade da CÂMARA MUNICIPAL, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização deste, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, nos termos da legislação pátria vigente.

XIV. O contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 10(dez) anos, conforme previsto nos termos do artigo 107 da Lei federal nº 14.133/21.





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

---

### **3 - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

#### **3.1 -Consistem na prestação dos serviços os seguintes deveres:**

3.1.1. A prestação dos serviços, fixados pela Câmara Municipal de Araguari e seu Anexo, envolve a alocação, pela Contratada, de mão de obra treinada e capacitada para prestar serviços, a princípio, na forma e condições descritas no termo de referência.

3.1.2. Caso a Contratada constatare áreas insalubres/ou perigosas, deverá apresentar laudos técnicos emitidos por pessoa competente da empresa (ou por ela contratada), os quais serão submetidos à aprovação da Contratante.

3.1.3. Os serviços objeto do presente Termo de Referência compreendem as dependências de a Câmara Municipal e seu Anexo Administrativo.

3.1.4. A critério da Administração, os serviços poderão também ser executados em localidade diversa a ser expressa e previamente comunicada, inclusive em caso de Posse de Vereadores, Eleição da Mesa Diretora e Audiências realizadas em outras localidades promovidas pela Câmara Municipal de Araguari-MG.

3.1.5. Os serviços objeto do presente documento deverão ser realizados visando à obtenção de condições de maior comodidade, com disponibilização de mão de obra, nas condições informadas neste Termo de Referência.

3.1.6. Os serviços serão executados pela Contratada, conforme especificações do presente documento, atentando para o emprego correto dos materiais, máquinas e SERVIÇOS específicos, não eximindo a empresa da responsabilidade da execução de outras atividades atinentes ao objeto deste instrumento.

3.1.7. Para a prestação dos serviços, a Câmara Municipal fornecerá todo o material de Limpeza e consumo para realização dos mesmos.

3.1.8. Os funcionários desenvolverão atividades inerentes ao objeto deste presente Termo de Referência, observada a categoria profissional contratada e atendendo aos procedimentos técnicos comuns adotados na execução de suas atividades.

3.1.9. Os prestadores de serviço devem estar sempre bem apresentados, com uniforme limpo e bem passado, cabelos presos, barba feita se for o caso, unhas limpas e condições que indiquem boa higiene pessoal. Além disso, os profissionais devem manter postura condizente com a atividade desempenhada, demonstrando conhecimentos práticos na execução diária de suas atividades, cortesia e bom trato com os usuários.

3.1.10. Em se tratando de cobertura de serviço excepcional após as 22h, poderá ser instalado mecanismo de compensação de horário, tendo em vista o não prejuízo da carga horária para os funcionários da Contratada.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

3.1.11. A jornada de trabalho diária a ser cumprida pelos empregados será adotada na legislação trabalhista, em turnos e horários a serem estabelecidos pela Contratante. Os horários poderão ser alterados de acordo com a conveniência administrativa, independente de termo aditivo, desde que não ocorra acréscimo sobre a referida carga horária.

3.1.12. A concessão de férias, licenças, folgas e descansos semanais, atribuída aos profissionais alocados nos postos de trabalho, será de inteira responsabilidade da Contratada, devendo ser mantido sempre o quantitativo mínimo determinado de 6 (seis) Funcionárias.

3.1.13. Servir às autoridades e seus respectivos gabinetes 2 (duas) vezes ao dia, preferencialmente às 8h00min e às 13h00min, ou sempre que solicitado, inclusive em caso de reuniões no plenário;

3.1.14. Deverá ser observado por todos os prestadores de serviço:

3.1.14.1. Adotar as práticas e técnicas próprias da atividade da categoria, primando pelo melhor serviço no atendimento aos usuários do órgão;

3.1.14.2. Tratar os usuários dos serviços com gentileza e urbanidade, observando os procedimentos mínimos da profissão, comportando-se sempre com profissionalismo e sem demonstração de preferências entre as pessoas atendidas;

3.1.14.3. Zelar pelo funcionamento dos equipamentos colocados à disposição do serviço de limpeza/conservação, sempre comunicando, de imediato, qualquer dificuldade, defeito ou dano que venham a impedir o bom andamento das atividades a Superintendência Administrativa;

3.1.14.4. Apresentar-se sempre bem aseado, barba feita (se for o caso), cabelos presos e uniformes limpos e passados;

3.1.14.5. Fazer uso de uniformes e demais utensílios exigidos para a manutenção da higiene e segurança da Câmara Municipal.

3.1.14.6. É expressamente proibido à Contratada alocar empregados, na Instituição, para outras atividades que constituam desvio de função das atividades para as quais está sendo contratada.

3.1.14.7. Os serviços de limpeza/conservação deverão ser realizados nos gabinetes dos vereadores departamentos administrativos; salas de reuniões e plenário; banheiros e copas; áreas externas, corredores e escadas; prédio anexo administrativo.

3.1.14.8. Os funcionários deverão fazer a reposição de papel higiênico e sabonete líquido; higienização de móveis, mesas, cadeiras e equipamentos de uso comum.

3.1.14.9. Os funcionários deverão fazer a varrição, lavagem e desinfecção dos pisos; limpeza e desinfecção de banheiros, reposição de papel higiênico e sabonete líquido; higienização de móveis, mesas, cadeiras e equipamentos de uso comum; limpeza de portas, janelas, vidros e divisórias; remoção de lixo e acondicionamento adequado para coleta; manutenção da limpeza das áreas



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

externas, como calçadas, pátios e jardins; controle e uso consciente de materiais de limpeza.

3.1.14.10. É de responsabilidade da empresa o fornecimento dos equipamentos de proteção individual (epi) e de eventuais utensílios complementares indispensáveis à execução dos serviços.

**CARACTERÍSTICAS E OBRIGAÇÕES DO PESSOAL:**

3.1.14.11. Os empregados da Contratada deverão, em 10 (dez) dias do início dos serviços, inteirarem-se das normas do funcionamento da Instituição nas quais sejam as prestarão serviços: horário das atividades normais e especiais, dentro e fora do expediente e orientações necessárias à execução das atividades especiais, as quais deverão ser solicitadas a Câmara Municipal e seu Anexo Administrativo.

3.1.14.12. Os empregados da Contratada deverão observar e respeitar as normas de funcionamento de cada Departamento/Unidade/Sala de Vereadores.

3.1.15. Não será permitido aos empregados da Contratada utilizar computadores ou outros equipamentos, bem como materiais de propriedade da Câmara Municipal e seu Anexo Administrativo.

3.1.15.1. Os empregados da Contratada deverão zelar pela boa conservação do patrimônio da Contratante.

3.1.15.2. Os empregados da Contratada deverão cumprir rigorosamente horário de intervalos após 6 horas de trabalho, um intervalo de 2h para refeições e após 4 horas de trabalho, um intervalo de 15 minutos para café previsto em lei.

**3.2- CONSTITUEM REGRAS GERAIS A SEREM OBSERVADAS PELOS PROFISSIONAIS ALOCADOS NOS POSTOS DE TRABALHO OBJETOS DESTES DOCUMENTOS:**

a) Ser pontual e permanecer no posto de trabalho determinado, ausentando-se apenas quando substituído (a) por outro (a) profissional ou quando autorizado pela Superintendência Administrativa ou Servidor designado para o mesmo;

b) Apresentar-se devidamente identificado(a) por crachá, uniformizado(a), asseado(a), barbeado e com unhas aparadas;

c) Tratar a todos com urbanidade;

d) Não abordar autoridades ou servidores para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da equipe de fiscalização;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

e) Não participar, no âmbito da CONTRATANTE, de grupos de manifestações ou reivindicações, evitando espalhar boatos ou tecer comentários desairosos ou desrespeitosos relativos a outras pessoas.

#### **4 - DA RESPONSABILIDADE TRABALHISTA:**

Compete exclusivamente à CONTRATADA, na consecução do objeto deste Contrato, observar as normas que integram o regime jurídico da relação trabalhista celetista, em especial a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, legislação complementar, normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e dispositivos contidos nas Convenções Coletivas de Trabalho das categorias envolvidas na execução dos serviços.

§1º - A CONTRATADA obriga-se a responder por todas e quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações de seus empregados, sendo, em quaisquer circunstâncias, considerada como exclusiva empregadora e única responsável por qualquer ônus que a CÂMARA MUNICIPAL venha a arcar, em qualquer época, decorrente de tais ações, reivindicações ou reclamações.

§2º - Fica a CONTRATADA obrigada a comunicar a CÂMARA MUNICIPAL, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da notificação/citação, qualquer reclamação trabalhista ajuizada por seus empregados e relacionada a serviços prestados a CÂMARA MUNICIPAL.

§3º - Vindo a CÂMARA MUNICIPAL a responder por qualquer ação ou reclamação proposta por empregados da CONTRATADA, pessoas a seu serviço ou qualquer terceiro, estará expressamente autorizado a, mediante simples comunicação escrita, reter e utilizar os créditos de titularidade da CONTRATADA, até o montante necessário para o ressarcimento integral da obrigação exigida, incluindo custas, despesas processuais e honorários advocatícios. Em face da insuficiência de créditos, a CÂMARA MUNICIPAL poderá utilizar a garantia prestada ou acionar a CONTRATADA.

§4º - A CONTRATADA, configurada sua inadimplência quanto a obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias, desde já, autoriza a CÂMARA MUNICIPAL a proceder o bloqueio de faturas, cujos créditos serão utilizados no pagamento das referidas obrigações, referentes ao trabalhadores que prestam/prestaram serviços a CÂMARA MUNICIPAL.

§5º - O estabelecido no parágrafo acima não exclui a prerrogativa da CÂMARA MUNICIPAL de utilizar o valor da garantia para pagamento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias, caso a CONTRATADA não comprove a quitação dos mencionados encargos nos prazos legais.

#### **5 - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA:**

**5.1** - Após a assinatura do Instrumento Contratual, formulado pela CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI, a entrega/execução dos serviços será, **conforme Termo de**



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

**Referência**, correndo por conta da contratada as despesas decorrentes de fretes, embalagens, seguros, mão de obra etc. **(se for o caso)**.

**5.2 – Os PRODUTOS/SERVIÇOS/NOTA serão recebidos pela SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI ou servidor designado**, que, depois de verificado o atendimento a todas as exigências e condições do Edital, emitirá o atestado de recebimento provisório, no caso de entrega parcial. Além das condições previstas no Edital, Instrumento Contratual ou outro hábil, deverá ser observado ainda o art. 140, incisos I, alínea “a” e “b” da Lei Federal 14.133/21. **(se for o caso)**.

**5.3 - A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente todas as condições/exigências/prazos explícitos no Edital e seus Anexos, caso contrário, poderão ser aplicadas todas as sanções previstas no Edital e Legislação vigente.**

## **6 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **I. A CONTRATADA obriga-se a:**

- 1) Executar os serviços objeto do contrato nas condições estabelecidas, respeitando os prazos fixados;
- 2) Realizar todos os serviços necessários à perfeita execução do objeto contratado, mesmo que não tenham sido cotados;
- 3) Indicar, logo após a assinatura do Contrato e sempre que ocorrer alteração, um **preposto** com plenos poderes para representá-lo, administrativa ou judicialmente, assim como para decidir acerca de questões relativas aos serviços, bem como para atender aos chamados da CÂMARA MUNICIPAL, principalmente em situações de urgência, inclusive em feriados, a partir de contato feito por meio de telefonia móvel ou outro meio igualmente eficaz;
- 4) Fornecer números telefônicos ou de outros meios igualmente eficazes para contato da CÂMARA MUNICIPAL com o preposto, ainda que fora do horário normal de expediente, sem que isso gere qualquer custo adicional;
- 5) Supervisionar os serviços realizados por sua equipe de trabalho, por meio do preposto, que deverá, pelo menos uma vez por mês e sempre que necessário, visitar as dependências da CÂMARA MUNICIPAL, inteirando-se das condições de execução do serviço e promovendo as alterações necessárias, sempre com o acompanhamento da SUPERINTENDÊNCIA da CÂMARA MUNICIPAL;
- 6) Fornecer todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à realização dos serviços, conforme especificações constantes do Termo de Referência;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

- 7) Fornecer toda mão de obra necessária à fiel e perfeita execução dos serviços, bem como os encargos previdenciários, trabalhistas e outros de qualquer natureza decorrentes da execução do Contrato;
- 8) Fornecer todos os equipamentos de proteção individual (EPI) para os seus empregados e equipamentos de proteção coletiva (EPC) necessários, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho; (se for o caso)
- 9) Providenciar, de imediato, a correção das deficiências apontadas pela CÂMARA MUNICIPAL com respeito à execução do objeto;
- 10) Entregar os serviços ou produtos objeto do Contrato dentro as condições estabelecidas e respeitando os prazos fixados;
- 11) Executar o Contrato responsabilizando-se pela perfeição técnica dos serviços prestados e dos produtos entregues;
- 12) Utilizar, na execução dos serviços, somente profissionais qualificados, treinados e capacitados, observado o perfil básico exigido no Termo de Referência;
- 13) Cumprir os prazos previstos no Contrato ou outros que venham a ser fixados pelo CÂMARA MUNICIPAL;
- 14) Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do Contrato, durante toda a sua vigência, a pedido da CÂMARA MUNICIPAL;
- 15) Apresentar, para acompanhamento e fiscalização dos serviços, relatório mensal, devidamente assinado pelo representante da CONTRATADA, contendo a descrição dos serviços prestados no mês de referência, relatório que deverá ser entregue à Superintendência Administrativa, juntamente com o faturamento dos serviços nele descritos;
- 16) Controlar a jornada de trabalho dos seus empregados, o que será acompanhado pelo Gestor do Contrato;
- 17) Manter rigoroso controle da jornada de trabalho de seus empregados, respeitando sempre o limite legal, bem como os intervalos dentro de cada jornada ou aqueles dentre duas jornadas juntamente com a Superintendência Administrativa; (se for o caso)
- 18) Providenciar, às suas expensas, os exames médicos admissionais, periódicos e demissionais de seus empregados, na forma das normas aplicáveis;
- 19) Manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação ou de qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar a CÂMARA MUNICIPAL, de imediato, qualquer





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

alteração que possa comprometer a continuidade da contratação, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado;

19) Prestar garantia de execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/21, no percentual de 5% do valor do Contrato; ( se for o caso)

20) Responsabilizar-se por todas as providências e por todas as obrigações, estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços contratados, ou de serviços conexos com os serviços contratados;

21) Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria, especialmente a indicada no Contrato, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria dos serviços e dos resultados obtidos, preservando a CÂMARA MUNICIPAL de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

## **II- A CÂMARA MUNICIPAL obriga-se a:**

1) Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la;

2) Expedir, atestado de inspeção dos serviços prestados, que servirá como instrumento de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais;

3) Atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente;

4) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA, em relação aos serviços objeto do Contrato;

5) Proporcionar acesso do pessoal da CONTRATADA às suas instalações, bem como condições de movimentação daquele pessoal nas mesmas instalações;

6) Proibir que pessoas não autorizadas pela CONTRATADA, sob qualquer pretexto, efetuem intervenção técnica nos equipamentos, instalações e dependências da CÂMARA MUNICIPAL; (se for o caso)

7) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas;

8) Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por com seus empregados;

9) Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução dos serviços, se não abordadas no Termo de Referência;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

10) Comunicar à CONTRATADA, de imediato, a ocorrência de qualquer acidente com seus empregados;

11) Rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade ou em desconformidade com as especificações do Termo de Referência;

12) Solicitar o imediato afastamento de qualquer empregado da CONTRATADA, cujo comportamento ou capacidade técnica sejam julgados inconvenientes ou estejam em desconformidade com as disposições contratuais ou legais;

13) Sustar, no todo ou em parte, a execução dos serviços, sempre que a medida for considerada necessária;

14) Transmitir à CONTRATADA, por meio da Superintendência Administrativa, as instruções necessárias à realização dos serviços complementares ao Termo de Referência;

15) Arcar com as despesas de publicação do extrato do contrato, bem como dos termos aditivos que venham a ser firmados;

## **6 - DOS PREÇOS:**

**6.1** - O(s) valor(es) unitário(s), total(ais) e global(ais) ESTIMADO(S) é (são) o(s) discriminado(s) no PREÂMBULO do presente Contrato, parte integrante deste instrumento.

**6.2** - Os preços são os constantes da tabela apresentada na proposta da empresa vencedora no dia da sessão pública, depois de apurado e aplicado homogeneamente para cada item ou item de cada lote julgado se for o caso o percentual de desconto entre o valor da proposta inicial e o valor do último lance ofertado, se for o caso.

**6.2.1** - Os preços permanecerão fixos e irrevogáveis por 12 (doze) meses.

**6.3** - As quantidades constantes nos **Anexos I e II do Edital, assim como os valores acordados, são estimativas de serviços não se obrigando a Administração da Câmara Municipal à aquisição total.**

## **7 – DOS REAJUSTES:**

**7.1** - Os preços apresentados na proposta permanecerão fixos e irrevogáveis pelo prazo de 12 (doze) meses.

**7.2.** A cada período de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato será permitido o reajuste de preço da contratação, conforme a Convenção Coletiva de Trabalho.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

## 8 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

8.1. - Os preços são os constantes da tabela apresentada na proposta da empresa vencedora no dia da sessão pública, depois de apurado e aplicado homogeneamente para cada item ou item de cada lote julgado se for o caso o percentual de desconto entre o valor da proposta inicial e o valor do último lance ofertado, se for o caso.

**8.1.** Os preços permanecerão fixos e irrevogáveis até a entrega dos **SERVIÇOS** constantes do termo contratual e/ou cronograma conforme quadro demonstrativo abaixo.

ITEM	UNID	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL  (VALOR TOTAL POR EMPREGADO x QUANTIDADE DE EMPREGADOS ENCONTRADOS NA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO)	VALOR TOTAL  (VALOR MENSAL X 12 MESES)
01	SV.	12 MESES	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOS BANHEIROS DE GRANDE CIRCULAÇÃO, (COM APLICAÇÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI CONTA COM APROXIMADAMENTE 150 SERVIDORES, ALÉM DO EXPRESSIVO PÚBLICO QUE CIRCULA DIARIAMENTE EM SUAS DEPENDÊNCIAS, AS ATIVIDADES DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DESENVOLVIDAS PELA EMPRESA CONTRATADA ENVOLVEM A RETIRADA DE LIXO DE BANHEIROS DE ACESSO IRRESTRITO AO PÚBLICO, COM GRANDE FLUXO DE PESSOAS. DIANTE DESSE CENÁRIO FÁTICO, IMPÕE-SE QUE A CONTRATADA OBSERVE O PAGAMENTO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE EM GRAU MÁXIMO, CORRESPONDENTE A 40% (QUARENTA POR CENTO), NA FORMA DO INCISO II DA SÚMULA 448 DO TST, QUE EQUIPARA A COLETA DE LIXO DE SANITÁRIOS DE USO PÚBLICO OU DE GRANDE CIRCULAÇÃO AO MANEJO DE RESÍDUOS EM CONDIÇÕES INSALUBRES DE GRAU MÁXIMO.) DAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI, INCLUINDO HIGIENIZAÇÃO DIÁRIA E		



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

			<p>MANUTENÇÃO DA ORDEM E ASSEIO EM TODAS AS ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS DO PRÉDIO PRINCIPAL E DO ANEXO ADMINISTRATIVO. <b>LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:</b> OS SERVIÇOS SERÃO EXECUTADOS EM TODOS OS AMBIENTES PERTENCENTES À CÂMARA MUNICIPAL, COMPREENDENDO: GABINETES DOS VEREADORES; DEPARTAMENTOS ADMINISTRATIVOS; SALAS DE REUNIÕES E PLENÁRIO; BANHEIROS COM GRANDE CIRCULAÇÃO; ÁREAS EXTERNAS, CORREDORES E ESCADAS; PRÉDIO ANEXO ADMINISTRATIVO. <b>CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL:</b> O IMÓVEL POSSUI ESTRUTURA COMPOSTA POR PISOS DE CERÂMICA, CARPETE, MADEIRA E PAVIFLEX, BEM COMO PORTAS E JANELAS DE VIDRO E MADEIRA, QUE EXIGEM LIMPEZA ADEQUADA CONFORME O TIPO DE MATERIAL, UTILIZANDO TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO QUE MANTENHAM A INTEGRIDADE DAS SUPERFÍCIES. <b>DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:</b> OS SERVIÇOS COMPREENDERÃO, DE FORMA NÃO LIMITATIVA: VARRIÇÃO, LAVAGEM E DESINFECÇÃO DOS PISOS; LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE BANHEIROS, REPOSIÇÃO DE PAPEL HIGIÊNICO E SABONETE LÍQUIDO; HIGIENIZAÇÃO DE MÓVEIS, MESAS, CADEIRAS E EQUIPAMENTOS DE USO COMUM; LIMPEZA DE PORTAS, JANELAS, VIDROS E DIVISÓRIAS; REMOÇÃO DE LIXOS E ACONDICIONAMENTO ADEQUADO PARA COLETA; MANUTENÇÃO DA LIMPEZA DAS ÁREAS EXTERNAS, COMO CALÇADAS, PÁTIOS E JARDINS; CONTROLE E USO CONSCIENTE DE MATERIAIS DE LIMPEZA. <b>MATERIAIS E EQUIPAMENTOS:</b> OS MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS QUÍMICOS NECESSÁRIOS (DETERGENTES, DESINFETANTES, PANOS, VASSOURAS, ETC.) SERÃO FORNECIDOS PELO ÓRGÃO CONTRATANTE, SENDO DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA O FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E DE EVENTUAIS UTENSÍLIOS COMPLEMENTARES INDISPENSÁVEIS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS. <b>MÃO DE OBRA:</b> DEVERÃO SER DISPONIBILIZADOS 01 (UM) AUXILIAR DE LIMPEZA, COM CARGA HORÁRIA DIÁRIA DE 08 (OITO) HORAS, TOTALIZANDO 40 HORAS SEMANAIS, CUMPRIDAS DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, DAS 07H00 ÀS 17H00, COM DUAS HORAS DE INTERVALO DESTINADAS A REPOUSO E ALIMENTAÇÃO. A EMPRESA CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL POR TODAS AS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS,</p>		
--	--	--	--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

			PREVIDENCIÁRIAS, FISCAIS E DEMAIS ENCARGOS DECORRENTES DA DISPONIBILIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO. <b>*DEVERÁ SER OBSERVADO UMA PREVISÃO DE REAJUSTE DA CONVENÇÃO COLETIVA PARA O ANO BASE DE 2026.</b>		
01	SV.	12 MESES	<p>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO GERAL, EXCETO LIMPEZA DE BANEIROS DE GRANDE CIRCULAÇÃO (SEM APLICAÇÃO DE INSALUBRIDADE), DAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI, INCLUINDO HIGIENIZAÇÃO DIÁRIA E MANUTENÇÃO DA ORDEM E ASSEIO EM TODAS AS ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS DO PRÉDIO PRINCIPAL E DO ANEXO ADMINISTRATIVO. <b>LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:</b> OS SERVIÇOS SERÃO EXECUTADOS EM TODOS OS AMBIENTES PERTENCENTES À CÂMARA MUNICIPAL, COMPREENDENDO: GABINETES DOS VEREADORES; DEPARTAMENTOS ADMINISTRATIVOS; SALAS DE REUNIÕES E PLENÁRIO; BANHEIROS DE USO PRIVATIVO; ÁREAS EXTERNAS, CORREDORES E ESCADAS; PRÉDIO ANEXO ADMINISTRATIVO. <b>CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL:</b> O IMÓVEL POSSUI ESTRUTURA COMPOSTA POR PISOS DE CERÂMICA, CARPETE, MADEIRA E PAVIFLEX, BEM COMO PORTAS E JANELAS DE VIDRO E MADEIRA, QUE EXIGEM LIMPEZA ADEQUADA CONFORME O TIPO DE MATERIAL, UTILIZANDO TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO QUE MANTENHAM A INTEGRIDADE DAS SUPERFÍCIES. <b>DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS: OS SERVIÇOS COMPREENDERÃO, DE FORMA NÃO LIMITATIVA:</b> VARRIÇÃO, LAVAGEM E DESINFECÇÃO DOS PISOS; LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE BANHEIROS, REPOSIÇÃO DE PAPEL HIGIÊNICO E SABONETE LÍQUIDO; HIGIENIZAÇÃO DE MÓVEIS, MESAS, CADEIRAS E EQUIPAMENTOS DE USO COMUM; LIMPEZA DE PORTAS, JANELAS, VIDROS E DIVISÓRIAS; REMOÇÃO DE LIXOS E ACONDICIONAMENTO ADEQUADO PARA COLETA; MANUTENÇÃO DA LIMPEZA DAS ÁREAS EXTERNAS, COMO CALÇADAS, PÁTIOS E JARDINS; CONTROLE E USO CONSCIENTE DE MATERIAIS DE LIMPEZA. <b>MATERIAIS E EQUIPAMENTOS:</b> OS MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS QUÍMICOS NECESSÁRIOS (DETERGENTES, DESINFETANTES, PANOS, VASSOURAS, ETC.) SERÃO FORNECIDOS PELO ÓRGÃO</p>		



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

			CONTRATANTE, SENDO DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA O FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E DE EVENTUAIS UTENSÍLIOS COMPLEMENTARES INDISPENSÁVEIS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS. <b>MÃO DE OBRA:</b> DEVERÃO SER DISPONIBILIZADOS <b>03 (TRÊS)</b> AUXILIARES DE LIMPEZA, COM CARGA HORÁRIA DIÁRIA DE 08 (OITO) HORAS, TOTALIZANDO 40 HORAS SEMANAIS, CUMPRIDAS DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, DAS 07H00 ÀS 17H00, COM DUAS HORAS DE INTERVALO DESTINADAS A REPOUSO E ALIMENTAÇÃO. A EMPRESA CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL POR TODAS AS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS, FISCAIS E DEMAIS ENCARGOS DECORRENTES DA DISPONIBILIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO. <b>*DEVERÁ SER OBSERVADO UMA PREVISÃO DE REAJUSTE DA CONVENÇÃO COLETIVA PARA O ANO BASE DE 2026.</b>		
01	SV.	12 MESES	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COPA E COZINHA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA CÂMARA MUNICIPAL E DE SEU ANEXO ADMINISTRATIVO, COMPREENDENDO ATIVIDADES DE PREPARO, ORGANIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE BEBIDAS, APOIO EM REUNIÕES INSTITUCIONAIS, SESSÕES LEGISLATIVAS E DEMAIS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO PODER LEGISLATIVO. O SERVIÇO DEVERÁ SER EXECUTADO POR <b>02 FUNCIONÁRIAS</b> DEVIDAMENTE CAPACITADAS, RESPONSÁVEIS PELO PREPARO E FORNECIMENTO DE CAFÉ, CHÁ, ÁGUA E DEMAIS BEBIDAS, ORGANIZAÇÃO E MONTAGEM DE BANDEJAS PARA ATENDIMENTO EM GABINETES, REUNIÕES E EVENTOS INSTITUCIONAIS, BEM COMO PELA HIGIENIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE UTENSÍLIOS UTILIZADOS NA COPA, TAIS COMO COPOS, XÍCARAS, JARRAS, GARRAFAS TÉRMICAS, BANDEJAS E DEMAIS EQUIPAMENTOS DISPONIBILIZADOS PELA CÂMARA MUNICIPAL. TAMBÉM COMPETIRÁ AO PROFISSIONAL MANTER A LIMPEZA, ORGANIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO AMBIENTE DA COPA E COZINHA, REALIZAR O ABASTECIMENTO DE GARRAFAS TÉRMICAS, AUXILIAR NO ATENDIMENTO DURANTE REUNIÕES, SESSÕES E EVENTOS OFICIAIS, BEM COMO ZELAR PELO CORRETO USO E CONSERVAÇÃO DOS		





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

			EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS DISPONIBILIZADOS PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO. A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DEVERÁ OCORRER COM CARGA HORÁRIA DE 08 (OITO) HORAS DIÁRIAS, DE SEGUNDA-FEIRA A SEXTA-FEIRA, NO HORÁRIO DAS 07H00 ÀS 17H00, COM <b>02 (DOIS)</b> INTERVALOS DURANTE A JORNADA DE TRABALHO, CONFORME LEGISLAÇÃO TRABALHISTA VIGENTE. OS SERVIÇOS DEVERÃO SER EXECUTADOS NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL E EM SEU ANEXO ADMINISTRATIVO, CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS DE HIGIENE, ORGANIZAÇÃO, EFICIÊNCIA E QUALIDADE NO ATENDIMENTO. A EMPRESA CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL POR TODAS AS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS, FISCAIS E DEMAIS ENCARGOS DECORRENTES DA DISPONIBILIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO. <b>*DEVERÁ SER OBSERVADO UMA PREVISÃO DE REAJUSTE DA CONVENÇÃO COLETIVA PARA O ANO BASE DE 2026.</b>		
TOTAL GERAL ESTIMADO R\$					

**TOTAL GERAL DO ITEM 01 EM R\$ 00,00  
(AAAAAAAAAAAAAA)**

**8.2.** O(s) pagamento(s) pelo(s) serviços do presente processo licitatório será(ão) efetuado(s), **MENSALMENTE, ATÉ O 5º (QUINTO) DIA ÚTIL SUBSEQÜENTE A EFETIVA ENTREGA DOS SERVIÇOS/PRODUTOS** em decorrência do recebimento e aceite da CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI através do Setor Responsável, concomitantemente com apresentação da(s) Notas(s) Fiscal(ais), assim como, de toda documentação exigida no Instrumento Contratual, devendo ainda, serem cumpridos todos os procedimentos exigidos na condição de entrega do Objeto.

**8.3 -** O(s) pagamento(s) será(ão) realizado(s) mediante Requisição Interna emitida pela Secretaria Administrativa devidamente assinada pelo responsável do setor. Este procedimento é indispensável para o devido acompanhamento na execução do Objeto Licitado. A CONTRATADA “não” poderá em hipótese alguma fornecer produtos à CONTRATANTE sem posse de documento hábil de solicitação expedido pelo Setor designado pela Administração da Câmara Municipal de Araguari, e havendo dúvida, deverá a mesma entrar em contato com a Superintendência Administrativa para orientação dos procedimentos a serem adotados. **A Câmara Municipal de Araguari não efetuará pagamento(s) para fornecimentos diferenciados,**



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

**ou seja, que não cumprirem os procedimentos internos adotados, ou por determinação de Autoridade competente.**

**8.4** - A adjudicatária deverá emitir a Nota Fiscal de acordo com o estabelecido no Contrato.

**8.5** - O pagamento será PARCELADO efetuado pela Tesouraria mediante fatura/NF apresentada pelo licitante vencedor, até 30 dias após a efetiva entrega dos produtos.

**8.6** - Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

**8.7** - A contratada deverá apresentar mensalmente à **Superintendência Administrativa ou servidor designado por ela** junto à nota fiscal de recebimento os comprovantes a seguir para o recebimento dos pagamentos:

I – Comprovantes de pagamento dos salários dos empregados vinculados ao contrato;

II – Comprovantes de recolhimento do FGTS;

III – Comprovantes de recolhimento das contribuições previdenciárias;

IV – Comprovantes de concessão ou pagamento dos benefícios previstos em Convenção Coletiva de Trabalho;

V – Relação nominal dos empregados alocados;

VI – Registros de frequência ou jornada.

## **9 – DA REPACTUAÇÃO:**

O valor deste Contrato poderá ser repactuado segundo os seguintes critérios:

I. Os valores referentes à remuneração prevista neste Contrato serão reajustados quando ocorrer alteração do salário da categoria, em decorrência de acordo(s), convenção(ões), dissídio(s) coletivo(s) de trabalho, desde que devidamente registrado(s) e homologado(s) pela Delegacia Regional do Trabalho - DRT-MG, ou ato do Poder Público.

II. O valor dos Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) será reajustado, mediante iniciativa da CONTRATADA, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data limite para a apresentação da proposta ou do último reajuste, tendo como base a variação de índice oficial a ser acordado entre as partes na época própria, observado o seguinte:



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

PARÁGRAFO ÚNICO: Se a escolha do índice não representar ônus financeiro excessivo em relação à prática usual do mercado, a porcentagem de reajuste deverá, preferencialmente, ser obtida com base na variação do índice inflacionário do setor da economia em que se enquadra o objeto contratual, limitado ao percentual definido na última Convenção Coletiva de Trabalho da categoria para repactuação de salários.

## 10 - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

**10.1 -O contrato** decorrente do Pregão Eletrônico poderá ser alterado, observado o disposto no art. 124 da Lei nº14.133 de 2021.

## 11- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**11.1** - A dotação orçamentária destinada ao pagamento do objeto licitado está prevista e indicada sob o número:

Solicitação	Fonte	Ficha	Dotação
61	500	42	01.02.04.122.0001.2305.3.3.90.34.00 Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídico

## 12 – DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO E DA EFICÁCIA:

**12.1** – O prazo de vigência e execução deste contrato é de 12 (doze) meses, contado da data da assinatura do contrato, quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis.

**12.2** – O contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 10(dez) anos, conforme previsto nos termos do artigo 107 da Lei federal nº 14.133/21.

## 13 – DA FISCALIZAÇÃO:

**13.1** - Não obstante o fato de a vencedora ser a única e exclusiva responsável pelo fornecimento, objeto deste Contrato, a Administração, pela sua própria equipe ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização na sua execução.

**13.2** – O contratado deverá manter preposto e informar o mesmo a Câmara Municipal para representa-lo na execução do contrato, e em caso de substituição deverá informar o novo preposto substituto.

**13.3** – A Câmara Municipal nomeará o fiscal e Gestor do contrato para representa-lo na execução do contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

13.4 – Os respectivos representantes mencionados nos subitem 13.2 e 13.3 terão relação estreita para tratativa de todos os assuntos pertinentes ao contrato.

13.5 - Integram a este Contrato, como se nele estivessem transcritos, o Termo de Referência, as condições estabelecidas no edital, Leis trabalhistas e as normas contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

## **14 – DA RESCISÃO CONTRATUAL:**

**14.1.** O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

**14.1.1.** por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a V e VIII do art. 137, inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133, de 2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste contrato;

**14.1.2.** Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.2.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

**14.3.** A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, previstos na Lei nº. 14.133/21 e suas alterações posteriores no caso de rescisão administrativa do presente contrato.

**14.4.** O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

**14.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**14.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**14.4.3.** Indenização e multas.

**14.5.** A rescisão imediata do CONTRATO caberá, além de outras hipóteses legais, independentemente de interpretação judicial ou extrajudicial e sem prejuízo de outras penalidades, quando a contratada:



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

**14.5.1** - Falir, for objeto de concurso de credores, dissolução ou liquidação;

**14.5.2** - Transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação;

**14.5.3** - Deixar de cumprir, total ou parcialmente, as obrigações contratuais;

**14.5.4** - Desatender às determinações do servidor designado pelo **CONTRATANTE**, no exercício de suas atribuições de acompanhamento e fiscalização da execução do CONTRATO;

**14.5.5** - Cometer, reiteradamente, faltas na execução do CONTRATO;

**14.5.6** - For objeto de fusão, cisão ou incorporação que prejudique o cumprimento do CONTRATO.

## **15 – DAS SANÇÕES:**

15.1. Além das prescritas no Termo de Referência, se a contratada ensejar o retardamento da execução do objeto e não cumprir as condições do Edital, seus Anexos, (Termo de Referência), não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e será descredenciada do procedimento licitatório;

15.2. Além dos prescritos no Termo de Referência, ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

15.2.1. 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato, por ocorrência;

15.2.2. 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual legal, com a possível rescisão contratual;

15.2.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de a contratada, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a Prefeitura, em face da menor gravidade do fato mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

15.3. As multas não são compensatórias e não excluem as perdas e danos resultantes;

15.4. Caso a contratada não possa cumprir o prazo estipulado para a entrega, total ou parcial, dos bens solicitados, deverão apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho a vontade das partes que

15.5 - Da Extensão das Penalidades

15.5.1 - A sanção relativa à suspensão temporária de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada àqueles que:

I - retardarem a execução do Pregão;

II - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração; ou

III - fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

**16 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**16.1** - O vencimento da validade do Contrato não cessa a obrigação da **CONTRATADA** de cumprir os termos contratuais até a data de vencimento da mesma.

**16.2** - A Administração não se obriga a utilizar o Contrato, se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições do Contrato, bem como nos casos que a sua utilização se mostrar antieconômica.

**16.3** - A Administração, a seu exclusivo critério, poderá durante a vigência do Contrato determinar a gradativa redução ou aumento do fornecimento, até a elaboração de um novo instrumento contratual se for o caso.

**16.4** - A licitante vencedora obrigar-se-á a manter, até a data de pagamento todas as condições de **habilitação e qualificação exigidas na licitação**, devendo comunicar à **CONTRATANTE**, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução do instrumento contratual.

**16.5** - Não será exigida garantia da execução do contrato.

**16.6** - A CONTRATADA SE OBRIGA A CUMPRIR RIGOROSAMENTE TODOS OS PRAZOS, CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, PRINCIPALMENTE EM RELAÇÃO A PRAZO DE ENTREGA, SE OBRIGA AINDA A ENTREGAR OS SERVIÇOS APRESENTADOS NA PROPOSTA E POSTERIORMENTE FORNECIDOS EM PLENA CONFORMIDADE COM AS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NO ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA – MEMORIAL DESCRITIVO) DO EDITAL, ficando desde já, ciente da aplicação das penalidades





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS  
GESTÃO 2025/2026

descritas no instrumento convocatório e legislação vigente por parte da CONTRATANTE à CONTRATADA no caso de descumprimento integral ou parcial do Objeto licitado.

## **17- DA RETENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA NA FONTE**

**17.1.** Todos os fornecedores de bens e serviços para a Câmara Municipal de Araguari-MG devem atender às exigências das Instruções Normativas RFB N° 1234/2012 alterada pela RFB N° 2145/2023, estabelecendo procedimentos de retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).

## **18- DO FORO**

**18.1** - Será competente o Foro da Comarca de Araguari/MG, que as partes elegem para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**18.2** - E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Instrumento Contratual que se segue, em 03 (três) vias, perante as testemunhas abaixo indicadas, para todos os fins e efeitos de direito.

Araguari-MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**Giulliano Sousa Rodrigues**  
**Presidente da Câmara Municipal**

**Licitante Vencedor**  
**Representante Legal**